



Universidade Federal do Pará
Instituto Amazônico de Agriculturas Familiares
Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – Embrapa Amazônia Oriental
Programa de Pós-Graduação em Agriculturas Amazônicas
Mestrado em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável

Khety Elane Holanda de Oliveira

A ação coletiva de agricultores integrados à agroindústria de dendê na Associação dos Moradores e Agricultores Familiares da Região do Igarapé-Açu de Baixo, em Irituia-Pará.

Belém
2020

Khety Elane Holanda de Oliveira

A ação coletiva de agricultores integrados à agroindústria de dendê na Associação dos Moradores e Agricultores Familiares da Região do Igarapé-Açu de Baixo, em Irituia-Pará.

Dissertação apresentada para obtenção do grau de Mestre em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável. Programa de Pós-Graduação em Agriculturas Amazônicas, Instituto Amazônico de Agriculturas Familiares, Universidade Federal do Pará, Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - Amazônia Oriental.

Área de concentração: Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável.
Orientador: Prof^o. Dr^o. Heribert Schmitz.

**Belém
2020**

Khety Elane Holanda de Oliveira

A ação coletiva de agricultores integrados à agroindústria de dendê na Associação dos Moradores e Agricultores Familiares da Região do Igarapé-Açu de Baixo, em Irituia-Pará.

Data de aprovação. Belém - PA:

____/____/____

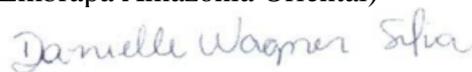
Banca examinadora



Dr. Heribert Schmitz (Orientador e presidente da banca)
(IFCH/UFPA)



Dra. Dalva Maria da Mota (Examinadora Interna)
(Embrapa Amazônia Oriental)



Dra. Danielle Wagner Silva (Examinadora Externa)

Dra. Angela May Steward (Suplente)
(INEAF/UFPA)

*Com grande afeto, dedico este trabalho
aos agricultores familiares brasileiros,
à minha avó Raimunda e ao meu trio
de sobrinhos, Maria Isadora, Maria
Pérola e José Heitor.*

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus pelo fôlego oferecido a mim e a todos os envolvidos neste estudo. Aos meus pais, Maria Holanda de Oliveira e José Ribamar Carvalho de Oliveira, às minhas irmãs, Kelly Cristina Holanda de Oliveira, Keyla Holanda de Oliveira, Kaylane Holanda de Oliveira e à amiga Angela Lima pela torcida. À Rosivano Monteiro pelo incentivo e afeto.

Ao meu orientador Heribert Schmitz pelas ricas contribuições, às quais, tento me espelhar na abordagem temática, na escrita e na análise deste trabalho. Ao meu colega Marciclei Balieiro pela parceria para acesso ao campo e pelas sugestões na delimitação do tema. Aos funcionários do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Irituia, por contribuírem ao máximo para a minha aproximação com os entrevistados.

A todos os representantes das associações de agricultores familiares integrados à dendeicultura no município de Irituia, em especial aos da Amafib e a cada sócio comum entrevistado, pela forte receptividade, que muitas vezes incluíam cafés ou até refeições. Ao meu parceiro de “trilhas”, Milton Moura, por ter se exposto comigo a sol, chuvas, lamas e poeiras nos caminhos do conhecimento.

Aos professores e à coordenação do Programa de Pós-graduação em Agriculturas Amazônicas por provocarem a evolução das propostas de todos nós discentes. À turma MAFDS 2018, de modo especial à Edenilze Conceição, à Diene do Espírito Santo e à Ivanilde do Espírito Santo, pelas demonstrações de amizade que suavizaram os momentos mais delicados da construção do trabalho.

Aos funcionários responsáveis pelos serviços gerais, servidores da secretaria e da biblioteca do Instituto Amazônico de Agricultura Familiares (INEAF). E à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pelo fornecimento da bolsa de estudos, a qual subsidiou toda a minha formação no mestrado.

Muito obrigada!

RESUMO

Neste estudo analiso a atuação dos sócios comuns e da diretoria da Associação dos Moradores e Agricultores Familiares de Igarapé-Açu de Baixo (Amafib), no município de Irituia, Pará, em propostas relativas à ação coletiva junto a seus parceiros, a Central das Organizações Sociais Entre os Rios Guamá e Capim (Consergc) e a empresa multinacional Archer Daniels Midland Company (ADM) no contexto da integração da agricultura familiar à agroindústria de dendê. A metodologia constou de um estudo de caso com abordagens qualitativa e quantitativa. Foram realizados: observação direta de reuniões e de atividades de trabalho dos sócios; entrevistas não diretivas e semiestruturadas entre agosto de 2019 e fevereiro de 2020; e revisão da literatura pertinente, priorizando as categorias ação coletiva, associativismo e integração produtiva. Os resultados mostram que as ações da Amafib junto a seus parceiros têm sido favoráveis aos integrantes da associação. Na cooperação com a Consergc foram alcançadas várias reivindicações como a adequação da pesagem dos frutos para a balança digital, a venda de fertilizantes pela própria empresa, o aumento do preço pago pelo dendê e a comercialização de ferramentas por meio de compra coletiva. Num cenário de negociações entre as partes para o bem comum, a Consergc possui protagonismo na ação coletiva e contribuiu para o bom andamento dos projetos.

Palavras-chave: Agricultura familiar. Ação coletiva. Associativismo. Dendeicultura. Agricultura integrada por contrato.

ABSTRACT

In this study, I analyze the performance of the common partners and the board of directors of the Association of Residents and Family Farmers of Igarapé-Açu de Baixo (Amafib), in the municipality of Irituia, Pará, in proposals related to collective action with its partners, the Central Social Organizations Between the Rivers Guamá and Capim (Consergc) and the multinational company Archer Daniels Midland Company (ADM) in the context of the integration of family agriculture to the agro-industry of palm. The methodology consisted of a case study with qualitative and quantitative approaches. The following were carried out: direct observation of meetings and work activities of the partners; non-directive and semi-structured interviews between August 2019 and February 2020; and review of pertinent literature, prioritizing the categories collective action, associativism and productive integration. The results show that Amafib's actions with its partners have been favorable to the members of the association. In the cooperation with Consergc, several demands have been reached, such as the suitability of weighing the fruits for the digital balance, the sale of fertilizers by the company itself, the increase in the price paid for the palm oil and the marketing of tools through collective purchase. In a scenario of negotiations between the parties for the common good, Consergc has a leading role in the collective action and contributed to the good progress of the projects.

Keywords: Peasant agriculture. Collective action. Associativism. Oil palm cultivation. Contract farming.

LISTA DE SIGLAS

| | |
|-----------|---|
| ABRAPALMA | Associação Brasileira de Produtores de Óleo de Palma |
| ADM | Archer Daniels Midland Company |
| AFINS | Projeto Integração da Agricultura Familiar na Produção do Dendê no Pará: inclusão social? |
| AMAFIB | Associação dos Moradores Agricultores Familiares de Igarapé - Açu de Baixo |
| BASA | Banco da Amazônia S. A. |
| CONSERGC | Central das Organizações Sociais Entre os Rios Guamá e Capim |
| CONTAG | Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares |
| EMATER | Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural |
| EPI | Equipamento de Proteção Individual |
| FAPESPA | Fundação Amazônia Paraense de Amparo à Pesquisa |
| FETRAF | Federação dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar |
| FNO | Fundo Constitucional de Financiamento do Norte |
| IBGE | Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística |
| MDA | Ministério do Desenvolvimento Agrário |
| MPA | Movimento dos Pequenos Agricultores |
| MST | Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra |
| ONGS | Organizações Não Governamentais |
| PNPB | Programa Nacional de Produção e Uso de Biodiesel |
| PPSOP | Programa de Produção Sustentável de Óleo de Palma |
| PNHR | Programa Nacional de Habitação Rural |
| PRONAF | Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar |
| SCS | Selo Combustível Social |
| SAGRI | Secretaria de Agricultura do Estado do Pará |
| SEMAGRI | Secretaria Municipal de Agricultura |
| SENAR | Serviço Nacional de Aprendizagem Rural |
| SPVEA | Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia |
| STRRI | Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais do Município de Irituia |
| ZAE-Palma | Zoneamento Agroecológico da Palma de Óleo |

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

| | |
|---|----|
| Figura 1: Localização geográfica do município de Irituia, Pará..... | 33 |
| Figura 2: Igreja de São João Batista de Candeuca, Irituia – PA..... | 46 |
| Quadro 1: Total de área plantada de dendê dos sócios da Amafib, Irituia – PA..... | 56 |
| Gráfico 1: Atividades de trabalho dos sócios..... | 57 |
| Figura 3: Plantio de dendê, comunidade Santa Terezinha, Irituia – PA..... | 57 |
| Figura 4: Roça de mandioca, comunidade Real, Irituia – PA..... | 58 |
| Figura 5: Sede da Amafib, comunidade São Benedito, Irituia – PA..... | 60 |
| Quadro 2: A frequência de participação dos sócios..... | 71 |
| Figura 6: Ponte quebrada, comunidade Sororoca, Irituia – PA..... | 72 |
| Quadro 3: A frequência de apresentação de propostas pelos sócios..... | 73 |
| Figura 7: Pesagem de dendê, comunidade Nazaré, Irituia – PA..... | 76 |
| Quadro 4: A avaliação das condições de trabalho dos sócios..... | 85 |
| Figura 8: Ramal de acesso a plantio, comunidade Sororoca, Irituia – PA..... | 86 |
| Figura 9: Cesto para dendê, comunidade Nazaré, Irituia – PA..... | 87 |
| Figura 10: Maquinário para transporte, comunidade São Benedito, Irituia – PA..... | 87 |
| Figura 11: Plantio de puerária, comunidade Sororoca, Irituia – PA..... | 90 |
| Figura 12: Utilização de herbicidas, comunidade Sororoca, Irituia – PA..... | 91 |
| Quadro 5: Resultados socioeconômicos dos membros da Amafib..... | 92 |

SUMÁRIO

| | | |
|-------------|--|-----------|
| 1 | INTRODUÇÃO..... | 12 |
| 1.1 | A problemática de pesquisa..... | 14 |
| 2 | REVISÃO DE LITERATURA..... | 19 |
| 2.1 | A ação coletiva..... | 19 |
| 2.2 | O associativismo rural paraense..... | 23 |
| 2.3 | A integração de agricultores familiares à dendeicultura no Pará..... | 28 |
| 3 | METODOLOGIA..... | 33 |
| 3.1 | Caracterização da área de estudo..... | 33 |
| 3.2 | A escolha do local da pesquisa..... | 34 |
| 3.3 | Etapas da pesquisa..... | 35 |
| 4 | “É A ÚNICA COISA QUE TEM”: A INTRODUÇÃO DO DENDÊ E A CRIAÇÃO DA AMAFIB EM IRITUIA – PA..... | 40 |
| 4.1 | A introdução do dendê em Irituia – PA..... | 40 |
| 4.2 | A assinatura dos contratos e o início dos trabalhos pelos agricultores..... | 42 |
| 4.3 | A ação coletiva tradicional e os “troca dia” para o plantio de dendê..... | 46 |
| 4.4 | Os cursos de capacitação técnica e a criação da Amafib..... | 50 |
| 4.4. | A caracterização geral dos sócios da Amafib..... | 55 |
| 5 | “É MAIS FÁCIL JUNTO DO QUE SOZINHO”: A ATUAÇÃO DOS SÓCIOS COMUNS E DA DIRETORIA DA AMAFIB..... | 59 |
| 5.1 | A construção da sede..... | 59 |
| 5.2 | As festas e os bingos..... | 60 |
| 5.3 | A roça de mandioca da associação | 63 |
| 5.4 | Os planos de troca de dias para roçagem dos dendezais..... | 64 |
| 5.5 | As tentativas de aquisição de trator..... | 66 |
| 5.6 | As reuniões e a participação dos sócios..... | 71 |
| 6 | “ELES DISSERAM QUE AJUDARIAM”: A ATUAÇÃO DA AMAFIB E DOS SEUS PARCEIROS, AS CONDIÇÕES DE TRABALHO E OS RESULTADOS DOS SÓCIOS..... | 75 |
| 6.1 | A atuação da Amafib e dos seus parceiros..... | 75 |
| 6.2 | A avaliação dos sócios sobre suas condições de trabalho em Irituia, Pará... .. | 85 |
| 6.3 | Resultados socioeconômicos dos sócios..... | 92 |
| 7 | CONSIDERAÇÕES FINAIS..... | 95 |
| | REFERÊNCIAS..... | 98 |

| | |
|--|------------|
| APÊNDICE A- ROTEIRO PARA OS SÓCIOS..... | 105 |
| APÊNDICE B- ROTEIRO PARA A DIRETORIA..... | 111 |
| ANEXO A - MAPA COM COMUNIDADES DE IRITUIA – PA..... | 115 |
| ANEXO B - ESTATUTO SOCIAL DA AMAFIB..... | 116 |
| ANEXO C - CONVITE DA CONSERGC PARA A AMAFIB..... | 122 |

1 INTRODUÇÃO

Analiso a ação coletiva de agricultores familiares integrados à agroindústria de dendê (*Elaeis guinensis Jacq*), reunindo experiências de sócios da Associação dos Moradores e Agricultores Familiares da Região do Igarapé-Açu de Baixo (Amafib), no município de Irituia, Pará.

A opção por essa temática considera a minha trajetória como pesquisadora no âmbito do associativismo rural, iniciada em 2011, como Licencianda em Ciências Agrárias, no Instituto Federal do Maranhão. Na ocasião, relatei em equipe, o cotidiano de quebradeiras de coco babaçu, organizadas em associações no município de Codó, compondo um diagnóstico para o Ministério de Desenvolvimento Social (MDS).

Inclui a minha formação como especialista em Extensão Rural, em 2017, pelo antigo Núcleo de Ciências Agrárias e Desenvolvimento Rural da UFPA. Na oportunidade, acompanhei pautas de uma associação de agricultores familiares na Ilha Xingu em Abaetetuba, contribuindo com o diagnóstico agroalimentar de comunidades ribeirinhas desta localidade.

No contexto do dendê, compreende minha colaboração em pesquisas junto a agricultores familiares integrados, pelo Projeto Integração da Agricultura Familiar na Produção do Dendê no Pará: inclusão social? (AFInS), na região Nordeste do Estado do Pará, em 2015. Especificamente, a estas experiências somam-se meus estudos na disciplina de ação coletiva no espaço rural, antes e durante a minha formação no mestrado.

O recorte em questão, está historicamente relacionado à década de 1980, quando o Governo Federal incentivou a ação coletiva por intermédio de cooperativas e associações, o que permite compreender o atual cenário, no qual essas organizações têm sido utilizadas como um importante instrumento de disputa e apoio para a criação de políticas públicas no Brasil.

Maneschy (2008); Maneschy, Conceição, Maia (2010) apontam que nas últimas décadas, políticas públicas estimularam o engajamento de produtores familiares rurais em organizações associativas para direcionarem serviços de assistência técnica, crédito rural e instalações aos atores. Lobão (2006) observa isto ao colocar que “na grande maioria das vezes, se verifica um processo associativo que visa a facilitar as relações dos sócios com o Estado, com Organizações Não Governamentais (ONGs), e o acesso a crédito ou mercado” (LOBÃO, 2006, p. 208).

Na implantação do Programa Nacional de Produção e Uso de Biodiesel (PNPB), isto também existiu, quando agricultores familiares foram estimulados pelo Poder Público a participar da expansão da dendeicultura. Abramovay e Magalhães (2007, p.3), perceberam que o PNPB representava um mercado que começava a se formar a partir de uma intervenção governamental que estimula a participação de agricultores familiares em sua matriz produtiva e que pretendia incentivar o uso de matérias-primas até então pouco empregadas.

O processo de integração de agricultores no município de Irituia iniciou por uma ação denominada de “cooptação”, que consistiu no mapeamento daqueles hábeis à integração (TAVARES; MOTA, 2020). No mesmo município, Balieiro (2019) identificou a criação de um número expressivo de associações de agricultores familiares sob influência da integração produtiva à dendeicultura, assim como no município de São Domingos do Capim, ambos localizados no estado do Pará.

As organizações rurais do estado registram sucessos e desafios. Farias (2009), ao estudar a gestão de máquinas em uma associação, identificou a ausência de planejamento técnico e econômico, conflitos em torno das receitas do aluguel e apropriação de recursos pelas lideranças, as quais apresentaram estratégias para aumentar seu espaço de poder. Diferentemente, Pantoja (2010) verificou que por influência de movimentos sociais, agricultores familiares se mobilizaram aumentando a adesão entre eles com regras de poder que reduziam a centralidade da tomada de decisão na mão do presidente.

Em um estudo baseado na percepção de 43 dirigentes de associações paraenses, Maneschy, Conceição e Maia (2010) mostraram que na participação dos sócios parecia predominar a atitude do “*free rider*” também denominado “aproveitador” apontado por Olson (1998). Pelo autor, entende-se assim que a ação coletiva nas organizações tem o desafio de superação do “problema da cooperação”. Visto que, os seus atores tendem a assumir a postura de um aproveitador se não forem excluídos do acesso a um bem quando não cooperam (OLSON, 1998, p.7).

Schmitz, Mota e Sousa (2017), em correspondência, analisaram a persistência da ação coletiva em uma associação de agricultores familiares no município de Mãe do Rio, no Nordeste Paraense. Os autores evidenciaram que iniciativas de financiamentos chamam a atenção de afiliados em organizações sociais e comprometem relações de reciprocidade entre os sócios. Por seu turno, Ribeiro (2017) verificou que elementos da organização social comunitária como o parentesco, a religiosidade e a reciprocidade, favoreceram o fortalecimento dos laços e o desenvolvimento da ação coletiva no espaço rural por associações quilombolas que resistiam à venda de terras para o monocultivo do dendê.

Neste âmbito da integração da agricultura familiar à dendeicultura, a literatura revisada salienta as transformações no trabalho familiar (CAETANO; MOTA; FERREIRA, 2018; SILVA; NAVIGANTES-ALVES, 2017; GOMES; MAGALHÃES, 2016; GLASS, 2013), as condições socioambientais (NAHUM, SANTOS, 2016; 2017), a inclusão social (GOMES, 2018), a resistência (RIBEIRO, 2017; 2018) e a ação coletiva associada a um sistema de integração entre uma associação central e associações filiadas de agricultores familiares (BALIEIRO, 2019). Todavia, não há estudos que procurem compreender a ação coletiva de agricultores familiares integrados às agroindústrias de dendê focando o interior de uma associação.

Portanto, o objetivo deste trabalho é analisar como agricultores familiares integrados à dendeicultura e seus parceiros atuam em propostas de ação coletiva em torno da Amafib, em Irituia, Pará. Essa associação foi escolhida por sua variedade de experiências que tentaram garantir a continuidade de seu funcionamento e a compra de trator para melhoria de resultados produtivos de seus sócios.

Com este estudo, pretendo colaborar com debates sobre as formas de organização de agricultores familiares. Assim, no próximo tópico, evidencio a problemática da pesquisa, anunciando a temática e os objetivos geral e específicos do trabalho.

1.1 A problemática de pesquisa

As organizações são definidas como “conjuntos formalizados e hierarquizados com vistas a assegurar a cooperação e a coordenação de seus membros no cumprimento de determinados fins” (FRIEDBERG, 1995, p. 375). Para o autor, todos os participantes dispõem de uma certa capacidade de negociação a seu favor. Simultaneamente, as pessoas tendem a agir privilegiando os interesses individuais e não os objetivos comuns no grupo ao qual pertencem (OLSON, 1998).

Essas perspectivas têm sido importantes para o entendimento da ação grupal no espaço rural do Nordeste Paraense. Elas revelam dificuldades de cooperação entre agricultores familiares em mutirões (MELO, 2010), lideranças privilegiando seus próprios interesses (FARIAS, 2009), demonstrações de cooperação ocasionais e com fins utilitários (SCHMITZ, MOTA, SOUSA, 2017) e a influência positiva de relações de parceria para uma maior cooperação entre um grupo (PANTOJA, 2010).

Para Veiga e Albadelejo (2002), as relações externas são de grande importância na vida dos grupos de agricultores. Historicamente, os atores de seus estudos situados em duas

localidades do município de Marabá, “sempre estiveram fortemente ligados (e subordinados) a indivíduos e instituições do seu exterior” (VEIGA; ALBADELEJO, 2002, p. 70).

Tesche (2007) buscou entender a importância da prática de cooperação entre agricultores familiares a partir das suas relações socioeconômicas endógenas e exógenas em uma região do Rio Grande do Sul. Ele identificou que as redes de cooperação formadas entre produtores de leite foram geradas a partir de relações de trabalho e das relações sociais de reciprocidade, cabendo à dádiva um papel importante na formação de confiança entre eles; o que lhes proporcionou melhores resultados nos indicadores sociais e econômicos (TESCHE, 2007).

Sabourin (2006, p. 7) entende que a integração ao mercado e à sociedade nacional (administração, escola, igrejas, serviços técnicos) tem levado as comunidades rurais a dotar-se de novas representações, “de cooperação e de troca monetária, sem abandonar as formas de organização e, sobretudo, os valores e as práticas da reciprocidade camponesa”. Entretanto, essas formas de organização, além de soluções, criam problemas se ignoram ou desrespeitam as regras da reciprocidade porque foram formadas para concorrência e intercâmbio (SABOURIN, 2006).

Clemente (2018) analisa associações e cooperativas rurais do Sudoeste de Goiás e afirma que as organizações coletivas são induzidas pelo Estado e por empresas capitalistas e menos resultado de iniciativas dos agricultores familiares. Em função disso, essas organizações enfrentam dificuldades a ponto de que a sua atuação é limitada e direcionada por seus indutores. Geralmente, os benefícios gerados no coletivo, foram apropriados muito mais pelos agentes externos do que pelos agricultores familiares.

Um estudo de 43 associações no Estado do Pará constatou que, em grande parte, essas organizações foram criadas por indução externa, o que submetia sua criação a atribuições definidas previamente e externamente a elas (MANESCHY; MAIA; CONCEIÇÃO, 2008; MANESCHY; CONCEIÇÃO; MAIA, 2010). Tratava-se, em primeiro lugar de programas de crédito, mas incluíam também a possibilidade de acesso a cursos de capacitação e a financiamentos para pequenos projetos.

Isto se relaciona, a partir de 2004, a políticas governamentais ligadas ao Programa Nacional de Produção e Uso de Biodiesel (PNPB), (ABRAMOVAY; MAGALHÃES, 2007) e ao Programa de Produção Sustentável de Óleo de Palma (PPSOP), lançado pelo Governo Federal, em 2010, que estimularam a participação de agricultores familiares em sistemas de integração à agroindústria, nos quais se comprometiam em produzir matéria-prima e a empresa integradora a comprar a produção. Mota, *et al.*, (2019), identificaram que essas

iniciativas introduziram oficialmente um novo modelo de produção, no qual além dos agricultores familiares e das empresas, participam representantes dos agricultores, instituições governamentais e associações (MOTA, *et al.*, 2019). Para colaborar com esse arranjo foram criadas várias associações de agricultores familiares em dois municípios paraenses (BALIEIRO, 2019).

Brandão; Schoneveld e Pacheco (2018) notaram que esta agricultura integrada pode ajudar agricultores familiares a resolver problemas relacionados ao deficiente acesso à: insumos de qualidade, crédito, assistência técnica e mercados estáveis. Todavia, os autores, observam que ela raramente é completamente inclusiva para produtores de dendê na Amazônia brasileira, podendo “aumentar o risco de inadimplência de crédito e a insegurança alimentar entre agricultores familiares ao ocasionar a menor diversificação dos meios de vida” (BRANDÃO; SCHONEVELD; PACHECO, 2018, p.2).

Pedroti (2013) pontuou que quando a política pública foi pensada, duas diretrizes centrais permearam as discussões. “Era necessário estruturar todos os componentes para formar a cadeia de produção do biodiesel, e, ao mesmo tempo, incluir nessa cadeia a participação da agricultura familiar, sem desestimular o investimento privado” (PEDROTI, 2013, p. 10).

Os incentivos dos órgãos oficiais, permitiram então que além das empresas e das famílias produtoras, participassem “o Ministério do Desenvolvimento Agrário, bancos oficiais, órgãos dos executivos municipais, agências estaduais de extensão rural, federações e sindicatos de trabalhadores rurais, entre outros” (CARDOSO; MANESCHY; MATLABA 2014, p. 198). Abramovay e Magalhães (2007) sinalizaram que para as empresas, assim como para agricultores, o vínculo contratual sob supervisão sindical e governamental aberta e explícita também era inédito (ABRAMOVAY; MAGALHÃES, 2007).

Frente a isso, Ribeiro e Schmitz (2018) apontam que o Estado brasileiro potencializou os incentivos para a produção da dendeicultura na Amazônia, especificamente, a região Nordeste do Estado do Pará é a maior produtora de dendê no país. Segundo os autores, esse apoio facilitou a chegada de empresas como a Biopalma da Amazônia SA, e *Archer Daniel Midlands Company* (ADM) e ampliou o cultivo de Agropalma que já mantinha esta atividade na região (RIBEIRO; SCHMITZ, 2018).

Os investimentos para o plantio do dendê focam na sua alta capacidade de produção de agrocombustível. Esta é uma palmeira existente nas regiões tropicais e originária da África. A cultura foi introduzida no continente americano a partir do século XV, e produz o óleo utilizado para diversos fins na indústria de alimentos, cosméticos, higiene e limpeza,

agroenergia e biodiesel. É a oleaginosa mais produtiva, com rendimento médio de 20 a 22 toneladas de cacho de fruto fresco (CFF) por hectare/ano, com produtividade entre 4 e 5 toneladas de óleo/ha (SEDAP, 2020).

De acordo com a Associação Brasileira de Produtores de Óleo de Palma, a Malásia e a Indonésia são responsáveis por 85% da produção mundial. Nigéria, Tailândia, Colômbia, Equador e Papua Nova Guiné representam juntas 6,6% da produção. O saldo de 8,4% divide-se entre outros 36 países, incluindo o Brasil, que produz cerca de 300 mil toneladas de óleo de palma. A maior parte provém do território paraense (ABRAPALMA, 2020).

Dados fornecidos pelo Banco da Amazônia S. A., de 2013 a 2015, informam que foram firmados 610 contratos no estado do Pará, envolvendo uma área de 5.817,50 hectares, distribuídos por 16 municípios, totalizando os valores de R\$ 44.314.854,20 reais (NAHUM; SANTOS, 2017, p.12). Em 2018, havia 1.508 famílias de agricultores familiares possuidoras de contratos no estado (BRANDÃO; SCHONEVELD; PACHECO, 2018).

Nesse escopo, a manutenção dos dendezaís demanda maior tempo e esforço de trabalho comparado às experiências produtivas precedentes para os agricultores familiares (CAETANO; MOTA; FERREIRA, 2018), enquanto, “o desempenho dos agricultores varia amplamente, havendo desde unidades altamente produtivas até projetos praticamente abandonados” (BRANDÃO; SCHONEVELD; PACHECO, 2018, p.1). Além disso, a produção do dendê teve como efeito a diminuição da diversificação agrícola e da produção de culturas alimentares como a mandioca (GLASS, 2013; SILVA, 2016).

No âmbito do PPSOP, a ADM, responsável pela manutenção de plantios e compra da produção, incentivou a criação de associações nos municípios de Irituia e de São Domingos do Capim. Posteriormente, a multinacional apoiou os agricultores integrados para criação da Central das Organizações Sociais Entre os Rios Guamá e Capim (Consergc) em 2015, sob a representação de agricultores familiares envolvidos nas associações afiliadas para constituir uma escala maior de mediação (BALIEIRO, 2019).

Estudos exploratórios realizados em 2018, no município de Irituia junto a representantes de associações vinculadas à Consergc revelam que elas apresentam poucas atividades coletivas que favoreçam as condições de trabalho na integração dos sócios. As cinco associações que constituem este quadro são: a Associação dos Pequenos Agricultores Familiares da Vila Bangú; a Associação dos Agricultores Familiares Produtores de Palma da Região da Galiléia, a Associação dos Pequenos Produtores Rurais da Região Nossa Senhora do Perpétuo Socorro; e a Associação dos Moradores e Agricultores Familiares de Igarapé-Açu de Baixo (Amafib).

A Amafib foi escolhida como meu objeto de estudo, porque evidenciou o maior número de eventos que visaram contribuir com a continuidade da organização e com a manutenção dos projetos dos sócios. Destacam-se os esforços para: a construção da sede da associação, a formação de roça¹ de mandioca² visando a comercialização e arrecadação de renda para a organização, a compra de um trator e a realização de festas com bingos. Com tal abordagem, este estudo busca responder a seguinte indagação: Como os sócios comuns³, a diretoria e os parceiros da Amafib atuam em propostas de ação coletiva?

Para responder a esse questionamento, o meu objetivo geral é analisar como os sócios comuns, a diretoria e os parceiros da Amafib atuam em propostas de ação coletiva no contexto na integração da agricultura familiar à agroindústria de dendê, em Irituia, Pará. Nesse intuito, os objetivos específicos são:

1. Descrever o processo de integração de agricultores familiares à agroindústria de dendê, salientando os condicionantes de criação da Amafib, das práticas coletivas de seu entorno e o perfil dos sócios;
2. Analisar a atuação dos sócios comuns e da diretoria em propostas na associação para compreender suas disponibilidades para cooperação;
3. Caracterizar e analisar a atuação da Amafib e de seus parceiros em relação às demandas dos sócios, as condições de trabalho e os resultados dos sócios.

Este estudo é composto por sete capítulos. O primeiro é a Introdução, na qual delimito o tema e apresento as minhas motivações, a problemática de pesquisa e os objetivos geral e específicos. No segundo capítulo demonstro a revisão de literatura que tem como principais categorias a ação coletiva, o associativismo rural e a integração da agricultura familiar ao dendê no Pará. No terceiro, evidencio a metodologia, explicitando a área de estudo, a abordagem metodológica, os procedimentos de coleta, sistematização e análise dos dados. No quarto, descrevo o processo de integração de agricultores familiares à dendeicultura e os condicionantes de criação da Amafib. No quinto, analiso a atuação dos sócios comuns e da diretoria em propostas nessa organização. No sexto, caracterizo a atuação da associação e dos seus parceiros, as condições de trabalho e os resultados alcançados para os sócios. Finalmente, no sétimo capítulo, apresento as considerações finais.

¹ Área de um terreno onde existe uma pequena lavoura ou plantação (ORMOND, 2006, p. 257).

² Planta leitosa, da família das euforbiáceas (*Manihot utilissima*), cujos grossos tubérculos radiculares, ricos em amido, são de largo emprego na alimentação humana e animal e na indústria, especialmente a de farinhas e amidos (ORMOND, 2006, p. 185).

³ Sócios comuns é uma expressão utilizada no estudo para diferenciar os sócios que não fazem parte da diretoria da Amafib.

2 REVISÃO DE LITERATURA

Neste capítulo discorro acerca das três principais categorias que permeiam este estudo. A ação coletiva é ressaltada nos aspectos de reciprocidade e cooperação para fundamentar a análise das relações de agricultores familiares no âmbito comunitário e diante da associação e de seus parceiros. O associativismo rural no Estado do Pará, é tratado em relação aos incentivos públicos direcionados à criação de associações, bem como às formas de participação de seus sócios. Finalmente, a integração da agricultura familiar ao dendê, é discutida quanto a sua política pública, as demandas de trabalho, e as articulações contratuais ligadas ao financiamento, a produção e comercialização dos frutos.

2.1 A ação coletiva

A ação coletiva pode ser analisada sob o prisma de Olson (1998), autor de “A lógica da ação coletiva”, que explica as limitações no engajamento das pessoas por meio de um enfoque econômico – a escolha racional. O autor sublinha que as pessoas tendem a privilegiar os interesses individuais e não os objetivos comuns ao seu grupo. Afirma também que os membros de um grupo não atuam voluntariamente para alcançar os interesses deste, mesmo que eles pudessem viver numa situação melhor se estes fossem alcançados.

De modo diferenciado, a escola francesa da sociologia das organizações, desenvolvida por Crozier e Friedberg (1993), estuda os mecanismos em que a ação coletiva se baseia, sinalizando que seus efeitos se evidenciam num contexto de organização e que é necessário analisar as articulações entre os atores.

Esta escola enfoca a capacidade dos atores de “escolher” a sua conduta em função de considerações de oportunidade. Simultaneamente, seus autores entendem que essa capacidade de escolha é preestruturada pelo pertencimento a culturas nacionais, profissionais ou organizacionais (FRIEDBERG, 1993, p. 130). A liberdade de ação e possibilidade de escolha dos atores seria restrita, mas não eliminada, pelas condições materiais e sociais do contexto de ação englobante.

Para considerar esse fato, Friedberg (2013) definiu o conceito de sistema de ação concreto. Nele, as ações são coordenadas pelas regras, que garantem uma certa estabilidade nos relacionamentos entre os membros de uma organização, mas que podem também ser

modificadas pela interação desses atores. Isto resolveria, inclusive, questões do cotidiano na medida em que negociações e interações estratégicas são favorecidas⁴.

Nesta caracterização, a escola francesa promove a “desmontagem” da nossa visão da organização. Já que aponta a existência de um triplo “déficit”, em relação à racionalidade, à interdependência e à legitimidade neste contexto. No “déficit” de racionalidade, esta é limitada, própria da ação humana nos comportamentos, nos seus implementos materiais, nas suas regras, nos seus procedimentos e nas estruturas que supostamente os articulam para objetivos coletivos. Esta resulta de uma mistura de afetividade, de rotinas de socialização, de concepções morais e éticas, e de estratégias e cálculos (FRIEDBERG, 1993, p. 110).

O “déficit” de interdependência é constituído por elos frágeis. Visto que, os elos que ligam os membros de uma organização não teriam a mesma intensidade, frequência e importância. Pelo contrário, seriam descontínuos e sem causalidade linear e homogênea, o que complicaria a atribuição das causas aos efeitos. Para proteger ou aumentar sua autonomia e a sua capacidade de ação, os participantes de uma organização, assim, procuram limitar a sua dependência em relação aos outros, “desligando” tanto quanto possível a sua função ou a sua tarefa da dos outros (FRIEDBERG, 1993, p. 110).

Já o “déficit” de legitimidade resulta da validade limitada dos objetivos e fins englobantes. Pois, as normas, os valores e registros que os amparam não bastariam para estruturar completamente os comportamentos e as interações dos participantes. Isto por serem relativizados pelo desenvolvimento de interesses, de valores e de sistemas de justificação parciais e locais, ou abertamente “faccionais”. Com isso, a integração normativa dos participantes é sempre limitada, configurando zonas de incerteza, que são espaços livres e que possibilitam que cada adversário recuse o que lhe é exigido (FRIEDBERG, 1993, p. 130).

Em continuidade, Friedberg (1993) sublinha o poder nas organizações como a capacidade de um ator estruturar processos de troca mais ou menos duráveis a seu favor. Aliado a isso, o ator explora constrangimentos e oportunidades da situação para imposição de trocas favoráveis aos seus interesses. Em outros termos, o poder é uma troca negociada de comportamentos, na qual os participantes retiram dela qualquer coisa e, ao mesmo tempo podem receber mais que os outros.

Assim sendo, o poder de cada parceiro/adversário num processo de troca é visto como a sua capacidade para estruturar a seu favor, sendo proveniente de duas origens. A primeira

⁴ Registro de aula na disciplina Ação coletiva no espaço rural, ministrada pelo professor Dr. Heribert Schmitz em 2018.

é a pertinência da ação de cada participante para a solução, controle ou gestão dos problemas das empresas, ou dos desejos dos outros. A próxima fonte do poder dos participantes é a liberdade ou a zona de autonomia. Esta decorre da relação da organização com seu contexto, do controle da informação e canais de comunicação, e da existência de regras organizacionais (FRIEDBERG, 1993). Além do papel dos seus representantes, por ser uma função complexa, na qual não ocorre simplesmente poder de mando (FRIEDBERG, 1995).

De acordo com Crozier e Friedberg (1993), os superiores têm diferentes possibilidades de atuação. Eles podem influenciar as informações, promover os recursos humanos e as regras para estruturar os jogos, os quais, tem importância fundamental nas relações de poder e da cooperação (CROZIER; FRIEDBERG, 1993). Detalhadamente, Friedberg (1993, p. 385), explica que:

A noção de jogo tem como interesse e vantagens essenciais sublinhar o caráter disciplinado e preestruturado da ação organizada, permitindo tratar o comportamento humano como aquilo que nunca deixou de ser: a afirmação e a atualização de uma opção dentro de um conjunto de opções possíveis que contribui para criar e transformar. Essa noção explica a natureza socialmente elaborada e desenvolvida de qualquer estrutura, cujas características decerto determinam a escolha dos indivíduos, mas cuja preservação ou transformação são, por sua vez, condicionadas por essas escolhas.

Em complemento, o autor sublinha que o jogo independe de normas e valores. Pois, o jogo permanece aberto mesmo diante destes aspectos, e diversas estratégias podem ser utilizadas nele, entre as quais os participantes devem escolher. De tal modo, a continuação do jogo depende da estabilidade dessas opções e do equilíbrio entre elas (FRIEDBERG, 1993).

O sistema de ação concreto, assim, interpreta o resultado do jogo estratégico de atores naturais e institucionais em termos de cooperação. Isto ao revelar que estes atores agem nas limitações gerais de uma racionalidade limitada, para regular a sua cooperação e gerir a sua interdependência, o que produz tanto a concorrência para a definição dos “problemas” como para as respostas a esses problemas (FRIEDBERG, 1993, p. 169).

A partir disto, Crozier e Friedberg (1993) pontuam que o problema central de todas as organizações como estruturas de ação coletivas, é garantir a sua sobrevivência como conjuntos organizados. Já que seus atores têm certo grau de autonomia que lhes permite seguir interesses que não são necessariamente convergentes.

De outro modo, Sabourin (1999), analisa a origem e as lógicas das diferentes formas de organização de agricultores familiares de vários municípios do Sertão nordestino e identifica sequências de evolução das organizações de produtores, assim como indicadores de transição na passagem de uma situação a outra. Nessa análise, o autor visualizou que a

família, o sítio, a comunidade rural e as redes de proximidade que já existiam antes da criação das organizações formais alinham-se à reciprocidade camponesa e que o funcionamento das organizações informais vem do reconhecimento pelo grupo local de regras transmitidas de uma geração a outra e garantidas pela autoridade dos chefes de família (SABOURIN, 1999).

Sabourin (2004), constatou que nas sociedades rurais da África, da América Latina e da Oceania, o princípio de reciprocidade governava grande parte da vida da comunidade ao permear a hospitalidade, a organização política, as relações e prestações entre gerações, as alianças entre famílias e grupos. Ele verificou também práticas que corresponderam a situações mistas associando dinâmicas de intercâmbio e dinâmicas de reciprocidade, como exemplos: o autoconsumo, o trabalho familiar, o patrimônio comum, a autonomia com relação ao mundo global, a inserção parcial no mercado, os conhecimentos interpessoais ou mediados por notáveis (SABOURIN, 2004).

A esse respeito, Tesche (2007) explica que a dádiva – dar sem esperar nada em troca – ainda está presente nas relações sociais dos agricultores familiares, gerando e assegurando processos de cooperação e melhores condições socioeconômicas. Nesse contexto, Sabourin recomenda outra leitura das relações econômicas e sociais, propondo alternativas de economia humana, a partir de uma outra lógica social e econômica que não seja unicamente a troca. De acordo com o autor, as estruturas elementares de reciprocidade foram identificadas por Temple (1998) quando expressa que:

a reciprocidade *bilateral* corresponde às relações interpessoais de aliança (matrimônio, compadrio) e de amizade que se estabelecem entre indivíduos, famílias e grupos. A ajuda mútua na agricultura é típica da reciprocidade bilateral na produção entre duas famílias. A reciprocidade *ternária* implica, no mínimo, três partes. Pode ser unilateral: por exemplo, a dádiva intergerações (relação entre pais e filhos) que produz a responsabilidade. Ela pode ser bilateral, por exemplo, no caso do compartilhamento de recursos comuns, ela produz então a justiça e a confiança (TEMPLE, 1998, citado por SABOURIN, 2006, p.8).

Sabourin (2011) também promove a teoria da reciprocidade como contribuição para o exame do desenvolvimento contemporâneo no âmbito rural. Diferente de Crozier e Friedberg, ele compreende que as atividades econômicas não são motivadas apenas pelo interesse material individual ou corporativista, pois muitas delas incluiriam “[...] a preocupação com a satisfação das necessidades dos outros ou com a manutenção do laço social” (SABOURIN, 2011, p. 34). O autor nesse recorte, privilegia o prisma das relações de reciprocidade e das configurações sociais entre atores, ao vê-las, geralmente, formatadas e limitadas por uma leitura exclusiva do desenvolvimento a partir do princípio da troca (SABOURIN, 2012).

No estado do Pará, constata-se a produção de diferentes estudos de caso, alinhados, entre os principais autores da ação coletiva. No que tange à escola francesa, Farias (2009, 2010) abordou a gestão de máquinas em um assentamento e identificou vários conflitos em torno das receitas de aluguel e por apropriação de recursos pelas lideranças. Por sua vez, Pantoja (2010) verificou que com intermédio de movimentos sociais, agricultores familiares se mobilizaram aumentando a adesão entre eles por meio de regras que reduziam a centralidade do poder do presidente (PANTOJA, 2010).

Referente à teoria da escolha racional de Olson, nos estudos de Maneschy, Conceição e Maia (2010) na região Nordeste Paraense, aparece à figura do *free rider*. Diferentemente, Sousa, Schmitz, Mota (2013) observaram em comunidades rurais, na mesma região, um Clube Agrícola, no qual são realizados mutirões quando um dos sócios apresenta dificuldades para a produção individual, a fim de prestação de socorro com a doação de trabalho mesmo quando não solicitado (SOUSA, SCHMITZ, MOTA, 2013, p.173). Os trabalhos de Prado (2008), Farias (2014) e Schmitz, Mota e Souza (2017), também mostram que os indivíduos não se comportam sempre como previsto por Olson (1998) ao demonstrarem a existência de reciprocidade entre membros de organizações sociais no estado.

Nesse conjunto, a ação coletiva pode ser interpretada sob a forma de cooperação, racionalidade e reciprocidade. A partir disto, este estudo busca levantar aspectos da ação coletiva realizada em comunidades de agricultores integrados à dendeicultura e analisar a atuação dos agricultores familiares integrados ao dendê nestes espaços e mais propriamente em relação á propostas na Amafib. No item seguinte, apresento a abordagem do associativismo em questão neste estudo.

2.2 O associativismo rural paraense

Segundo Hébette (2010, p. 56), “o associativismo compreende formas de cooperação e de processos marcados por maior ou menor grau de compromisso mútuo”. Ele compõe-se por uma reunião mais ou menos estável e organizada de pessoas voltadas para algum interesse prático comum. O autor frisa a existência de uma diversidade de possíveis interesses e atores envolvidos.

Na década de 1990, especialmente em função da Constituição de 1988, as associações foram consolidadas para o estabelecimento de parcerias com o Estado e com o mercado, e vinculadas às políticas sociais. Assim, elas ocupariam espaços de participação social na deliberação e/ou gestão de políticas públicas (MANESCHY, CONCEIÇÃO, MAIA, 2010; HÉBETTE, 2010).

Maneschy, Conceição e Maia (2010) expressam que o impulso para criação de associações, contribuiu para fornecimento de crédito rural no estado do Pará. Isto é justificado por Lobão (2006, p. 208), ao colocar que “na grande maioria das vezes, o que se verifica é um processo associativo que visa facilitar as relações dos sócios com o Estado, com Organizações Não Governamentais (ONGs), e o acesso à crédito ou mercado”.

Em consonância, D’Incao (2002, p. 135) sinaliza a existência de “um jogo político em associações”. Visto que elas têm sido contatadas por agentes de desenvolvimento e por ONGs para multiplicar resultados programados e subsidiar diagnósticos de práticas sociais de agricultores em suas organizações.

Para Maneschy, Maia e Conceição (2008), a indução política para a formação de organizações pode ser prejudicial, se contrapor-se as formas de cooperação que possibilitam a existência dos grupos sociais e suas relações de confiança, com consequências que precisam ser consideradas. O risco seria de implicar em dificuldades de relacionamento entre sócios e líderes. A partir de seus estudos na região Nordeste paraense e na Ilha do Marajó, as autoras apontam ainda que:

As organizações de agricultores familiares eram compostas por sócios que tendiam a morar ou ter terras de trabalho nas circunvizinhanças. Mas elas denotavam artificialismo em sua constituição, conforme as queixas generalizadas dos líderes de que os sócios eram ausentes ou pouco atuantes. Por outro lado, do ponto de vista dos associados, os mecanismos de concessão dos financiamentos eram pouco claros, suscitando muitas críticas em relação a essa política e comprometendo o estabelecimento de relações de confiança entre os associados e dirigentes (MANESCHY; CONCEIÇÃO; MAIA, 2010, p. 153).

Para além disso, Luchmann (2014, p. 57) diz que o associativismo é central na medida em que se constitui como fenômeno que desloca as atribuições dos problemas e condições do plano pessoal para o plano coletivo ou sistêmico. A autora, sugere então, se pensar o campo do associativismo em perspectiva relacional pelo menos em dois sentidos:

Em uma perspectiva objetiva ou estrutural-pensar as associações enquanto artefatos, ou como dependentes das configurações políticas, como maior ou menor abertura participativa, a composição das elites, o perfil de agentes da burocracia estatal, as ligações político-partidárias e os programas governamentais e legislação, por exemplo. Em uma perspectiva subjetiva, que depende das orientações, interesses e estratégias dos atores sociais, podemos identificar aproximações de diferentes graus e tipos, seja por relações de interesses, de estratégias e/ou de posicionamentos ideológicos (LUCHMANN, 2014, p. 58).

Nesse escopo, Cefai *et al.*, (2011, p. 6-7) compreendem que as associações “[...] estão engajadas em relações de cooperação e de competição recíproca por sua sobrevivência e em colaborações com vistas a objetivos comuns. Por esse motivo elas criariam as mais variadas frentes de aliança e de oposição tanto para redesenhar relações interpessoais quanto ocupar posições relevantes nas tramas de relações interorganizacionais.

Com isso, Hébette (2010) entende que as associações estão inseridas em contextos culturais, econômicos, políticos e sociais que são determinantes para os tipos, características e vínculos associativos. No tocante à distribuição de recursos, Gomes, Maneschy e Magalhães (2010) informam que “além das habilidades e recursos que os indivíduos ou grupos dispõem, sua capacidade de ação depende de sua posição em redes de relações sociais” (GOMES; MANESCHY; MAGALHÃES, 2010, p. 20).

Para Hébette (2010, p. 55), esta modalidade de ação coletiva torna as associações ambíguas. Pois, se internamente as associações formais seriam dotadas de grande liberdade no seu processo de criação, elas perdem esta liberdade nas suas relações externas, principalmente, para os seus “parceiros”, nas formas de funcionamento.

No entanto, Maneschy e Klovdahl (2007, p. 14) indicam que a rede de contatos, representam formas de capital social importantes para as associações alcançarem seus objetivos. Mas as autoras ressaltam que, os grupos de sua análise não receberam acesso uniforme de benefícios, mesmo expostos a muitos tipos de contatos.

A participação de agricultores em suas organizações se expressa em diferentes modos. Cefai (2009) percebe que as associações são vistas como um espaço que potencializa os vínculos de reciprocidade, sociabilidade e solidariedade associativas. Entretanto, Lobão (2006) observa que algumas também “podem apresentar-se com um sistema de relações hierárquicas que seguem princípios de filiação, fidelidade, cumplicidade” (LOBÃO, 2006, p. 207).

Este estudo compreende, inclusive, que a participação pode se manifestar em graus apresentados por Bordenave (2013). Paralelamente, ela favorece processos participativos com o objetivo de expressar necessidades ou demandas, defender interesses comuns, alcançar objetivos econômicos, sociais ou políticos, ou influir de maneira direta nas decisões dos poderes públicos (BORDENAVE, 2013).

Segundo o autor, a participação pode ser subdividida em sete graus. O menor grau é o da informação, em que os dirigentes informam aos membros sobre as decisões já tomadas. Na consulta facultativa, a diretoria pode consultar os sócios, solicitando críticas, sugestões ou dados para resolver algum problema. Na consulta obrigatória, os sócios devem ser consultados em certas ocasiões, mas a decisão final pertence aos diretores. Na participação sob recomendação, os sócios elaboram propostas e recomendam medidas que a diretoria aceita ou rejeita sob justificção. Num grau superior, encontra-se a cogestão, na qual os sócios influenciam diretamente na eleição de um plano de ação e na tomada de decisões. A delegação é um grau de participação, nele a diretoria define limites dentro dos quais os sócios

têm poder de decisão. Finalmente, o grau mais alto de participação é a autogestão, na qual o grupo determina seus objetivos, escolhe seus meios e estabelece os controles pertinentes, sem referência a uma autoridade externa.

Schmitz (2010), por seu turno, expressa que a participação “pode ser entendida como um sistema de ação concreto com diferentes atores envolvidos nas tomadas de decisões [...] e a manobra de cada um é resultado de uma negociação e do jogo livre de forças”. Além disso, a participação de cada envolvido nas decisões pode ser identificada apenas numa situação concreta, como na etapa de um projeto, no uso de método ou um momento de parceria⁵ (SCHMITZ, 2010, p. 245).

Em relação ao exposto, Miranda (2010) observou em uma cooperativa, no município de Benevides-Pará, que “aos cooperados só foi permitido tomar decisões no planejamento e execução das ações nos núcleos de produção. Lhes coube apenas a avaliação incipiente dos resultados nas assembleias gerais” (MIRANDA, 2010, p. 63).

Comerford (1999), salienta que as reuniões são muitas vezes pensadas por assessores e dirigentes como um momento fundamental de participação, de democracia e de organização. Uma oportunidade para “tomar decisões coletivamente, pelo consenso ou pelo voto, um espaço para tornar públicos os problemas e dilemas da organização ou de seus membros, e para aprendizado e conscientização através da discussão participativa” (COMERFORD, 1999, p. 48).

Não obstante, Comerford (1999, p. 48) critica o caráter quase “obrigatório” das reuniões. Pois, elas:

“[...] não impedem, porém, que haja reclamações frequentes a respeito da ineficácia das mesmas, tanto por parte daqueles que as organizam como daqueles que apenas as frequentam. Os organizadores costumam reclamar que nas reuniões os objetivos propostos não são alcançados, não se aprofundam as discussões, nada se decide, não se fecha nada, que as decisões tomadas nas reuniões não são seguidas, que os resultados de uma reunião são esquecidos na reunião seguinte, que certas reuniões só servem para marcar outras reuniões, as pessoas não falam nas reuniões e depois ficam falando por fora, e sobretudo que as pessoas não participam – não comparecem, e quando comparecem, permanecem caladas.

Quanto à participação de sócios em reuniões de associação, Potiguar Júnior (2008) identificou, em estudo no Estado do Pará, que os sócios que nunca participaram das reuniões são levados a crer que sua associação apresenta vários problemas, destacando-se a falta de financiamentos. Em relação aos possíveis efeitos desse problema, Rios e Carvalho (2007)

⁵ A parceria tratado neste trabalho, também se inspira no entendimento de Schmitz (2010), quando a coloca como uma forma especial de participação, na qual organizações são envolvidas como atores, incluindo, assim, além do nível microssocail, os níveis meso e macrosocial (SCHMITZ, 2010, p.51).

identificaram, em estudos em uma organização social de produtores rurais no Nordeste do Brasil, que dificuldades práticas tanto de gestão quanto de participação, causaram insucessos econômicos em cooperativas de produtores rurais.

A respeito da participação mais expressiva no âmbito do associativismo rural, Maneschy, Conceição e Maia (2010) discutem a importância da participação popular na formulação e execução de políticas de desenvolvimento local sustentável. Já que ela pode ser o indicador de uma base democrática, “[...] cumpre atentar para as desigualdades que marcam a construção mesma dessa participação” (MANESCHY; CONCEIÇÃO; MAIA, 2010, p. 145).

Quanto a isto, Reis (2002) analisou a estrutura de participação na dinâmica de gestão coletiva de agricultores familiares nos municípios de Viseu e Santa Luzia do Pará. A autora identificou falta de comprometimento dos sócios com os objetivos comuns em cooperativas desses municípios, e que o interesse pessoal dos agricultores familiares prevaleceu.

Ainda quanto à participação, Ataíde (2005), em seu trabalho sobre o desempenho dos projetos de desenvolvimento local sustentável no município de Igarapé-Açu, apontou um descompasso entre a proposta dos projetos e o seu desenvolvimento prático para agricultores familiares, visto que:

Há projetos em que a participação dos agricultores familiares ficou prejudicada pela pouca socialização e compreensão da proposta; a falta de transparência na aplicação dos recursos; a falta de sentimento de pertencimento por parte dos beneficiários; e a capacitação pouco eficiente. No caso onde a capacidade de decisão dos agricultores foi mais bem estimulada, houve maior apropriação do processo de desenvolvimento local e uma tendência a uma participação mais ativa e consciente dos agricultores (ATAÍDE, 2005, p.7).

Diferentemente, Prado e Schmitz (2010) identificaram que os cooperados da Cooperativa Agrícola Santo Antônio, no município de Marituba, participaram de forma ativa da gestão da cooperativa. Eles se reuniam com frequência em grupos de acordo com as atividades que atuavam e em assembleias gerais para discutir problemas do cotidiano. Isto porque a organização criou e fortaleceu o caráter familiar do empreendimento.

De acordo com Clemente (2018) a expansão das organizações coletivas para a agricultura familiar se deu fomentada pela atuação do Estado e do capital. Para ele, o primeiro efetua a indução a partir de medidas e ações estatais, via políticas públicas. O autor ainda observa que:

O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) foi o marco destas políticas, em 1996, no Governo FHC. A partir de 2002, no Governo Lula (2002-2010), aumentaram as políticas com este formato, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), o Programa Nacional de Uso e Produção do Biodiesel (PNPB), o Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais (PRONAT), dentre outros. Assim, a formação de organizações

coletivas de agricultores familiares permaneceu, majoritariamente, induzida, de cima para baixo (*top down*). (CLEMENTE, 2018, p. 62).

A partir destes estudos, busco discutir a criação da Amafib e as formas de participação de seus sócios da organização, a qual se inscreve no contexto da integração da agricultura familiar ao dendê, cujo tema será abordado a seguir.

2.3 A integração de agricultores familiares à dendeicultura no Pará

O dendezeiro (*Elaeis guineensis* Jacq.), também conhecido como palma de óleo, teve seu provável centro de dispersão no golfo da Guiné, localizado na costa ocidental africana. Seu habitat natural é a margem dos grandes rios do oeste e do centro da África. Foi introduzido pela primeira vez no Brasil por escravos, formando algumas populações de plantas no Rio de Janeiro e na Bahia (MULLER; ANDRADE, 2010).

A inserção na Amazônia Brasileira ocorreu em 1942, por meio de sementes trazidas da Bahia, por Francisco Coutinho de Oliveira, técnico da Secção de Fomento Agrícola do estado do Pará. Posteriormente, em 1952, o pesquisador George O'Neill Adison, do Instituto Agrônômico do Norte, instalou os primeiros campos de multiplicação de híbridos entre o dendezeiro, espécie africana, e o caiaué (*Elaeis oleifera* (Kunth) Cortés), espécie nativa da Amazônia, iniciando um programa de pesquisas que foi seguido pelo Instituto de Pesquisa e Experimentação Agropecuária do Norte (MÜLLER; FURLAN JÚNIOR; CELESTINO FILHO, 2006, p. 15).

A produção de dendê no Pará foi iniciada em 1964/65, a partir de acordos de cooperação técnica entre a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA) e o Institut de Recherches pour les Huiles et Oléagineux (IRHO), atualmente, Centre de Coopération Internationale en Recherche Agronomique pour le Développement (Cirad), da França. Foi implantado um projeto piloto, lançado em 1966 pela SPVEA (MÜLLER; FURLAN JÚNIOR; CELESTINO FILHO, 2006).

Este projeto previa a implantação de um núcleo de 1.500 hectares, uma usina para processamento de cachos com frutos frescos e mais 1.500 ha de plantações satélites, conduzidas por pequenos agricultores locais, sob orientação técnica para compor um modelo de mão de obra agrícola regional (MÜLLER; FURLAN JÚNIOR; CELESTINO FILHO, 2006).

A recente expansão da dendeicultura no Nordeste Paraense inscreve-se numa iniciativa maior no Brasil, estimulado pelo governo federal, para a produção de biodiesel.

Visto que, em 2004, foi estabelecida a meta nacional para 2013 de adição de 5% de biodiesel ao petrodiesel (BRASIL, 2018).

Por conseguinte, nos últimos dez anos, vislumbrou-se a democratização do acesso às condições de produção e aos recursos associados, oferecendo aos agricultores familiares, a possibilidade de participar desse mercado por meio do Programa Nacional de Produção e Uso de Biodiesel (PNPB). Pedroti (2013) sublinha que o programa incentivou a participação de agricultores familiares “[...] que, sem a intervenção estatal, dificilmente teriam acesso a esse mercado altamente competitivo, marcado pela presença de fortes produtores agrícolas empresariais” (PEDROTI, 2013, p.16).

O PNPB institucionalizou a base normativa para a produção e comercialização do biodiesel no País, envolvendo a definição do modelo tributário para este novo combustível e o desenvolvimento de mecanismos para inclusão da agricultura familiar, por meio da criação do Selo Combustível Social (SCS) (BRASIL, 2020). Esse trabalho foi pautado por diretrizes de política de inclusão social; aproveitamento de oleaginosas de acordo com as diversidades regionais; segurança de abastecimento para o novo combustível; garantia de qualidade para o consumidor; e busca da competitividade frente ao diesel de petróleo (BRASIL, 2020).

Assim, o dendê foi idealizado como a principal fonte de produção de agrocombustível biodiesel na Amazônia por possuir balanço energético positivo e por sua adaptabilidade às condições edafoclimáticas da região. Mas antes da sua promoção na Amazônia paraense pelo governo federal, agricultores familiares haviam sido vinculados à produção de dendê no projeto Novo Pará pelo governador Almir Gabriel e pelo Grupo Agropalma em 2000 (SANTOS, 2015, p. 66).

Além da referida oportunidade, agricultores participaram da integração por meio do PNPB em 2004, e posteriormente pelo Programa Nacional de Produção Sustentável de Óleo de Palma (PPSOP) de 2010. A produção integrada ou integração agroindustrial trata-se “de um sistema baseado em um arranjo contratual entre uma indústria, cooperativa etc. (chamada de integradora) e o agricultor. Este assume o compromisso de produzir e fornecer matéria-prima” (AQUINO, 2013, p. 169).

Esta incorporação de agricultores familiares como fornecedores para os empreendimentos privados visou expandir o cultivo da palma na Amazônia e no Nordeste brasileiro (CARDOSO; MANESCHY; MATLABA, 2014). As autoras constatarem também a participação de diversas organizações nesses programas, como o Ministério do Desenvolvimento Agrário, bancos oficiais, órgãos dos executivos municipais, agências estaduais de extensão rural, federações e sindicatos de trabalhadores rurais.

Em 2016, a Abrapalma estimou que no Brasil tem uma área cultivada de cerca de 236 mil hectares, com protagonismo do Estado do Pará com 88% dessas áreas (ABRAPALMA, 2018). O Estado tem 1.508 famílias de agricultores familiares que cultivam e comercializam dendê para empresas (BRANDÃO; SCHONEVELD; PACHECO, 2018).

Os municípios abrangidos são: Acará, Aurora do Pará, Baião, Bujaru, Cametá, Castanhal, Concórdia do Pará, Capitão Poço, Garrafão do Norte, Igarapé-Açu, Irituia, Mãe do Rio, Mocajuba, Moju, São Domingos do Capim, Tailândia e Tomé-Açu. As empresas que se instalaram para comandar os processos produtivo e comercial foram a Agropalma, a Biopalma, a Marborges, a Archer *Daniels Midland Company* (ADM), dentre outras (SANTOS, 2015).

Visando à expansão da dendeicultura na Amazônia, houve a liberação do Pronaf-Eco Dendê como financiamento para os agricultores interessados em parceria do governo federal com o governo do estado do Pará. Esta linha de crédito foi fornecida por meio do Banco da Amazônia S. A. que, de 2013 a 2015, firmou 610 contratos, envolvendo uma área de R\$ 5.817,50 hectares, distribuídos por 16 municípios, totalizando os valores de R\$ 44.314.854,20 (SANTOS, 2017).

Este financiamento foi prometido para o fortalecimento e o desenvolvimento da agricultura familiar, no âmbito do Programa de Produção Sustentável de Palma de Óleo (PPSPO) do governo federal. Seria um crédito diferenciado que asseguraria a geração de renda, promovendo técnicas capazes de minimizar o impacto da atividade rural no meio ambiente e de assegurar um bom convívio do agricultor com o bioma amazônico (SANTOS, 2017).

Geralmente, as empresas que atuam na cadeia produtiva do dendê participam da integração comercializando insumos, oferecendo a infraestrutura inicial e prestando assistência técnica aos agricultores familiares. Isto por meio de contrato, no qual elas, se comprometem a comprar os frutos frescos colhidos pelo agricultor por um período de 25 anos, por ser o tempo economicamente útil do dendezeiro. A produção de dendê dos agricultores, é paga por tonelada de frutos, correspondendo a 10% do valor definido para a tonelada de óleo bruto, na bolsa de valores de Roterdã (SANTOS, 2015).

Estes fertilizantes utilizados pelos agricultores são financiados pelas empresas, na medida em que elas descontam 25% do valor desse insumo sobre o que o agricultor recebe pela matéria-prima vendida à estas; as quais também descontam 25% para ressarcimento do financiamento bancário como meio de reduzir o risco de inadimplência destes trabalhadores (SANTOS, 2015, p. 64).

Sobre isto, Sampaio (2014) entende que a atuação dessas empresas obedece à lógica capitalista de produção no território, já que elas modificam sua atuação ao bel prazer de dinâmicas e interesses econômicos e mercadológicos. O autor observa ainda que elas agem “[...] com auxílio do Estado e com a emergência de implicações ambientais, sociais e produtivas, perpetuam a papel histórico de fornecedores de matérias primas e consumidores de produtos industrializados a esses territórios, como a Amazônia [...]” (SAMPAIO, 2014, p.81).

Entre os referidos empreendimentos, a empresa ADM atua no ramo de dendê nos municípios de São Domingos do Capim, Mãe do Rio, São Miguel do Guamá e Irituia (GOMES; MAGALHÃES, 2016), o último meu lócus empírico. No início do processo da integração, esta empresa contou com a parceria de organizações públicas, como a Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater), e da Organização Não-Governamental Ecodendê, que atuaram na seleção e no cadastro de cada agricultor familiar, e como organizações intermediárias junto à Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Pará (Fetagri) e ao Banco da Amazônia S. A. (Basa), na concessão às famílias do crédito dentro das linhas do Pronaf Eco Dendê (ADM, 2012).

Segundo informações provenientes desta organização, 160 agricultores familiares assinaram contratos de parceria, somando mais de 1,3 mil hectares. A estimativa era de que cada família produzisse 25 toneladas por hectare anualmente. A ADM assumia as responsabilidades de fornecimento das mudas, de prestação de assistência técnica, de promoção de treinamentos sobre práticas de cultivo sustentável e de compra da produção resultante (ADM, 2012).

Uma vez implantado os projetos, Caetano, Mota e Ferreira (2018) evidenciaram redefinições no trabalho familiar na produção de dendê sob contrato na Amazônia brasileira. As autoras salientam a intensificação do trabalho de agricultores no monocultivo de palma em estabelecimentos agrícolas que apresentavam sistemas produtivos diversificados, tendo em vista a mão de obra familiar insuficiente e a necessidade de contratação de assalariados para o cumprimento do contrato de comercialização de frutos.

Mota, Ribeiro e Schmitz (2019) também identificaram transformações na organização do trabalho de agricultores na vila Água Azul, em Tomé-Açu, Pará, município palco do lançamento do Programa Federal de Produção Sustentável de Palma de Óleo (PSOP), pelo presidente Luís Inácio Lula da Silva (Lula), em 2010. Os autores constataram que nos estabelecimentos cujos sistemas de produção incluem o dendê, os cultivos anuais sofreram

uma redução de 50% e deixaram de ser cultivados nos demais 50%, porque o volume de trabalho supera a capacidade da família e a contratação de trabalhadores ultrapassaria as possibilidades de pagamento (MOTA; RIBEIRO; SCHMITZ, 2019, p. 547).

Gomes (2018) analisou a inclusão social de agricultores integrados do município de Garrafão do Norte – PA, e constatou que as culturas tradicionais destes agricultores eram desconsideradas; embora o estabelecimento agrícola familiar seja um sistema⁶de produção. Tal fato configurou uma inclusão marginal, mas que foi percebida pelos agricultores como uma oportunidade que lhes era negada e como uma possibilidade de aquisição de melhorias.

A respeito do desempenho dos agricultores, Schoneveld e Pacheco (2018) afirmam que existe ampla variação. Há unidades altamente produtivas e projetos praticamente abandonados. Além disso, os autores estimam que 55% dos agricultores familiares integrados à cadeia produtiva de dendê não conseguiu atender às expectativas de desempenho das empresas de óleo de palma.

Neste contexto da integração da agricultura familiar à agroindústria de dendê, foi criada a Consergc como representante de associações de agricultores integrados ao dendê pela empresa ADM, nos municípios de São Domingos do Capim e de Irituia (BALIEIRO, 2019). Então, cabe a este trabalho a abordagem do processo de implantação da dendeicultura neste último município para a análise da atuação dos sócios e dos parceiros relacionados a Amafib.

O próximo tópico explicita os caminhos percorridos no campo de pesquisa.

⁶ “No enfoque sistêmico, o estabelecimento agrícola é visto como uma unidade complexa, administrada pela família, abrangendo tanto o sistema de produção (com os subsistemas de cultivo, de criação, de extrativismo, de beneficiamento, etc.) como o sistema de consumo (reprodução)” (SCHMITZ, 2010, p. 85-86).

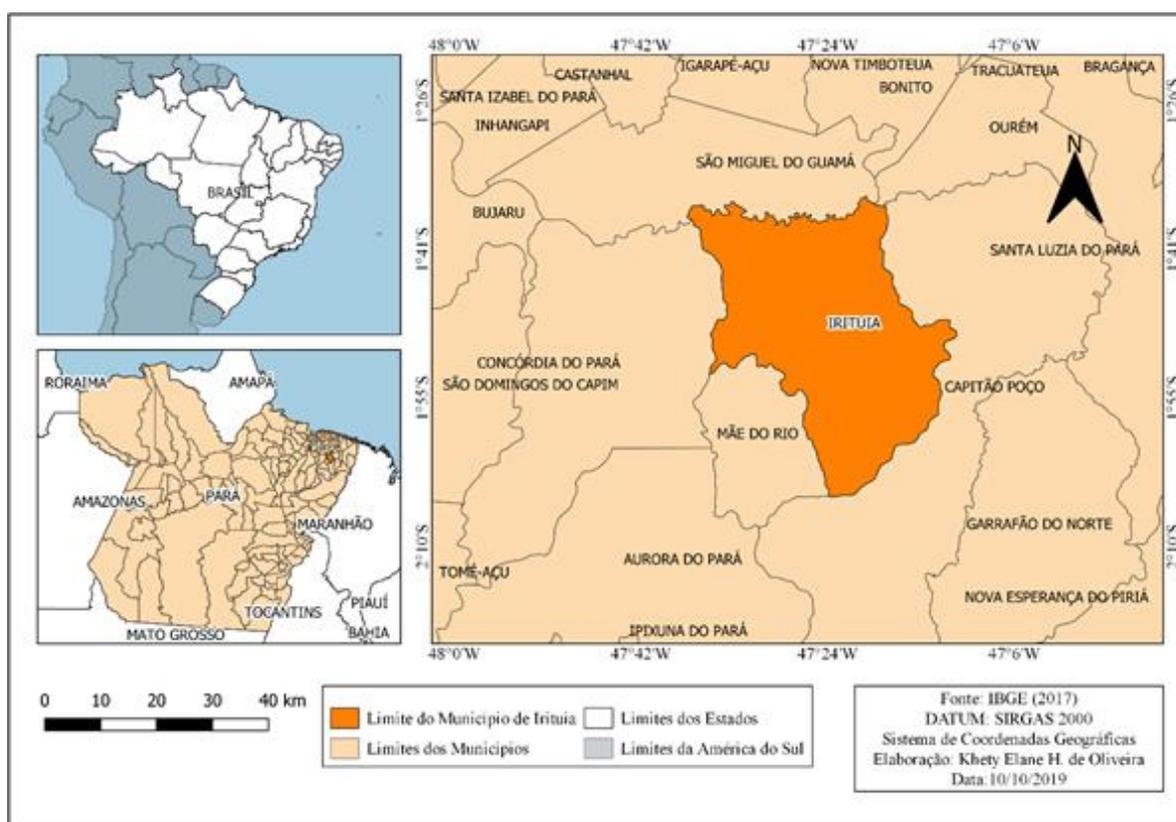
3 METODOLOGIA

Neste capítulo, aponto a metodologia a partir da caracterização da área de estudo, da escolha do local da pesquisa e das etapas da pesquisa, nas quais descrevo os procedimentos para coleta de dados e sistematização dos conteúdos.

3.1 Caracterização da área de estudo

Este estudo se situa no município de Irituia – PA, localizado na mesorregião do Nordeste paraense, a 170 km da capital Belém (MIRANDA; KATO; SABLAYROLLES, 2013). Sua sede municipal tem as seguintes coordenadas geográficas: 01° 46' 12" de latitude Sul e 48° 26' 21" de longitude a Oeste de Greenwich". Faz limite ao Norte com o município de São Miguel do Guamá, ao Sul com Mãe do Rio, ao Leste com Capitão Poço e ao Oeste com São Domingos do Capim, como mostra a Figura 1.

Figura 1: Localização geográfica do município de Irituia, Pará



Fonte: Elaborada pela autora.

A unidade territorial de Irituia tem 1.379,362 km² e uma população estimada em 31.364 pessoas. A área rural concentra cerca de 24.840 pessoas e a urbana, apenas 6.524 (IBGE, 2018). Os solos do município são, predominantemente, o Latossolo Amarelo, textura

média; Latossolo Amarelo, textura argilosa; e Concrecionário Laterítico. A vegetação primitiva da localidade era, majoritariamente, a Floresta Densa dos baixos platôs. O principal rio do município é o rio Irituia, afluente da margem esquerda do rio Guamá. A temperatura média anual é elevada, em torno de 25 °C, e no período mais quente apresenta médias mensais por volta de 25,5 °C (FAPESPA, 2016).

A economia do município é basicamente agrícola, pois cerca de 70% de sua área total (100.000 ha) é ocupada pelos estabelecimentos agropecuários, sendo 17.525 ha destinados à exploração agroflorestal (IBGE, 2018). Além da extração vegetal de açaí⁷, sua grande expressão rural se constitui por produtos de culturas anuais, como: abacaxi, arroz, feijão, malva, mandioca, melancia e milho; e de culturas permanentes, com cultivos de: banana, cacau, coco-da-baía, laranja, limão, mamão, maracujá, pimenta-do-reino e dendê (FAPESPA, 2016).

3.2 A escolha do local da pesquisa

A escolha do local da pesquisa partiu de dois interesses: me reaproximar da temática da integração da agricultura familiar à cadeia produtiva do dendê e do associativismo rural. Inicialmente, contei com a colaboração do meu colega Marciclei Balieiro, o qual estuda a gestão da central de associações de agricultores integrados à dendeicultura nos municípios de Irituia e de São Domingos do Capim.

O meu primeiro contato com a integração da agricultura familiar à agroindústria de dendê iniciou em 2015, ano em que colaborei com pesquisas de campo de mestrands do MAFDS/UFGA vinculados ao projeto AFInS. Nestas oportunidades, realizei entrevistas que abordaram diversos aspectos da participação da agricultura familiar na integração ao dendê no Nordeste paraense.

Para conhecer as experiências de agricultores familiares integrados ao dendê relacionadas ao associativismo rural, realizei uma primeira viagem ao município de Irituia em colaboração à pesquisa do colega citado, em junho de 2018. Então pude acompanhar depoimentos dos representantes das cinco associações de agricultores que fazem parte da Consergc no município e, partir dessa experiência, me dedicar a este trabalho.

⁷ Palmeira (*Euterpe oleracea*), de cujos frutos se faz uma espécie de papa muito apreciada; uacaí, açaí-branco, açaí-do-pará, açazeiro, coqueiro-açaí, iuçara, juçara, palmiteiro, palmito, piná, tucaniei (ORMOND, 2006, p. 11).

3.3 Etapas da pesquisa

Esta pesquisa é um estudo de caso com abordagem qualitativa e quantitativa, composta por quatro etapas: 1) revisão de literatura e levantamento de dados secundários; 2) pesquisa exploratória; 3) pesquisa de campo, incluindo observações; 4) sistematização, tratamento e interpretação dos dados.

Na revisão da literatura, escolhi os temas: a ação coletiva, o associativismo rural e a integração da agricultura familiar à cadeia produtiva de dendê por fornecerem o conhecimento dos conteúdos clássicos e dos recentes estudos que se relacionam ao campo deste trabalho. As disciplinas do mestrado, sobretudo, da “Ação coletiva no espaço rural”, foram de fundamental importância por subsidiarem a análise sobre a organização de agricultores familiares e de suas relações de parceria. Realizei ainda o levantamento de dados secundários por meio de acesso às informações disponíveis nos sites do IBGE, da Fapespa e da Abrapalma.

Desde o início da pesquisa exploratória, realizada em dois períodos entre os meses de junho e agosto de 2018, utilizei a abordagem qualitativa para compreender “[...] o que as pessoas estão fazendo ou o que está lhes acontecendo” (AGROSINO, 2009, p. 8), e a abordagem de um estudo de caso para que as condições do ambiente de estudo fossem reveladas em profundidade (BECKER, 1994).

Meu primeiro contato com o município de Irituia aconteceu entre os dias 3 e 8 de junho de 2018 e foi conduzido pelo colega Marciclei Balieiro. Lá, recebi permissão para utilizar uma sala desocupada do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Irituia (STTRI) para o tempo da minha estadia. Tal condição facilitou a identificação dos endereços dos representantes de associações que meu colega e eu pretendíamos entrevistar, além de possibilitar o aluguel de uma motocicleta para nos deslocarmos para as diferentes comunidades (Anexo A).

Destarte, no escopo do associativismo rural, busquei identificar qual das cinco associações de agricultores familiares integrados reunia diferentes experiências coletivas interessantes para analisar os aspectos de cooperação ou reciprocidade em ações coletivas no contexto da integração. Para tanto, utilizei o método de entrevista não-diretiva (MICHELAT, 1987) nesse primeiro momento da pesquisa. A princípio, entrevistei o vice-presidente da Consergc, essa escolha me permitiu levantar os dados gerais das relações entre a organização e as associações, bem como entre ela e a ADM.

Busquei saber desse informante, que também exercia a função de presidente de uma das cinco associações ligadas à Central em Irituia, como foi criada a Consergc, quais as suas dificuldades e conquistas, quais as atividades coletivas realizadas e como poderia ser definida a participação dos sócios. Quanto a esses quesitos, entrevistei mais seis representantes de associações parceiras da central: quatro deles são presidentes e dois, tesoureiros. Todas as entrevistas foram registradas por meio de gravador, caderno de anotações e, em alguns casos, fotografias. Essas ferramentas foram utilizadas ao longo de todas as etapas da pesquisa de campo e permitiram a elaboração de relatórios.

As experiências levantadas foram: os mutirões para roçagem de plantios de dendê, a construção de sede, a realização de festas e bingos, as tentativas de compra de trator e a formação de roça da associação. Na avaliação das trajetórias das cinco associações de agricultores integrados do município, constatei que todas realizaram mutirões de roçagem nos primeiros anos de plantio de dendê, mas apenas a Associação dos Agricultores Familiares do Tabocal apresentou um grupo persistente.

As associações que não registraram nenhuma experiência coletiva, além de mutirões para o plantio e para roçagens de áreas até os dois primeiros anos de implantação dos projetos foram: a Associação dos Pequenos Agricultores Familiares da Vila Bangú e a Associação dos Agricultores Familiares Produtores de Palma da Região da Galiléia. A Associação dos Pequenos Produtores Rurais da Região Nossa Senhora do Perpétuo Socorro e a Associação dos Moradores Agricultores Familiares de Igarapé-Açu de Baixo (Amafib) adquiriram sede própria. Não obstante a falta de mutirões, a Amafib registra todas demais experiências. Portanto, ela foi a organização escolhida para este estudo de caso, visto que seus registros poderiam revelar os limites e possibilidades de cooperação entre sócios em diferentes propostas.

No segundo período da pesquisa exploratória realizado entre os dias 24 de julho e 1º de agosto de 2018, me aproximei de sócios e de outros membros da diretoria da Amafib. Para tanto, retomei o contato com funcionários do STTRI que me cederam a referida sala utilizada no período anterior para dormitório, bem como indicaram uma pessoa tida por eles como de confiança para me prestar serviços de transporte de motocicleta e facilitar meu acesso aos estabelecimentos agrícolas dos agricultores familiares.

Para obter os endereços dos entrevistados, fui até a residência do presidente da associação e solicitei informações sobre os modos de acesso aos estabelecimentos familiares de todos os sócios integrados à dendeicultura da Amafib. Em seguida, por meio de um questionário semiestruturado (AGROSINO, 2009), entrevistei oito desses agricultores –

residentes das comunidades Candeuá, Ajará, São Sebastião, Araraquara, Puraquequara, Nazaré e Rosário – para levantar respostas e novos elementos para ampliar o meu conhecimento sobre a associação. Os sócios descreveram o funcionamento da associação, suas relações de parceria e, sobretudo, a própria participação nas atividades realizadas.

Para me deslocar e realizar as entrevistas, contratei o Sr. Mt. que trabalha como piloto de motocicleta e é bastante conhecido pela maioria dos moradores das regiões de Igarapé-Açu de Baixo e Baixo Irituia, pois fora funcionário do sindicato e morou nessa última localidade. Assim sendo, a maioria dos sócios pareciam olhar a nossa presença como uma simpática visita. Contudo, diante das minhas perguntas, geralmente, suas respostas eram breves e semelhantes, disseram que o funcionamento da associação era bom, que desconheciam as relações de parceria da organização e que por falta de união, não alcançaram o objetivo de compra de um trator pela organização.

No entanto, após as entrevistas com questionário, vários sócios demonstraram interesse em contribuir com o meu propósito na pesquisa de conhecer detalhadamente a associação e as relações que eles possuem com ela, uma vez que me ofereceram café, açaí ou almoços durante minha estada nas comunidades. Deste jeito, as inquietações, frustrações e desafios presentes nas falas emergiram como novos elementos, o que me permitiu acrescentar componentes mais característicos do associativismo e da integração vivenciados pelos informantes e relatados na pesquisa de campo.

A partir dessa experiência, posso confirmar que “[...] a escolha do campo permitirá transformar a questão vaga e genérica do início em objeto empírico” (BEAUD, 2007, p. 37), e reconhecer que “[...] os estudos começam por problemas bastante práticos ou simples. Partindo de estudos empíricos, em seguida o trabalho prossegue e definições mais precisas, controle de observações, medições de variáveis, são introduzidos para aumentar a exatidão” (MANN, 1975, p. 44-45).

A pesquisa de campo foi realizada em dois períodos entre agosto de 2019 e fevereiro de 2020, mantendo as condições de transporte e hospedagem da etapa anterior, pois meu condutor residia em frente ao sindicato. A localização do STTRI me possibilitou ter contato alternativo com os entrevistados quando esses o buscaram para algum atendimento, reuniões, ou quando percorriam a avenida onde se situa a organização indo ao centro comercial de Irituia ou retornando deste; isso contribuiu para agendamentos e conversas informais. A minha amostra de estudo foi composta por todos os 23 sócios integrados à Amafib, residentes em quinze comunidades.

O primeiro período da pesquisa de campo ocorreu entre os dias 20 a 26 de agosto de 2019, momento em que realizei entrevistas não-diretivas com sócios, informantes-chave – sendo que um deles é morador antigo na região de Igarapé-Açu de Baixo e não sócio –, e com o tesoureiro da Consergc. Também pratiquei a observação participante (BECKER, 1994; AGROSINO, 2009) no intuito de conhecer os detalhes que envolvem as relações de parceria da associação e os posicionamentos dos diferentes atores em uma reunião da Amafib com a ADM e com o Basa. Na reunião em questão, a empresa apresentou suas principais iniciativas em relação aos acordos estabelecidos com a associação e o Basa divulgou as possibilidades de pagamento de crédito pelos sócios.

Em seguida, entrevistei os sócios diretamente envolvidos no desenvolvimento das atividades registradas na associação, os quais foram mencionados na etapa exploratória da pesquisa e neste primeiro período da pesquisa de campo, totalizando dezesseis agricultores. Por meio destes sócios, busquei saber quando as propostas foram feitas, como os sócios contribuíram, quais foram as dificuldades e os resultados. Realizei, ainda, oito entrevistas – com sete sócios e um não sócio – relativas ao histórico de trabalhos coletivos realizados em nível comunitário, pois são moradores antigos das quinze comunidades supracitadas. Nesse conjunto de entrevistas, busquei saber junto à diretoria da associação como acontecem as relações de parceria da Amafib com a ADM e com a Consergc.

Em complemento, procurei entender o papel do STTRI na introdução da dendeicultura em Irituia, a qual foi apontada em conversas informais. Para tanto, entrevistei o presidente do sindicato da época, que também é secretário da Consergc e presidente de uma das associações de agricultores integrados. Por meio dessa entrevista, levantei as suas percepções sobre o período, sobretudo em relação à parceria tecida entre o sindicato e a ADM.

O segundo período de pesquisa de campo aconteceu entre os dias 24 de janeiro e 14 de fevereiro de 2020. Nesta fase, as atividades decorrentes foram a realização de entrevistas por meio de questionários para os 23 sócios integrados ao dendê da Amafib; observação da infraestrutura comunitária e das condições de trabalho dos sócios; realização de entrevistas não-diretivas com representantes da Consergc, da Emater e do sindicato; conversas informais com moradores da área urbana; e consulta de documentos. Tudo isso foi desenvolvido para a identificação de regras dos contratos dos sócios em relação ao financiamento do Basa, à comercialização pela ADM e às normas contidas no Estatuto da Associação.

Por fim, a etapa de sistematização de dados consistiu em transcrições das entrevistas não-diretivas, formulação de quadros e gráfico com os dados quantitativos em planilhas no Excel, análise de dados e na escrita da dissertação.

4 “É A ÚNICA COISA QUE TEM”: A INTRODUÇÃO DO DENDÊ E A CRIAÇÃO DA AMAFIB EM IRITUIA – PA

Neste capítulo descrevo a introdução da dendeicultura em Irituia – PA e a criação da Amafib no município. Destaco os modos de apresentação dos projetos por agentes sociais, o envolvimento dos agricultores no contexto produtivo, a ação coletiva tradicional enquanto forma de organização dos moradores das regiões do Baixo Irituia e Igarapé-Açu de Baixo precedente à criação da Amafib e ainda uma caracterização dos sócios integrados à agroindústria de dendê da associação.

4.1 A introdução do dendê em Irituia – PA

A dendeicultura em Irituia foi introduzida como demanda externa no ano de 2012, a partir da aproximação da ONG Ecodendê com a prefeitura desse município. Inicialmente, esta organização contactou a Secretaria de Agricultura, associações rurais e o STTRI para, então, apresentar a proposta de integração aos agricultores familiares em suas comunidades, de acordo com os seguintes depoimentos:

Em 2012 a primeira empresa que apareceu aqui, era vinculada à ADM Brasil. Ela veio primeiro fazer contatos com a prefeitura. Esta indicou a Secretaria de Agricultura, a qual chamou representantes dos agricultores e o sindicato foi convidado para uma reunião para ouvir umas conversas e ter contato com essa empresa. Então, nessa conversa com essa primeira empresa, foi explicado o objetivo do projeto. E o secretário de agricultura cobrou benefícios para os agricultores e para a Secretaria de Agricultura. (Sr. X. 2020).

Primeiramente, para chegar essa questão do dendê aqui, foi através de uma reunião com o prefeito, então eles [Ecodendê] fizeram uma apresentação de como era o projeto desde o começo. E quando foi um certo dia fizeram outra reunião, e o prefeito permitiu que a empresa saísse fazendo simplesmente um pré cadastro para cada agricultor que se sentisse à vontade. Tudo isso levou um período de três meses. (Sr. Rd. 2018).

Primeiro veio a Ecodendê para fazer reunião e ver quem queria e quem não queria participar do projeto. Em seguida, essa organização fez uma reunião com quem se interessou para coletar documentos, essas coisas. Isto eles enviaram para o Basa, que aprovou o crédito para uns, e para outros não. Aqui [comunidade] houve pessoas que conseguiu crédito e depois não quis. Depois disso, a Ecodendê saiu e a ADM assumiu. (Sr. N. 2020).

Nesse período, a Ecodendê, uma prestadora de serviços socioambientais, trabalhou a serviço da ADM e do Basa, por meio de um Convênio de Cooperação Técnica, para a seleção e o cadastro de agricultores interessados na integração (ADM, 2012). No entanto, não foi divulgado o papel e a relação dessa prestadora em relação à empresa para os interessados no projeto em Irituia. Apenas depois do encerramento da participação da Ecodendê e a chegada da ADM foi possível identificar uma relação de parceria entre estes agentes externos.

Após a saída da Ecodendê, a ADM assumiu o comando das ações e se direcionou aos contatos estabelecidos pela prestadora de serviços visando implantar os projetos em junho de 2012. Segundo Silva (2016), a postura da empresa foi bastante autoritária ao decidir a sua atuação sem dialogar com as organizações sociais locais. Paralelamente, a Emater, diferentes moradores e até a paróquia de Irituia se posicionaram contra a integração à ADM. Esses atores temiam a possibilidade de perda de terras dos agricultores para a empresa em função da formação de dívidas e o perigo de degradação do solo, enquanto riscos para as condições alimentares dos integrados, como relatado adiante:

O dendê, pelo ao menos para nós da Emater, é como um elefante branco. Nós fomos contra a vinda do dendê. Nós fomos contra porque é uma cultura que fica um ponto de interrogação. Será que vai dar? Será que não vai dar? Depois essa terra não vai poder ser aproveitada para nada? (Sr. Lv. 2020).

Dizem que o dendê degrada totalmente o solo, e que onde tem dendê, ali não dá para plantar mais nada. E aí, do que esses agricultores vão viver depois de vinte e cinco anos? Essa empresa vai arrendar novamente a terra para continuar plantando dendê? É uma pergunta que a gente fica se fazendo assim. E se isso for verdade? Eu não sei! (Sra. Mh. 2020).

Na época do plantio, quando a ADM chegou, os meus vizinhos criticaram muito. Eu era coordenador da comunidade, um dia eu fui à missa e o pároco puxou a orelha de todo mundo. Ele queria que fosse plantado café. Eu fiquei calado lá. Ele dizia que ia estragar a terra, que ia ser complicado sobreviver, que onde planta não presta para nada, que ressecava o solo, que dava cobra. E eu vejo que cobra dá em todo canto (Sr. G. 2020).

Esse padre foi lá no sindicato. Ele disse: “olha, quer dizer que o sindicato vai apoiar o dendê?”. Eu disse: “acho que vai, padre”. Ele me disse: “planta café que você não vai se arrepender”. (Sr. Tn. 2020).

Nesse cenário, o sindicato foi favorável à introdução da dendeicultura no município e articulou a aproximação da ADM com agricultores nas comunidades, o que é detalhado pelo presidente do STTRI da época:

A ADM veio procurar primeiro o sindicato para poder organizar os agricultores, saber quem queria e quem podia assinar [para] participar. Nós que realmente indicamos as comunidades, os agricultores, algumas associações na época já tinha. E aí foi criada algumas associações para esse fim. E aí nós começamos a trabalhar. Daí eles começaram a fazer reunião para esse lado daqui de Igarapé-Açu, Itabocal, Bangú e em comunidades menores, explicando como era o projeto. Nessa época, nós acompanhamos as reuniões junto com um técnico de ADM fazendo as reuniões de articulação. (Sr. X. 2020).

Isto ocorreu de acordo com Abramovay e Magalhães (2007), porque a integração foi vista como alternativa para oferecer aos agricultores familiares novas oportunidades de acesso a mercados e para o fortalecimento político do sindicalismo rural.

4.2 A assinatura dos contratos e o início dos trabalhos pelos agricultores

Apesar dessa oposição, agricultores familiares assinaram os contratos, um para acessar o financiamento liberado pelo Basa e um para a comercialização junto à ADM. A isto, atribuíram frustrações pela desvalorização do preço da farinha, por perda de produção de mandioca devido a doenças em plantios, além de interesse de aumento de renda familiar, nos relatos:

Eu não procurei o dendê, foi o dendê que me procurou. Eu não pensava em plantar dendê, eu não tinha essa especialidade. Mas devido a minha desilusão com a mandioca, o que aparecesse eu aceitaria. Eu sempre falo aqui, é como se a gente tivesse no mar nadando, então vem uma tábua de salvação, você se atraca nela. Pode ser que seja mesmo uma tábua de salvação ou pode ser que seja um crocodilo querendo pegar a gente, mas você quer se salvar, **você pega aquilo porque é a única coisa que tem**. Assim que foi o dendê, foi o que eu peguei para me salvar. (Sr. N. 2019).

Eu aceitei porque geralmente quando eles vêm, em todas as reuniões eles colocam o datashow, aquele telão ali. Eles falam o que é a agricultura familiar, sustentabilidade, rentabilidade. Só aquilo ali, chama atenção e a pessoa fica muito otimista, e pensando será que vai dar certo? Então eles mostram cálculos, fazem comparações e tudo isso aí nos anima (Sr. E. 2020).

Eu entrei no projeto porque nós estamos aqui, mas não é para ficar por 200 anos. Então na hora que eu faltar, o meu filho tem direito de dizer que o projeto foi o pai dele que deixou e pode tocar em frente. O técnico que estava fazendo palestra nos disse que esse projeto é para 30 anos. Talvez para 2050 eu não esteja mais aqui. Mas aí vai ser derrubado o projeto para plantar de novo (Sr. B. 2019).

A adesão de agricultores ao dendê, como alternativa à agricultura tradicional, em que a mandioca é o principal produto, é um amplo palco de discussão. Nahum e Santos (2016, p. 291) dizem que os camponeses não dispõem de alternativa produtiva do mesmo suporte institucional capaz de se configurar como alternativa ao dendê. Mota *et al.*, (2015), inclusive, perceberam estímulos públicos e privados à adesão dos agricultores familiares ao cultivo do dendê, mas poucos incentivos “[...] são acessíveis para o incremento das culturas alimentares, especialmente da mandioca que enfrenta graves problemas fitossanitários” (MOTA *et al.*, 2015, p. 124).

Para Glass (2013), essa fragilidade dos processos produtivos da agricultura familiar no Nordeste paraense é uma das justificativas apontada pelo poder público para os investimentos na expansão do dendê, como fonte alternativa de renda. “De acordo com o programa do dendê na agricultura familiar, que prevê áreas de 10 hectares cultivados em bases familiares, pequenos agricultores poderão obter uma renda de cerca de R\$ 2.000,00 mensais no pico produtivo” (GLASS, 2013, p. 6).

Brandão, Schoneveld e Pacheco (2018, p. 3) informam que os agricultores têm que atender cinco critérios: 1) ser capaz de plantar no máximo 10 hectares de palma; 2) possuir

o “Certificado de Agricultura Familiar” através da Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP), com renda anual superior a R\$ 20.000,00; 3) ter propriedade registrada no Cadastro Ambiental Rural (CAR) com Zoneamento Agroecológico da Palma de Óleo em Áreas Desmatadas da Amazônia (ZAE-Palma); 4) Contrato de Integração assinado e documentação comprovativa de propriedade, parceria ou posse “pacífica”; e 5) não constado como inadimplente de crédito. Alguns destes critérios foram emitidos pelo sindicato:

CAR e DAP foram feitos aqui. Até hoje são renovadas muitas DAP's do pessoal do dendê porque quando chega o vencimento, eles vêm aqui só para renovar. Foi por uma parceria entre o sindicato e os técnicos do dendê. Poucas DAP's foram feitas na Emater na época. (Sr. Pl. 2020).

Os agricultores familiares interessados de Irituia precisaram de uma Declaração de Aptidão (DAP) que é fornecida pelo Sindicatos dos Trabalhadores Rurais e, após a habilitação, receberam o financiamento pelo Basa, em 2013, na Linha Pronaf Ecodendê. Foram assinados 91 contratos no município (SILVA, 2016). Os valores e as formas de pagamentos são informados por um dos agricultores integrados:

O Banco fazia o projeto e levava para o agricultor. O agricultor assinava, eles avaliavam o projeto do agricultor e de lá eles liberavam. Quem tinha propriedade de dez hectares só podia plantar cinco hectares. E não poderia usar todo o terreno para o projeto, tinha que ter uma parte para reflorestamento, reserva, cultivar outra cultura [dele] lá dentro. [...] o valor do pagamento de quem possui dez hectares de plantio, foi de sete parcelas anuais de onze mil e pouco, cinco hectares no valor de trinta e nove mil, quase quarenta mil. Em cima da sua produção, o agricultor vai pagar esses oitenta mil [para dez hectares plantados]. O desconto será feito automaticamente e anualmente em cima da produção anual. Ele tem 25 anos de projeto, vai começar a pagar a partir do quarto ano para frente. (Sr. Rd. 2018).

Nahum e Santos (2016) afirmam que nenhuma linha do Pronaf recebeu o mesmo apoio e incentivo do Estado quanto o Pronaf-ECO Dendê. Enquanto, Gomes e Magalhães (2016) explicam que ao Banco da Amazônia, coube o papel de formatar essa linha de crédito, destinada à preparação de área, à compra de insumos, à realização de tratamentos culturais, à aquisição de transporte e ao atendimento de assistência técnica até o terceiro ano de projeto. Isto é corroborado por depoimentos:

O recurso estava especificado em uma planilha, dentro de cada projeto elaborado, os insumos, fertilizantes, EPI, os agrotóxicos, todas as coisas lá. Nós começaremos a primeira parcela em 2019. Na verdade, vai ser 12% em cima do valor que foi acordado para cada um. (Sr. Rd. 2018).

Esse recurso foi liberado até quando começaria a primeira colheita. Então, de 2013 a 2016 esse o dinheiro ficava no retido lá no banco. De acordo com a necessidade nós recebíamos a parcela, mas tinha um prazo. Nós buscávamos os valores para aplicar no dendezal até chegar a primeira colheita. Quando chega a primeira colheita, o Basa parou de liberar esse recurso, pois nós podíamos entregar o nosso produto para a empresa repassar para a esmagadora, a ADM leva para Santo Antônio do Tauá. Assim, nós passamos a manter o projeto já com o dinheiro da produção. (Sr. X. 2020).

Garantido o acesso ao financiamento pelos agricultores em 2013, a comercialização dos frutos dos seus projetos para a ADM era prevista para 2016. Com isto, a ADM administrou os recursos de implantação e manutenção dos plantios. Tal condição foi relatada por agricultores:

A empresa que receberia o dinheiro para a gradagem de terra, passar os insumos, a questão de muda, adubo, tudo isso aí. Então, muita gente desistiu. Por que se fosse para a pessoa administrar os 10 hectares, pegar os R\$ 80.000,00, o produtor acharia mais interessante. A empresa não viu dessa forma, nem o banco. A pessoa vai pegar o dinheiro, será que ele vai fazer mesmo? Até porque nós não temos nenhum certificado de administração. Eu, pelo menos, acho que se eu pegasse o dinheiro, eu não saberia administrar. Então, quando o Basa financia um projeto, com uma empresa, fica muito mais fácil, é rápido por causa disso. A empresa que administrava o barco para a frente, junto com a agricultura familiar. Isso facilitou, foi muito mais rápido e menos burocrático. Difícil mesmo é se a pessoa chegar lá por conta própria, porque de manhã é uma coisa, de tarde é outra. O próprio gerente falou isso. (Sr. E. 2020).

Existia um recurso no banco que saía por etapa, de acordo com o seu trabalho. Veio primeiro o recurso do banco para o preparo de área, e esse recurso ficava dentro do montante do projeto. No meu era R\$ 39.000,00 para cinco hectares, para dez hectares era R\$ 80.000,00. Então, desse recurso saiu uma parcela para pagar preparo de área para a empresa que trouxe tratores com esteira. Saiu uma outra parte para fazer o balizamento, piqueteamento e para abertura de covas. Primeiro foi feito o preparo de área, depois essa área foi esquadrejada para fazer linha e carreira. Depois foi feito as balizas e o piqueteamento, com medição de sete metros entre linhas e nove metros entre plantas. Depois desse piqueteamento foram feitas as covas, e a cova do dendê era 60 por 60 por 60 [cm] entre largura, comprimento e profundidade. As mudas vinham em sacos grandes, no ombro você não carregaria mais de uma muda. Cada uma pesava em média 15kg. Então, para tudo isso aí saiu um recurso, que foi um terço desse valor do empréstimo. Uma parte saiu para o trator, outra parte saiu para essas etapas. Para cada etapa saiu uma parte do dinheiro. Aí, depois de tudo isso aí, vem a adubação. Depois da cova feita veio a adubação na cova para a gente plantar as mudas. A adubação de cova, também tinha um recurso para isso. Tudo parcelado, cerca de R\$ 600,00, conforme o trabalho, R\$ 500,00. A gente ia pegando do banco e aplicando no projeto. Depois que acabou esse trabalho todo aí, saiu uma parte do recurso para fazer a roçagem da área para limpar o dendezal. (Sr. X. 2020).

Os relatos expressam que agricultores desistiram de assinar o contrato em razão do controle da ADM sobre o financiamento dos projetos. Por outro lado, têm-se agricultores defendem essa condição, os quais, concordaram com o modo recebimento e de aplicação dos recursos pela empresa junto aos seus plantios.

Três meses após a assinatura do contrato de financiamento, a ADM apresentou o seu contrato de produção e comercialização de dendê para os agricultores integrados à dendeicultura. As principais regras deste contrato são explicadas por Abramovay; Magalhães (2007, p. s/n), quando dizem que os contratos assinados entre as empresas e cada agricultor contêm as seguintes cláusulas básicas:

O **prazo** em que se estabelece a relação. Na região Norte, existem empresas que se comprometem a adquirir o produto durante vários anos, em função do ciclo natural das plantas: no caso do dendê, na Amazônia, há contratos de 25 anos.

O **valor a ser pago** pelo produto. Quando este valor não pode ser estipulado em contrato, consta alguma cláusula que, em geral garante ao produtor um preço superior ao que o mercado paga habitualmente.

As empresas oferecem **assistência técnica** aos produtores. Este item pode não ser importante nas situações em que se cultivam produtos já conhecidos, mas ela é fundamental quando se trata de implantar produtos novos. Além da assistência técnica, a empresa fornece, em vários casos, sementes e insumos aos agricultores.

As **condições de entrega** (umidade, local de recolhimento do produto, transporte) também fazem parte do contrato, com a anuência do sindicato (ABRAMOVAY; MAGALHÃES, 2007, p. s/n, grifos no original).

Perguntados se houve leitura prévia dos contratos, agricultores relatam que isso não aconteceu. “Pegamos o projeto sem saber o que é porque quando a firma chegou aqui, disse muitas coisas boas, mas não informaram as coisas ruins. Só colocaram o que era bom. Aí o agricultor, claro que vai aceitar” (Sr. F. 2019). A esse respeito, outros interlocutores acrescentam:

Isso aí não. Feito toda a formalidade e selecionados os agricultores, foram atrás de documentos de terra, quem tem terreno, quem podia passar doação, feito isso aí, formularam o projeto. E a sede do projeto foi o Basa lá de São Miguel, e o contrato veio junto para que nós pudéssemos assinar. Nós assinamos o projeto, a cédula rural e assinamos o contrato. Só que ninguém fez uma leitura mais aprofundada para descobrir tal coisa. Até porque eu falei para eles em reunião que essas palavras muito técnicas nós tínhamos dificuldade de compreender. Então, nós não tínhamos, na época, nenhum técnico conosco prestando assessoria, e nós queríamos o projeto. Assinamos na boa fé, tanto a cédula rural, quanto o contrato. No contrato vem a questão da logística, da compra, do apoio, do tempo, quantos anos [é vinte e cinco anos de contrato], e assim por diante, na cédula rural vem tratando do valor do projeto. (Sr. X. 2020).

O contrato que a empresa mandou para assinarmos é um contrato que agricultor tem muita dificuldade de entender. São palavras técnicas demais. Eu acho que o agricultor não entendeu aquele contrato, assinou por assinar, não o entendeu muito. Eu só mais assinei porque vi que o representante da Fetagri tinha assinado. Eu disse: “rapaz, se o representante da Fetagri assinou, não deve ser ruim”. Por isso assinei o meu. (Sr. N. 2019).

“Não houve uma reunião para serem discutidas as cláusulas. Depois que fomos ver ele tinha uma tal de bolsa de Amsterdã na Holanda que era para regular o preço do nosso dendê. Nós não sabíamos acompanhar, aí pensamos é, mas assinamos o contrato” (Sr. N. 2019).

Especificamente a respeito dos contratos de parceria entre as empresas e agricultores familiares, Glass (2013, p. 9) fala que embora sejam elaborados “[...] seguindo estritamente as provisões legais, a maioria deles quase sempre determina uma relação bastante impositiva entre as indústrias e seus integrados”. A autora também menciona ainda o fato agravante de muitos agricultores não terem a plena convicção do que consta no contrato que vincula o agricultor à empresa que executa o projeto.

Vieira (2015) afirma que as dificuldades relacionadas ao contrato podem ser atribuídas ao fato de “[...] o contrato ter sido desenvolvido pelo setor jurídico da empresa sem a participação dos camponeses e [...] pela complexidade de relações sociais e econômicas envolvidas no projeto” (VIEIRA, 2015, p. 8).

4.3 A ação coletiva tradicional e os “troca dia” para o plantio de dendê

Na região do Baixo Irituia e de Igarapé-Açu de Baixo, registram-se formas tradicionais de ação coletiva existentes há cerca de 70 anos. Havia reuniões de agricultores familiares que trabalharam em mutirões⁸ para construção de casas, para abertura de ramais e para a formação tanto de roças familiares como de roças dedicadas à Igreja Católica.

Formas parecidas de trabalho também foram encontradas por Schmitz, Mota, Souza (2017), em Santa Ana, comunidade pertencente ao município de Santa Maria – PA, onde os agricultores familiares realizaram mutirões apoiados pela igreja católica. Os autores constataram que essas estruturas de reciprocidade incentivaram a criação de organizações nos anos 50 do século XX” (SCHMITZ; MOTA; SOUZA, 2017, p. 210). Em experiências parecidas foram criadas diferentes igrejas em Irituia, como a que consta adiante:

Figura 2: Igreja de São João Batista de Candeuca, Irituia – PA



Fonte: Pesquisa de campo, 2020.

Após erguidas as igrejas, sua manutenção foi favorecida pela realização de festas de santos, nas quais havia venda de comidas, leilões e sorteios em bingos que atraíam a presença de agricultores de diferentes comunidades, sob forte incentivo paroquial. Schmitz, Mota e Sousa (2017) também destacaram a importância destes eventos:

As festas religiosas figuram entre as realizações que mais demandam trabalho. Na festa da padroeira da localidade [...], são nove noites de novena. Os preparativos exigem uma série de doações dos envolvidos. Além disso, os dirigentes preparam

⁸ De acordo com Sabourin (2006, p. 84), os mutirões são exemplos de ajuda mútua que correspondem aos princípios da reciprocidade, pois ocorrem por meio de trabalho em benefício de uma família ou de um grupo.

ofícios, encaminhados à prefeitura municipal, com a finalidade de garantir a recuperação das estradas (SCHMITZ; MOTA; SOUSA, 2017, p. 212).

A igreja católica era beneficiada ainda pela formação das roças comunitárias. Para isso, agricultores realizaram a reserva de áreas de seus estabelecimentos familiar para plantios de algum tipo de cultivo, que poderia ser de mandioca, de malva ou de tabaco. Após a venda desses cultivos, a renda era destinada ao pagamento de despesas de determinada igreja, da qual o dono do estabelecimento era membro.

A partir das pesquisas de campo, foi possível identificar ainda que no município era comum, igualmente, a formação de grupos de pessoas para mutirões sob termos próprios, como “ajuntamento” ou “ajuntório”, a “d’ mão” e a “polaca”. No “ajuntamento”, agricultores vindos de diferentes comunidades, tinham como intuito, o trabalho de construção de igrejas e formação de roças para estas. No tipo, “d’ mão” as pessoas trabalharam em roças voluntariamente e os agricultores que receberam os serviços não eram obrigados a retribuir, ao contrário das regras da “polaca”, na qual os envolvidos deviam cumprir o tempo de serviço, conforme cada integrante dos grupos tivesse exercido.

O último tipo referido de mutirão, atualmente é denominado nas regiões como “troca dia”. Esta forma de trabalho é explicada por Veiga e Albadelejo (2002, p.61), como:

[...] um arranjo feito entre dois agricultores no qual ambos entram de acordo quanto à troca de dias de trabalho. Uma vez a primeira troca de diária de trabalho é efetuada, o credor convida o devedor, com certa antecedência, a vir “devolver a diária” em tarefa e dias precisos. Caso o devedor esteja ocupado na data prevista, uma outra ocasião é acertada. É bastante mal visto que o credor insista muito na devolução da diária e, por outro lado, é recomendável que o devedor se mostre desejoso de “pagar sua dívida”. Uma vez a diária devolvida, a dívida é anulada, mas o fato de ter exercido esse tipo de relação cria um vínculo entre os interessados e torna possível a repetição da troca, sem que se possa afirmar de que lado parte a iniciativa.

A esse respeito, um dos antigos moradores da comunidade Santa Terezinha, relata parte de suas experiências:

A gente trabalhava com serviços. Quando amanhecia o dia, cada um com o seu terçado, quando era para derrubar era aquele grupo de pessoas na área. Se você quisesse ver gente era lá. Também tinha que ter a cachaça. Era companhia, a gente tinha companhia, era um grupo de pessoas. Naquele tempo não havia essas comunidades que tem agora. Tinha uma igreja bem ali, daí tinha a do Candeua, do Candeua tinha a do São José, e de lá tinha Nazaré aqui em Igarapé-Açu, e daqui para rua só tinha lá na Penha. Agora não, tem muitas comunidades pertinho uma da outra. A gente tinha aquele mutirão, começava da broca até a capina. Até para fazer farinha se juntava um grupo para trabalhar. (Sr. Jg. 2019).

Cabe frisar, de acordo com Sabourin (2006), que as formas de ajuda mútua vêm sendo objeto de permanências e de transformações, além de que o termo mutirão pode designar dois tipos de ajuda mútua:

os convites de trabalho em benefício de uma família, geralmente, para trabalhos pesados (desmatar uma parcela, fazer uma cerca, construir uma casa) e a que tem a ver com os bens comuns e coletivos (construção ou manutenção de estradas, escolas, barragens, cisternas). Neste caso a participação do conjunto das famílias é esperada:

os homens para os trabalhos mais duros, as crianças e jovens para limpar as reservas de água, as mulheres para as farinhadas de mandioca (SABOURIN, 2006, p. 2).

Entretanto, essas práticas têm sido raras nas regiões do Baixo Irituia e de Igarapé-Açu de Baixo. Os moradores passaram a não reservar áreas para doação de plantios e a realização de bingos foi proibida pela paróquia ao gerar significativas despesas para as igrejas que possuíam acordos entre si de compra de cartelas sem retorno.

Contudo, para contribuir com moradores que estejam doentes, foram mantidos mutirões para favorecê-los a partir da roçagem de suas áreas, da colheita de seus cultivos de mandioca e produção de farinha para estes. Frequentemente, grupos de moradores se organizam para a promoção de bingos que são destinados ao pagamento de despesas dos tratamentos médicos de enfermos.

Diante disso, um morador antigo expressa o que pensa sobre a redução de trabalhos coletivos entre agricultores familiares em estabelecimentos agrícolas e para igrejas. “As pessoas se reuniam para trabalhar no coletivo porque se sabia que trabalhar sozinho cortando madeira com serrote era muito difícil. Naquele tempo não existia roçadeira” (Sr. D. 2019).

Apesar do exposto, em maio de 2013, período de plantio de dendê, agricultores familiares integrados ao dendê, formaram uma lista para o exercício de “troca dia”, conforme o depoimento:

No mutirão fizemos uma lista, com quatorze nomes. O plantio era um trabalho muito pesado só para um. Se pegou um plantio tinha que acabar, mesmo se tivesse que ser uma, duas ou três diárias. Nós começamos lá na comunidade Real, parece que foram quatro dias. Cada um ia sozinho, ninguém teve a ideia de levar uns dois a mais para pagar diária. O segundo plantio que foi para cá. Nisso, o primeiro devia quatro diárias. Cada agricultor via quantas diárias ficaram devendo para gente. Tinha plantio que acabava rápido e tinha plantio mais complicado (Sr. L. 2019).

Por conseguinte, o plantio de dendê ensejou a primeira ação coletiva de agricultores familiares integrados à cadeia produtiva de dendê nas regiões. Os sócios apontaram como vantagens dessa prática a redução de custos com diaristas e a aprendizagem de novas técnicas de trabalho. Os plantios coletivos ocorreram em diferentes comunidades das regiões estudadas, como dito no depoimento:

Nós plantamos para um, acabava íamos para outro, e fizemos rodízio. Era tipo troca de dias, eu ia dois dias para um e a pessoa devia dois dias para mim. No dia de vieram plantar para mim, o meu foi o último e vieram todos. Eu tinha três ou quatro diárias na mão de um agricultor, aí ele veio com pessoas para pagar só em um dia. Outra pessoa me devia quatro diárias, veio ele e mais três homens e isso compensou. No meu plantio, vieram umas vinte e cinco pessoas. Se ficou alguém devendo dia, foi para o lado de lá, para cá não (Sr. L. 2019).

Atrasos e faltas de agricultores poderiam ser compensados por contratações de diaristas ou encaminhamento de parentes, mas isto não aconteceu para todos os envolvidos, como se constata no relato:

Eles fizeram um tempo lá, mas não avançou, um grupo ia e muitas pessoas não iam. Aí a pessoa vai ficando desconfiada e não vai mais. Não se junta todos. Uma vez eu fui trabalhar na área de agricultores e esperei eles virem aqui, mas não vieram. Eu trabalhei bastante para eles (Sr. D. 2019).

Essa experiência de troca de dias dos agricultores para o plantio de dendê influenciou na estruturação da associação, sendo comparada com a ajuda mútua por Sabourin (2011). O autor ressalta que a relação de ajuda mútua coloca em jogo laços sociais e se diferencia “da troca (troca simples ou troca mercantil mediante trabalho assalariado), na medida em que não implica uma retribuição equivalente, imediata ou diferida, que liberaria o beneficiário da sua dívida” (SABOURIN, 2011, p. 36). Entre tais condições, um agricultor integrado realizou trabalhos que envolviam formas de troca. “No início, quando foi para plantar, eu paguei diária para alguns trabalhadores e para outros eu paguei trocando dias” (Sr. G. 2019).

Sabourin (2004), frisa que na prática do mutirão, os dias não são contados. Mas, naquela da “troca de dias”, eles são registrados e devolvidos à outra família, às vezes, para efetuar o mesmo tipo de trabalho. O autor ainda identificou práticas relacionadas à experiência do agricultor em questão ao registrar que a troca pode ser monetarizada. Assim, “alguns agricultores pagam diaristas, em vez de assumirem diretamente a prestação” (SABOURIN, 2004, p. 87).

Para além do exposto, agricultores integrados receberam ajuda comunitária no primeiro ano de implantação dos projetos, pelo fato de adoecerem e terem ficado impossibilitados de trabalhar. “No começo me ajudaram muito, a fazer as covas, a fazer as linhas e colocar as mudas para dentro do plantio. Recebi muita ajuda sim” (Sr. A. 2020).

Já houve mutirão aí nesse dendezal uma vez que eu estava internada e meu esposo foi atrás de uma pessoa para cozinhar para eles. Foi até uma surpresa, eles chegaram aqui, nesse mutirão. A associação ainda não havia sido criada era só o projeto, aí aconteceu esse mutirão (Sr.^a M. 2020).

Quando eu me acidentei, a comunidade foi e trabalhou lá para mim. Foi em 2014. O pessoal foi lá na área do plantio, limparam lá. Eu estava internado no hospital. Eles fizeram mutirão. Aqui geralmente ocorre essas coisas quando alguém está doente ou fazem bingo ou vai limpar a roça da pessoa quando tem. Quando não tem fazem bingo. Para mim fizeram bingo também. Agora bingo sempre quando posso eu compro porque eu vi que quando foi comigo eles fizeram, me ajudaram. Agora eu tenho o dever de ajudar (Sr. N. 2020).

Veiga e Albadelejo (2002) explicam sobre o trabalho para a coletividade e colocam que os mutirões para os “doentes” consistem em ajudar um agricultor que enfrenta qualquer problema de saúde. Ele pode estar ligado diretamente ao problema por auxílio no acesso a atendimento médico ou nos trabalhos agrícolas do doente. “Este tipo de mutirão não implica em qualquer obrigação de reembolso em um prazo determinado, mas simplesmente, no compromisso de ajudar em situações semelhantes” (VEIGA; ALBADELEJO, 2002, p. 68).

Estes eventos expressam antigas experiências coletivas vivenciadas nas regiões estudadas e, assim, as que ainda permeiam o cotidiano de seus moradores. Por meio destes, percebo que as práticas de ajuda mútua foram frequentes para contribuir com a criação e manutenção de igrejas e de estabelecimentos agrícolas, sinalizando a existência de fortes laços de reciprocidade.

Todavia, o acesso à mecanização foi apontado como um fator decisivo na redução das práticas, já que os serviços de roçagem, por exemplo, eram realizados por apenas uma pessoa em poucas horas. Com isso, a realização de troca de dias é o tipo de trabalho coletivo mais acionado entre agricultores familiares com dificuldades financeiras ou mesmo que estão sem disposição para o pagamento de diaristas. Logo, essa modalidade de trabalho entre agricultores integrados em questão, gerou satisfação para os que tiveram seu trabalho compensado, e frustrações e desconfianças nos que não receberam retribuição.

4.4 Os cursos de capacitação técnica e a criação da Amafib

Os agricultores integrados ao dendê foram convidados à participação em cursos realizados em parceria entre ADM e o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (Senar), relativos às atividades de trabalho em seus plantios em 2014. Os cursos tinham como temáticas: Associativismo e cooperativismo, Prevenção de acidentes de trabalho e Educação ambiental, os quais foram realizados na sede da comunidade São Benedito e são comentados por participantes:

A ADM fez uma parceria com o Senar, na época em que o governo dava uma atenção melhor, que tinha aquele Ministério do Desenvolvimento Agrário, através dele lá a gente fez curso de manipulação de agrotóxico, segurança do trabalho. Então tudo o que foi relacionada ao dendê a ADM nos preparou em todas as associações. Esses cursos chamavam a atenção das comunidades. (Sr. Ed. 2018).

Desde o começo eles falaram que iam disponibilizar cursos de formação para quem estava plantando dendê. Até que chegou uma época que veio os convites. “Olha você vai participar de tal curso, em tal dia, curso tal”. E chegava o convite em casa. (Sr. N. 2019).

Os cursos foram ministrados entre os meses de outubro e novembro, tinham carga horária de 40 horas. O horário de realização era das 12:00h às 16:00h, para não interferir no ritmo de trabalho dos agricultores, os quais poderiam participar ou encaminhar alguém em substituição. Isto pode ser identificado adiante:

Foi feito vários cursos no Senar, houve essa parceria, pelo menos o vizinho fez, mas eu não fiz sobre como trabalhar, como usar EPIs. Essa é uma cultura que exige muito cuidado, apesar de eu não ter trabalhado nesses cursos, eu procuro usar os EPIs. Não era obrigatório participar desses cursos, mas para quem fez, foi muito bom. Eu deixei de ir por descuido mesmo, não era obrigatório, dava para eu ir. (Sr. E. 2020).

Nós participamos de uma palestra para não desmatar os aceiros, que são os lados do dendê. Porque muitas vezes a gente desmata e a água acaba indo embora mais rápido do plantio. Então com a mata ciliar no plantio, a água fica por mais tempo. Não jogar veneno porque ali tem muitos bichos que podem ser afetados, porque quando a gente tenta matar o mal o mocinho acaba indo junto também dos bichos, dos animais que caçar os outros animais. Fiz também os cursos de cooperativismo e associativismo. (Sr. B. 2020).

Os técnicos diziam, entre as orientações nos cursos, para os agricultores não combinarem seus plantios de dendê com diferentes espécies. Mesmo assim, alguns participantes resistentes à proibição incluíram a mandioca em seus projetos e nesta experiência alcançaram muito sucesso, como expressam os depoimentos:

Vieram cursos de utilização de defensivos, uso de Equipamentos de Proteção Individual, todos eu fiz. Eram cinco cursos, eu e o meu sogro fizemos. Ele [esposo] não fez porque não gosta dessas coisas. Cada semana era um curso. Os cursos ensinavam muitas coisas sobre plantios. O que a gente perguntou logo quando começou era o que o poderia ser plantado no meio do dendê, né? Aí eles falavam que tinha muita gente que plantava mandioca, arroz, feijão. Eles recomendavam tudo menos a mandioca porque como ela é uma planta de raiz, ela poderia tomar a força do dendê. Ela iria crescer e o dendê não daria frutos. (Sra. Rp. 2020).

Eu queria plantar e eles não queriam que eu plantasse não, mas eu ainda plantei uma roça no meu dendezal ainda. Eu plantei ainda umas cinco tarefas no meu. A roça ficou é muito boa, eu fiz uns 20 quase 30 sacos [de farinha de mandioca] lá. (Sr. S. 2020).

Nestes relatos de agricultores constam diversas considerações a respeito da oferta dos cursos. Tem-se, em contraste, o de um agricultor que não participou e o de um sócio que compareceu e obteve satisfação com os novos conhecimentos adquiridos. Além destes, o de uma senhora que buscou saber se poderia plantar mandioca entre o dendezal e por fim, do esposo dela que informou ter obtido uma grande produtividade no plantio do tubérculo, apesar de ter contrariado as orientações da ADM e do Senar que alertaram para problemas em caso de consórcio de dendê com diferentes plantas alimentares.

Gomes (2018) levantou aspectos semelhantes em seu estudo sobre a integração de agricultores no município de Garrafão do Norte – PA. O autor identificou que uma das determinações da empresa Marborges foi a proibição do consórcio de outras culturas ao cultivo do dendê. Pois, plantações como a mandioca poderiam retardar o processo de crescimento da palma e dificultar que os agricultores pagassem seu financiamento no sexto ano de contrato. Essa condição se contrapôs à afirmação de Cardoso, Maneschy e Matlaba (2014, p. 198):

O Programa Nacional de Produção de Óleo de Palma (PNOP), pretende expandir o cultivo do óleo de palma (azeite de dendê) na Amazônia e no Nordeste brasileiro, incorporando agricultores familiares como fornecedores para os empreendimentos privados. Embora privilegie apenas uma fonte, o dendê, a preocupação com a diversificação da agricultura é patente também nesse programa.

O número de agricultores suficiente para o registro da associação foi alcançado pelos membros do grupo ao percorrerem diferentes comunidades nas regiões Igarapé-Açu de Baixo e em Baixo Irituia, com apoio de técnicos da ADM que também convidaram agricultores com expectativas parecidas na integração. Nesse período, informaram que a associação facilitaria a compra de trator, a distribuição de recursos e de serviços e traria benefícios para quem se associasse. Quando perguntados por que se associaram, os agricultores responderam:

Eu me associei em 2014 porque foi aquele negócio, com os plantios a ADM começou a passar cursos de formação em cooperativismo e associativismo dizendo que era necessário se organizar, porque teoricamente é mais fácil resolver as coisas juntos do que sozinho. Aí a ADM começou a fazer os cursos e formar uma associação. (Sr. N. 2020).

Quem influenciou a gente a entrar na Amafib foi a empresa que compra dendê, a ADM. Ela queria organizar os trabalhadores na associação para a gente poder reivindicar mais coisas, organizados se vai mais longe. Então foi a ADM que incentivou a gente a criar essa associação de plantadores de dendê. Ela deu a ideia e dizia vamos nos organizar. (Sr. V. 2019).

Entrei na associação porque se eu precisar de um fertilizante ou qualquer coisa que sirva para plantação, vai sair mais barato. Vai sair mais em conta para gente do que se for feito pedido só de um. Só para uma pessoa a empresa não quer deixar aqui, quando é de todos eles vem deixar lá no depósito, na sede. E qualquer coisa que a gente quiser reagir, os companheiros devem ajudar. (Sr. A. 2019).

Sabourin (2004, p.87), explica que “existem contradições entre a lógica da ‘obrigação social’ de participar dos trabalhos de ajuda mútua e o princípio das organizações de produtores formalizadas (cooperativas, associações, grupos de interesse econômico)”. O autor coloca que “nessas estruturas profissionais, a adesão é voluntária e livre, mas, também é contratual e marcada pelo pagamento de uma cota ou taxa” (SABOURIN, 2004, p.87).

No tocante as motivações para a criação de associações, Maneschy, Conceição e Maia (2010), expressam que a partir de 2000, existiu um novo impulso de constituição de associações no Estado do Pará. As autoras apontam que muitas destas organizações de agricultores se originaram porque haveria “a concessão de financiamentos a pequenos agricultores associados, tendo como agente o Pronaf, sendo a contrapartida para o desenvolvimento projetado e a modernização do plantio de modo a suprir a indústria” (MANESCHY; CONCEIÇÃO; MAIA, 2010, p. 152).

Após a assinatura dos contratos e o treinamento dos agricultores que aderiram ao dendê, deu-se a criação em 2014 da Associação dos Moradores e Agricultores Familiares da Região do Igarapé-Açu de Baixo (Amafib). Sua formalização foi fruto da iniciativa de um grupo de agricultores que plantaram as mudas de dendê coletivamente e do incentivo da empresa ADM durante o curso Associativismo e Cooperativismo, que encontra respaldo também no contrato desta empresa:

II - que a COMPRADORA é empresa de agronegócio⁹, produtora de óleos vegetais e de biodiesel, que desenvolveu projeto para apoio das políticas de produção sustentável e desenvolvimento da cultura de Palma de Óleo no Estado do Pará, visando estimular a inclusão sócio econômica da agricultura familiar na cadeia produtiva do biodiesel, com a melhoria de renda e geração de emprego na região, com o compromisso de estimular a organização associativa e cooperativa das famílias e comunidades envolvidas no projeto.

O grupo buscou comprar tratores para facilitar seus futuros trabalhos em fase de roçagem dos plantios. Por isso, seus membros foram ao Basa na busca de um financiamento. Nessa ocasião, um representante do banco explicou que eles deveriam formar uma associação, pois o Basa não teria alternativa diferente para eles, tal como pode ser reconhecido pelo próximo depoimento:

Estávamos na fase do plantio de mudas, e veio no pensamento a ideia de que devíamos nos organizar para a limpeza do dendê. Para que a gente conseguisse limpar mais rápido e melhor, pensamos: “nós vamos ter que comprar um trator para nós”, e a criação da associação fez parte da ideia. Antes foi a ADM que nos incentivou. Os técnicos diziam: “olha vocês têm que criar uma associação”. Aí nos perguntamos: “e agora, como é que vamos fazer para comprar o trator? Então pensamos vamos no Basa que ele nos financia o maquinário”, e nós fomos lá. Chegando lá primeiro nós chamamos um técnico e ele disse que era para a falarmos com o gerente. Esse gerente mandou um técnico vir olhar as nossas áreas. Ele veio e disse: “agora vocês só vão conseguir através de uma associação porque uma pessoa só não vai conseguir”. Para uma única pessoa conseguir, vai ter que ter todo o dinheiro para pagar tudo. Então a gente fez a associação. Um palito é mais fácil de quebrar, mas dez é mais difícil. (Sr. I. 2020).

Para que a formalização da associação acontecesse, os agricultores buscaram por um técnico da ADM, experiente na formação de associações de agricultores integrados com projetos de dendê. Ele contribuiu para que os interessados providenciassem documentos e o registro da associação, como dito pelos relatos de fundadores:

O JI era o nosso assessor. Ele fazia esse incentivo desde a fase de plantação da área. Porque em Castanhal, onde ele mora, ele trabalhava com associações, ele tinha experiência. Ele passou a nos incentivar. Em todas as nossas reuniões ele vinha para nos incentivar. Nos incentivos era dito, “olha vocês têm que fazer que vai dar certo”. Assim que nós fomos conversando com ele, ele foi nos orientando. Então nos reunimos com os outros agricultores e eles concordaram com a criação. Nós combinamos, “vamos fazer só para as pessoas que tem plantio de dendê”. Depois até outras pessoas também entraram na associação, inclusive, um agricultor lá de Capitão Poço. Aí temos sócios moradores das comunidades Sororoca e de Castanhalzinho, também. Ano passado em dezembro vieram os sócios dessas localidades para a nossa confraternização de fim de ano. (Sr. I. 2020).

A ADM e o Banco da Amazônia nos deram muita força no começo. Eles falavam que para ter algum tipo de recurso, seria mais fácil ter uma associação que representasse os produtores que era mais fácil. Seria menos complicado do que ir um produtor de cada vez. Poderia ser reunido todo mundo e ver o que a associação estava precisando para correr atrás. Foi por isso que foi criada a associação. (Sr. M. 2020).

⁹ O "agronegócio" (traduzido do inglês *agrobusiness* ou *agribusiness*) envolve a produção agropecuária, a agroindústria, a distribuição, os consumidores desses produtos, as entidades comerciais e financeiras e os órgãos do governo (MOTA; SCHMITZ; FREITAS, 2012, p.76).

Nós criamos a Amafib por falta de oportunidade entre nós e para ter acesso ao apoio do banco. Achamos a necessidade de comprar um trator. Fomos ao Basa, em um grupo de quatro pessoas, chegamos lá, o banco não aceitou nada da nossa proposta. Praticamente não nos recebeu, nos falaram que tinha que formar uma associação e através disso a gente veio trabalhar para formar a associação. (Sr. L. 2019).

Brandão, Schoneveld e Pacheco (2018) ressaltam que os fatores que moldam a participação dos integrados são a educação e a filiação a uma associação comunitária, entre outros. Tal ponto se faz incluído no próprio contrato da empresa como visto e a partir disso, a Amafib formulou seu estatuto com a seguinte abrangência:

CAPÍTULO I DA DENOMINAÇÃO, SEDE, FORO E ÁREA DE AÇÃO Art. 1º A associação dos Moradores Agricultores Familiares da Região do Igarapé-Açu de Baixo, neste estatuto designada simplesmente como AMAFIB, fundada em março de 2014 com sede na Vila São Benedito, s/n, Ramal do Igarapé-Açu de Baixo, zonal rural do município de Irituia no Estado do Pará com sede e foro no município de Irituia, é uma associação de direito privado, constituída por tempo indeterminado, sem fins lucrativos, de caráter organizacional filantrópico, assistencial, promocional, recreativo e educacional, sem cunho político ou partidário com finalidade de atender a todos que a ela se dirigirem independentemente de classe social, sexo, raça, cor ou crença religiosa abrangendo todos os moradores e agricultores familiares das Vilas São Benedito, Catuense, Santa Maria do Real, Ajará, Puraquequara, Piquiá, Rosário, Nazaré, Candeua e ramais circunvizinhos.

CAPÍTULO II DAS FINALIDADES Art.2º - No desenvolvimento de suas atividades, a Amafib tem como finalidades, entre outros,

- I – Criar um espaço de estudo, formação, análise científica da realidade, e experimentação com a participação dos moradores e agricultores familiares;
- II- Implementar programas e projetos que facilitem os processos de produção e comercialização de produtos e insumos pelos associados;
- III- Atuar na defesa do meio ambiente, da fauna e da flora no âmbito de sua área de atuação;
- IV- Operar ações voltadas para os interesses de seus associados, em parceria com órgãos públicos e privados;
- V- Possibilitar que os sócios tenham acesso a financiamentos seja de programas do governo nas três esferas ou de instituições particulares.

Contudo, a criação da Amafib sofreu mudanças de significado ao longo de sua existência. Inicialmente, ela foi promovida, sobretudo, para a obtenção facilitada de recursos, que como vimos, foi o que motivou a maioria dos sócios a se associarem. Além disso, ela cunhou sentidos mais amplos, passando a atuar, por exemplo, como uma importante ferramenta de defesa dos direitos dos sócios, pelo que seus fundadores indicam:

Nós criamos porque achamos que os agricultores tinham a obrigação de formar uma associação para lutar pelos seus direitos. Mas nesse tempo eu disse para o R: “R não é fácil, não. Eu disse rapaz eu participo já há oito anos de associação, não é fácil, não”. Tem que colocar a associação em dias, aí os sócios ficam pegando no pé do presidente. Aí não consegue nada, aí a pessoa vai desistindo. (Sr. F. 2020).

Só houve essa organização porque houve uma necessidade. Aí então pelo plantio de dendê, se não existisse o plantio, não existiria associação. Entre todo o tipo de receio nosso, por ser uma empresa multinacional, né? Aí esse foi o maior medo, e até hoje é. Então ficou nessa base aí, um receio, principalmente do pessoal que tem dendê. Porque a gente sabe que ela é uma empresa multinacional e para ela perder o que ela tem hoje aqui, para ela não é nada. Agora, para nós, é muita coisa. (Sr. L. 2020).

Mais tarde, em 2015, a associação foi incentivada pelo STTRI a incluir como sócios moradores das proximidades da sede para facilitar o acesso de um amplo número de pessoas ao Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR). Nessa oportunidade, foram incluídos 40¹⁰ sócios, totalizando 63, com os primeiros 23 sócios integrados à dendeicultura, os quais são a amostra deste estudo, sendo caracterizados no item adiante.

4.4.1 A caracterização geral dos sócios da Amafib

Nesse item da pesquisa, procuro apresentar o perfil dos sócios da Amafib que são integrados à dendeicultura. Destes, 22 residem em quatorze comunidades nas regiões de Igarapé-Açu de Baixo e do Baixo Irituia e um em uma comunidade no município de Capitão Poço. Do total, há 21 homens e duas mulheres com contratos de integração. Uma delas aderiu por decisão própria e a segunda por ter sido convencida pelo esposo, cuja explicação relaciona-se ao que diz Nascimento (2017), em seus estudos, ao colocar que “fazer o contrato no próprio nome foi uma estratégia para superar as dificuldades de um membro da família, sem, no entanto, não contrair um possível endividamento de tal membro, no caso, seu esposo” (NASCIMENTO, 2017, p. 68).

No tocante à religião, um sócio, representando 4% se declara evangélico e 96% são católicos, sendo quatro, inclusive o presidente, atuantes em diferentes atividades pastorais. Em relação à idade, 9% dos sócios possuem entre 23 a 32 anos, 22% entre 33 e 42 anos, 26% entre 43 a 52 anos, 17% entre 53 e 62 anos, 17% entre 63 e 72 anos e 9% possuem entre 73 e 74 anos. Assim, 69% dos sócios tem mais de 43 anos.

A escolaridade dos sócios varia entre a 1ª série do ensino fundamental e o nível superior. 79% possui o nível fundamental incompleto, 13% o nível fundamental completo, um sócio possui o ensino médio completo e um sócio o ensino superior completo. Esse agricultor é formado pelo curso de pedagogia, e fez parte do projeto após ter ficado desempregado na função de professor.

No que diz respeito à quantidade de membros das famílias, os grupos familiares têm em média seis pessoas. Entre estes, 4% tem apenas dois membros, 18% de três a quatro, 39% de cinco a seis, 39% de sete a dez. A maioria deles (82%) é formado por casal e filhos; e 18% é composto por um sócio solteiro que reside com sobrinhos, irmãos e mãe, e por sócios divorciados que residem com filhos, nora e netos.

A obtenção da terra dos estabelecimentos agrícolas ocorreu para 39% por herança, para 22% por comodato, para 22% por compra, para 13% por posse e para 4% por arrendamento.

¹⁰ Atualmente, a direção registra a permanência de cerca de dez destes 40 sócios não integrados ao dendê.

Quanto à infraestrutura das residências dos agricultores, todos os agricultores dispõem de abastecimento de energia elétrica. Em 56% das residências, o fornecimento transcorre de forma precária, com quedas constantes, porém 44% apontam que o fornecimento acontece normalmente durante o ano todo.

A forma de tratamento dos dejetos das residências se dá por fossa séptica impermeável para 52% dos sócios e para 48% por fossa simples¹¹. Devido à falta de recolhimento dos resíduos sólidos pela prefeitura, 100% dos sócios realizam a queima desses materiais, sendo que parte deles enterram vidros e materiais que não se decompõe facilmente com fogo.

O abastecimento de água ocorre da seguinte maneira: 57% dos agricultores utilizam poço artesiano, 17% poço de boca aberta, 13% poço comunitário¹², 9% acessam água encanada por rede pública e um sócio usa uma bomba instalada num rio.

O tamanho dos lotes varia de 25 a 100 hectare. 38% têm até 25 hectares (ha), 29% tem de 25 a 50 ha, 25% de 51 a 75 ha e 8% de 76 a 100 ha. Do total da área disponibilizada para o dendê, 35% dos sócios dispõe de 5 ha; 9% de 8,5 ha; outros 9% de 9,0 ha e 47% disponibilizaram 10 ha, como mostra o Quadro 1.

Quadro 1: Total de área plantada de dendê dos sócios da Amafib, Irituia – PA

| Quant. de Agricultores | (%) | Área (ha) cultivada com dendê | Área (ha) por grupo de agricultores | Total (ha) de área do dendê dos agric. |
|------------------------|-----|-------------------------------|-------------------------------------|--|
| 8 | 35 | 5,0 | 40,0 | 185,00 |
| 2 | 9 | 8,5 | 17,0 | |
| 2 | 9 | 9,0 | 18,0 | |
| 11 | 47 | 10,0 | 110,0 | |

Fonte: Elaborado pela autora.

Em relação à área ocupada pelo dendê em Irituia, Santos (2017) identificou que o total correspondia a 641,00 ha, pela soma das áreas da empresa com as dos 91 contratos de agricultores integrados no município. Assim, o quadro 1 indica que os 23 sócios da Amafib somam 185,00 ha, o que representa 28,41% desse total de área plantada com dendê.

¹¹ Essa fossa simples, também chamada de fossa negra, é formada por um buraco escavado no solo, o qual recebe os rejeitos humanos.

¹² Poço pertencente a uma igreja católica, utilizado para abastecer moradores de sua comunidade quando estes não possuem outra forma de acesso à água encanada.

Constato, ainda, que a produção desenvolvida nesses estabelecimentos é, maioritariamente, diversificada e é composta de dendê, mandioca, açaí, entre outros, além da criação de animais, conforme o gráfico 1:

Gráfico 1: Atividades de trabalho dos sócios



Fonte: Elaborada pela autora, 2020.

A produção de dendê (Figura 3) é aliada à roça de mandioca (Figura 4), à criação de animais e ao extrativismo de açaí nativo e/ou de castanha por 69% dos sócios. Além do plantio de dendê, 13% deles realizam extrativismo e possuem plantio de açaí; 9% conciliam plantio de palma à roça de mandioca e 9% se dedicam, exclusivamente, aos seus projetos de integração.

Figura 3: Plantio de dendê, comunidade Santa Terezinha, Irituia – PA



Fonte: Pesquisa de campo, 2020.

Figura 4: Roça de mandioca, comunidade Real, Irituia – PA



Fonte: Pesquisa de campo, 2020.

Os dados mostram que mesmo com a inserção do dendê como principal atividade produtiva dos sócios, a maioria deles diversifica suas atividades agrícolas. Há uma continuidade de produção de mandioca para o fabrico de farinha, num percentual de 87% dos agricultores, ainda que em área de tamanho reduzido, o que é explicado por um deles: “A gente não pode ficar sem roça porque temos que fazer farinha para comer e aqui e acolá vendemos um saco ou dois” (Sr. O. 2020).

Verifico, portanto, que os agricultores que aderiram ao dendê, buscam manter a produção de farinha, sobretudo, para o autoconsumo. Silva (2016, p. 54) salienta que, embora os agricultores de Irituia mantenham a roça em paralelo à produção do dendê, a primeira atividade diminuiu consideravelmente, com a inserção do plantio do dendê. Com isso, diminuíram as áreas disponíveis para a implementação das roças e o tempo necessário para a realização do pousio, o que influenciou na qualidade e produtividade da roça.

Em seguida, abordarei a atuação dos referidos sócios em propostas elaboradas na Amafib.

5 “É MAIS FÁCIL JUNTO DO QUE SOZINHO”: A ATUAÇÃO DOS SÓCIOS COMUNS E DA DIRETORIA DA AMAFIB

Neste capítulo analiso a atuação dos sócios em torno das propostas da Amafib, as quais contemplam as necessidades de manutenção de seu funcionamento e dos projetos de integração de seus membros. Registro as mobilizações para a construção da sede, para a realização de festas e bingos, para a roça da associação, para os planos de troca de dias em dendezaís, e para a aquisição de um trator. Além disso, apresento os modos de participação dos sócios em reuniões.

5.1 A construção da sede

A construção da sede aconteceu em duas etapas no ano de 2015, ano seguinte à criação da associação. A proposta partiu da diretoria, contando com a doação do terreno por parte do pai de um dos membros. A partir disso, os sócios se reuniram e decidiram quem poderia contribuir com força de trabalho e com materiais de construção. Houve também doações externas de telhas por um político e o carregamento de estacas por meio de um trator da prefeitura, conforme relatado pelo presidente:

Houve doação de um político que queria se reeleger, ele nos deu então tivemos que receber. Ele nos deu o que era mais difícil que eram as telhas, também houve doação de madeira que veio da minha tia e serviu para os esteios. Houve também doação de esteios de um sócio da comunidade Candeuá. Os trabalhos foram em mutirão, com três motosserras nós retiramos em um dia e trouxemos no trator da prefeitura. Por aqui nós nos organizamos e abrimos o ramal. Conseguimos trator com uma pessoa que não era candidato de nada. Aí ele deu o trator dele para puxarmos as madeiras. Ainda houve doações de cimento, de tijolo, quase tudo foi doado. Gastamos dinheiro da associação para pagar um mestre porque tínhamos um da associação, só um que nós pagamos. E isso porque ele estava com dificuldades financeira então resolveram pagar os serviços dele (Sr. L. 2020).

Veiga e Albadelejo (2002) explicam a importância dessas relações externas, demonstrando que elas podem dar acesso a serviços coletivos considerados como essenciais. “Tais funções são canais historicamente utilizados por intermediários de diferentes origens para exercer uma dominação simbólica sobre os agricultores e, através dela, um controle (e exploração) econômico e político sobre os mesmos” (VEIGA; ALBADELEJO, 2002, p. 71).

Para carregar esteios pesados muitas pessoas se mobilizaram, inclusive moradores das proximidades da sede que não eram membros da associação. Sócios presentes relatam seus modos de participação: “Nós participamos do começo ao fim. Eu fui buscar madeira no mato” (Sr. K. 2019). “Nós já fizemos muito trabalho lá, para a construção da sede, nós carreguemos esteios. Em tudo, eu estava no meio para fazer a associação” (Sr. A. 2020).

Os sócios cooperaram nesta primeira etapa, quando estava previsto a construção da estrutura coberta. Na etapa seguinte, seria realizada a cozinha na mesma obra. Mas poucos sócios estiveram presentes, como explica o tesoureiro:

Nós esperamos três dias e não veio ninguém, aí eu disse L. vamos levantar essa obra. Nós começamos a levantar, as vezes que eu pegava diretamente com a mão na massa e arrumava os tijolos. Meio dia levantamos uma parede, ainda era só nós dois. Apenas uma parte que eu não sabia fazer. Então eu disse rapaz agora vamos pagar uma pessoa para fazer. Nós pagamos, fizemos e pronto. Depois dissemos que a cobertura é por conta do sócio que é o nosso mestre, ele veio. Veio mais um sócio além dele que sabia também como trabalhar, eles arrumaram uma peça que precisava. Mas o L disse, quem não trabalhou aqui, quem sabia e não veio não tem o direito de reclamar. Lá no meio um tijolo ficou meio torto, um sócio que percebeu foi reclamar para o L e ele respondeu que não, você não deve falar nada não. Você não tem direito de falar nada não porque nós fizemos um acordo aqui que quem sabia e não viesse não teria direito de falar nada não (Sr. R. 2020).

Então com a falta de cooperação da maioria dos sócios, o presidente e o tesoureiro conseguiram concluir a obra (Figura 5), com dois sócios comuns e sob contratação de um pedreiro utilizando o dinheiro do caixa da associação. Crozier e Friedberg (1993) relativizam o papel dos superiores e indicam que o êxito do jogo depende do desempenho dos representantes e isso exerce uma coação de mostrar o sucesso.

Figura 5: Sede da Amafib, comunidade São Benedito, Irituia – PA



Fonte: Pesquisa de campo, 2019.

No final, foi realizada uma festa de inauguração da sede no 17 de maio de 2015, sendo a primeira de uma série de confraternizações realizadas neste espaço pelos sócios.

5.2 As festas e os bingos

Após essa festa de inauguração da sede, são realizadas duas festas anualmente na associação. A primeira acontece no mês de maio em comemoração ao evento da inauguração e

a segunda no mês de dezembro para a confraternização dos sócios. A festa de maio é aberta ao público sob pagamento de ingressos, comidas, bebidas e bingos, e a de dezembro é realizada somente para os sócios, sendo cobrados, antecipadamente, uma taxa para compra de itens para animação da festa. Ambas são promovidas pela diretoria da organização e o presidente relata como aconteceu a festa de inauguração. Depois, a sua secretária conta como ocorrem as festas:

Na inauguração da sede foram três dias de festa. Nós levamos umas cadeiras e mesas e oferecemos churrasco para as pessoas. Vieram todos os sócios, até um técnico da ADM estava. No terceiro dia recebemos uma grade de cerveja de um dono de depósito de bebidas. Só paramos as 20h porque veio um pessoal com bebida forte. Eu pegava garrafa de cerveja daqui e passava para lá e foi o dia todo com participantes dançando (Sr. R. 2020).

Na confraternização os alimentos são consumidos na festa, só a bebida é vendida. Cada um doa um frango ou R\$ 20,00, compramos ainda carnes e frangos. A comida é grátis para todos. Nós realizamos uma coleta antes e chamamos dois ou três sócios para fazer as compras e mulheres para cozinhar. E compramos brindes para fazer brincadeiras. Na organização de maio que é o aniversário da associação, os sócios se reúnem e o lucro fica para a associação. Tudo é vendido, apenas bolo e refrigerante são oferecidos como um lanche, os outros tipos de comida são vendidos. Começa de dia e vai até a noite (Sra. Z. 2019).

Geralmente, a diretoria repassa um determinado número de cartelas de bingos, pede doações e o pagamento da “cota” de R\$ 20,00 para os sócios comuns, que são incentivados para divulgar a festa de maio aos demais moradores do município de Irituia. Os representantes também delegam tarefas para que os sócios contribuam com a preparação de comidas e compra de materiais com o dinheiro arrecadado. A secretária explica:

A gente manda fazer anúncio em faixas, anuncia na rádio e ainda tem a divulgação de carro som por dois dias na cidade. Os sócios mesmo se comprometem de vender o bingo e ajudar. Cada sócio pega uma quantidade de cartelas para vender, 10, 20 cartelas aí vão vendendo o bingo e convidando boca a boca. Cada bingo tem os responsáveis, as vezes eu dou prêmio, a minha filha também dá. Aí a gente sai pedindo os prêmios e depois vai vender as cartelas. Aí sempre quem comanda é o R. Junta um grupo de pessoas para fazer a comida, aí a gente vende comida, vende cerveja. Passa um domingo inteirinho (Sra. Z. 2019).

Os bingos são o principal componente das festas, sendo vendidas três cartelas por R\$ 5,00. Para alcançar os prêmios, parte dos sócios doa e solicita doações. Então, são recebidos frangos, panela de pressão e dinheiro, por exemplo. Contudo, em uma eventualidade de falta de prêmios para o sorteio em uma das festas, o tesoureiro propôs o seguinte acordo:

Eu disse nós vamos fazer o bingo da associação. Disseram não, mas como vai ser feito isso? Eu falei não es quente a cabeça. Eu coloco prêmio de R\$ 400,00 em dinheiro e esse valor nós conseguiremos no bingo. Vamos vender cartelas. Nisso um rapaz me deu uma caixa de cerveja. Sobraram 40 cartelas de 40 sócios que não pagaram, mas vendemos quase duzentas cartelas. Somei cerca de R\$ 1.000,00, descontei o dinheiro da premiação, ficou quase R\$ 600,00. Eu disse se a gente não fizesse isso perderia esse dinheiro. Trabalhei só para levantar esse dinheiro, pagava as vezes R\$ 1,00 por cartela para vizinhos venderem, me virei sozinho. A cartela era R\$ 5,00 e eu coloquei quatro quinas de R\$ 100,00, mas tirei do bingo mesmo. A cerveja foi doada para a associação por um rapaz de Irituia, ele sempre ajuda a associação (Sr. R. 2019).

Neste ponto, Sabourin (2004) me fornece o entendimento de que nos sistemas de reciprocidade camponesa, tem-se alternância e complementaridade entre a redistribuição pelo intercâmbio no mercado capitalista, pela dádiva e pela reciprocidade. Sendo a redistribuição pela dádiva, constituída pela doação de alimentos em festas e cerimônias (SABOURIN, 2004, p.91).

Nesse ponto, também se percebe, o que foi apontado por Maneschy, Conceição e Maia (2010) como contextos relacionais de atuação de associações. Pois, as autoras reconheceram que “as conexões sociais dos dirigentes e dos sócios mais ativos, eram fatores importantes a considerar na compreensão de suas possibilidades maiores ou menores de ação” (MANESCHY; CONCEIÇÃO; MAIA, 2010, p. 165).

Dentre isto, o seguinte relato de um dos sócios evidencia o envolvimento de quem não faz parte da organização dos eventos: “Lá eu só faço pagar a minha coleta e mandar, eles que organizam para lá. A secretária fica responsável por organizar o bingo e fazer o almoço. Tem uma comissãozinha com um pessoal lá” (Sr. F. 2020).

Ademais, em relação à oportunidade da festa, há quem prefira não participar. “Sou neutro, gosto de ficar mais no meu canto” (Sr. G. 2020). Outros sócios salientam suas limitações: “Há 2 anos eu não consigo ir devido à estrada que não é boa” (Sr. P. 2020). “Ano passado eu nem fui, eu fui levar a cota que era para pagar” (Sr. Y. 2020). “Eu estava meio adoentado e não fui” (Sr. Q. 2020).

Além das festas e dos bingos da associação, a diretoria promove a formação de cestas básicas e bingos beneficentes como ajuda à moradores doentes das comunidades do entorno e conforme ressaltado no capítulo anterior. Tais eventos iniciaram logo após a inauguração da sede, como explana a secretária e o presidente:

Nós fizemos um bingo para o Sr. Raimundinho. Ele ia operar do olho, ele era sócio lá em 2015. Aí começou os bingos beneficentes. Quando é assim, se entrega tudo para a família. Só tira se vir a cerveja. Se der 10 grades de cerveja aí se paga o dono da cerveja e o resto do lucro que ficar se inclui na comida, na bebida que a gente vende, tudo é doado. Tem bingo que dá até R\$ 5.000,00. Esse dinheiro é repassado para o doente (Sra. Z. 2019).

Acontecem quando tem uma pessoa doente em uma família. A família mais próxima organiza e ainda se tem uma pessoa doente em uma vila, uma outra vila organiza e leva para essa pessoa. Isso já é uma organização de um lugar para ajudar o outro. O meu irmão estava doente no município de Tailândia, aí organizaram o bingo aqui para levar para lá, aí sim, já é um bingo beneficente. Teve uma pessoa que estava doente em São Miguel e foi feito um bingo na comunidade Puraquequara para levar para lá porque era uma pessoa daqui que foi morar lá. Todas as associações fazem, não é só essa associação, não. Apesar de que o padre falou que não deve fazer, mas não tem isso não, a gente faz mesmo (Sr. L. 2020).

A secretária afirma ainda: “Tanto faz ser sócio como não, vindo pedir a gente faz [bingo beneficente] e é rápido [que vendem as cartelas]. Essa união aí, graças a Deus que ainda tem” (Sra. Z. 2019). Um dos sócios confirma a consideração dela: “A gente compra, mas às vezes nem vai marcar. Toda vez que nos oferecem a gente compra para ajudar” (Sr. Q. 2020).

A reciprocidade pode ser visualizada na atuação dos sócios da Amafib em relação aos bingos beneficentes. Seus preparativos contam com um pequeno grupo de membros da diretoria, mas a compra de cartelas acontece, geralmente, por parte de todos os sócios. Conforme relatado, isto acontece pelo comum entendimento de que eles também podem necessitar do mesmo tipo de assistência em caso de adoecimento.

5.3 A roça de mandioca da associação

A implementação de uma roça comunitária foi a proposta da secretária para obter uma renda para a organização. Houve o aproveitamento de uma área com solo destorroado localizado ao lado da sede, decorrente de um curso de tratorista oferecido pela parceria entre ADM e Senar a 15 agricultores integrados de Irituia. As atividades na roça aconteceram nos sábados entre novembro de 2016 e novembro de 2017, como a Sra. Z. (2020), detalha:

Cada um levava a sua comida, a sua água e quando a roça amadureceu nós vendemos a mandioca para um homem lá na Galiléia. O intuito era adquirir dinheiro para a associação porque uma cooperativa é diferente de uma associação. A cooperativa tem fins lucrativos e a associação não tem. Ela só vive da mensalidade dos sócios. Por isso eu disse, vamos fazer uma roça já que, em 2017, a farinha estava até boa ainda de preço. Assim tivemos a ideia de fazer a roça para conseguir um dinheiro para a associação só que quando chegamos a vender já não estava muito lá essas coisas.

Alguns sócios participaram durante toda a atividade que foi encerrada com a venda da produção. Um deles enviou até um filho como substituto quando esteve doente e não conseguia participar. Outro afirma, inclusive, ter sido a última atividade coletiva em que ele atuou na associação: “Eu fui, depois que venderam a roça eu não apareci mais” (Sr. D. 2020). Nesses termos, um sócio explica:

Nós trabalhamos nessa roça lá, mas depois disso parou. Fui só nessa atividade. Depois que tiraram a roça fiquei parado e nem fui mais lá. Eu fui plantar e nós vendemos a roça toda. Ninguém fez a farinha, não. Era para amadurecer de um ano a oito meses. A roça ficou um ano quando nós colhemos (Sr. U. 2020).

Outros sócios participaram apenas em parte do período. “Eu fui duas vezes capinar na associação, uma vez na semana. Não achei vantagem. Fui como ajuda. Para a associação, qualquer coisa serve” (Sr. C. 2020). “Eu só não trabalhei do começo ao fim, mas cerca de 80% eu trabalhei” (Sr. Tc. 2020).

Os integrantes que não participaram, apontaram a distância como o principal motivo. “Eu não fui, não fiquei sabendo e é muito longe” (Sr. N. 2019). “Eu não sei como foi essa roça.

Eu não consegui ir lá e fazer a limpeza das plantas” (Sr. P. 2020). Contudo, relacionado a isso, um sócio buscou cooperar com a compra de insumos:

Eu disse que não participaria do trabalho, mas que se precisassem de dinheiro, poderiam me dizer que eu iria colaborar. O presidente disse não, a colaboração que temos vai dar para o plantio. Seria para a compra de material de trabalho, fertilizante ou agrotóxicos (Sr. A. 2020).

Sobre essas questões, Crozier e Friedberg (1993) expressam que aos líderes cabe o desafio de coordenar o comportamento de um determinado número de atores, cuja cooperação é indispensável, mas, por eles terem certo grau de autonomia, podem seguir interesses que não são necessariamente convergentes.

Nesta experiência, identifiquei que a maioria dos participantes era formada por membros da diretoria e por seus familiares, também sócios da Amafib, os quais residem em comunidades próximas da sede, assim como os demais envolvidos, ou seja, se situam nas comunidades São Benedito, Nazaré, Piquiá, Rosário e na Santa Terezinha. Não constando os sócios residentes em comunidades mais distantes, como a Sororoca, Pacuí, ou Real. Nesse contexto, o presidente comenta:

Na roça a participação variou. Um dia tinha dez pessoas, no outro dia dava cinco. Para trabalhar mesmo se mantinha seis pessoas. Quando nós fomos capinar um dia estava eu, Z, H, Q, K, o R, e esses foram os que mais participaram no trabalho. Mas as vezes eu faltei (Sr. L. 2019).

Esta experiência demonstra a reciprocidade em estrela de Temple (2004) citado por Sabourin (2006, p.8). Esta é um tipo de ajuda mútua que mobiliza o conjunto dos membros do grupo ou da comunidade para bens comuns que envolvem construções e consertos. Esse arranjo é capaz de “[...] produzir amizade, mas também a confiança entre os seus membros (e quanto a responsabilidade dos outros). Aqueles que não participam não são excluídos [...], mas perdem prestígio e honra” (SABOURIN, 2006, p.8).

A roça seria utilizada para a produção de farinha, mas foi vendida ainda na própria área de plantio. O motivo também foi apontado pelo presidente: “Nós tivemos a infelicidade de pegar a baixa no preço da farinha” (Sr. L. 2019). Todavia, a secretária avaliou o resultado: “Ainda foi vendida por R\$ 1.300,00. Eram duas tarefas, mas não desenvolveu como esperávamos. O dinheiro ficou para a associação” (Sra. Z. 2019).

5.4 Os planos de troca de dias para roçagem dos dendezaís

Após as experiências de troca de dias no plantio de mudas na implantação dos projetos, um dos envolvidos, agora sócio comum da Amafib, propôs a formação de mutirões para

roçagem de áreas com dendê de sócios. Entre os que concordaram, formou-se um grupo, mas a maioria não conseguiu pôr em prática a proposta, como se constata adiante:

Eu fiz proposta de mutirão, uns sócios ainda trabalharam junto para lá, mas nós aqui não. Seria feito por grupo para ninguém ficar andando tanto. Daqui para lá está longe e de lá para cá também. Só o nosso grupo não funcionou. Ninguém tinha máquina roçadeira para cá, então não houve. O mutirão ainda funcionou para lá, aqui o nosso grupo seria de sete pessoas, mas resolvemos que cada um no seu plantio, que seria individual. Mas o caminho certo é pelo mutirão porque um da coragem para outro, sozinha a pessoa fica sem motivação (Sr. B. 2020).

Alguns sócios expressaram suas insatisfações relacionadas à falta de cooperação de integrantes da Amafib. Percebe-se a seguir:

Os motivos de eu não participar de mutirões é que a pessoa não vem. Você vai trabalhar depois que o serviço está pronto ele não está nem aí para o seu. Um dia desses eu fui lá trocar dia e ele disse que não podia. Não funciona. Eu mesmo não vou atrás, então eu deixo. Você podendo pagar é melhor porque troca de dia hoje é menos um dia no seu (Sr. C. 2020).

Eu experimentei uma semana e não deu certo, porque quando nós plantamos dendê cada um comprou uma máquina uma roçadeira que era para um ajudar o outro, só que aí não deu certo, não. Então eu fiquei aqui no meu trabalho sozinho. Lá na diretoria eles fizeram, eles falaram muito na associação de fazer mutirão, aí no setor do L, eles fizeram mutirão para lá. Os sócios do outro lado fizeram nesse meu vizinho ali, eu fui uns três dias, aí eu disse não, não dá não para mim. Porque um dia a pessoa vai e tem seis pessoas, no outro dia só tem três, aí não dá certo. No mutirão tem que ser todo mundo comprometido (Sr. O. 2020).

Os sócios que não cooperaram, diziam que as distâncias entre as áreas de plantios dos agricultores eram longas para serem percorridas a tempo de conseguirem realizar o acesso e o trabalho em uma manhã, as quais se localizam em comunidades entre as regiões Baixo Irituia e de Igarapé-Açu de Baixo, ou apontaram problemas de saúde, como revela os depoimentos:

Eu não estava participando do grupo da associação porque fica muito longe e eu só trabalho mesmo para mim porque eu vou até a hora que eu aguento. Tenho problema de coluna e trabalho forçado, se vou andando não dou conta de ir, se eu for de moto, o meu filho me leva e traz (Sr. F. 2020).

Para lá dava para eles fazerem um mutirão para eles e se eu tivesse pelo menos uns cinco ou seis sócios próximos ficaria bom para fazer mutirão. Por exemplo, hoje você trabalharia para mim, amanhã a gente vai para fulano, ciclano, até terminar. Ainda falaram de fazer mutirão de roçagem, não sei se fizeram. Eles lá são muitos, são mais de vinte (Sr. P. 2020).

Além disto, à falta de roçadeiras e o acesso a aluguel de um trator para roçagem por sócios, como resposta da ADM a um ofício da associação solicitando aluguel do maquinário, foi apontado como fator que enfraqueceu o interesse de potenciais grupos de mutirões no período. Tal questão é dita por um dos membros da Amafib:

Ainda não fizemos trabalho entre nós. Só pensamos de cada grupo de cinco ajudar um ao outro, mas ainda não aconteceu. Os mais próximos poderiam formar um grupo. Nós somos vinte sócios, da quatro grupos. Nós já falamos, mas ainda não aconteceu aqui. Mas tem que acontecer porque só um não dá conta, não. E tem que ser utilizados máquina, terçado, foíce, tudo para fazer. Acho que foi por causa da máquina que veio fazer o serviço de roçagem, por isso não deu para acontecer (Sr. A. 2020).

De outro modo, um dos sócios que praticou o trabalho de roçagem em mutirão entre sócios da Amafib, identificou falta de cooperação de alguns participantes. “Nós fizemos a roçagem de dois sócios, o mutirão foi rápido. Aí depois começaram a pisar na bola, aí paramos. Vimos que não ia dar certo” (Sr. K. 2019).

Segundo o presidente, o avanço do desenvolvimento dos plantios e o risco de atrasos na realização dos trabalhos são motivos para o desinteresse de sócios sobre mutirões de roçagem em dendezaís:

Em Igarapé-Açu fizeram para coroamento, mas como o dendê cresceu, diminuiu o serviço. Uma pessoa já consegue fazer o trabalho [roçagem]. Quando a faz troca de dias a gente trabalha até as onze horas e se a pessoa não chegar naquele horário, já está causando perda (Sr. L. 2020).

Por falta de mutirões entre sócios, parte deles conta com parentes ou com vizinhos não sócios para realizar trabalhos coletivos e reduzir custos de produção. Teschy (2007) explica que as relações de reciprocidade e de intercâmbio entre os agricultores familiares são formadas por “redes sociais de parentesco, o compadrio, a vizinhança e a amizade, além das estruturas formais, como a igreja, os partidos políticos, o movimento sindical, a associação, a cooperativa, entre outros” (TESCHY, 2007, p.30).

Os sócios enfocam variadas dificuldades sobre alcançarem a prática de mutirões de roçagem de áreas com dendê para a manutenção dos plantios. Parte deles diz que perderia tempo de trabalho em seus próprios projetos se trabalhassem uns para os outros ou que desconfia da seriedade de possíveis membros de grupo, mesmo quando há uma pequena ou razoável distância, no ponto de vista deles, entre os estabelecimentos familiares de sócios. Por outro lado, há dois sócios que são os únicos agricultores familiares integrados nas comunidades Sororoca e Pacuí, distantes há quase duas horas de viagem de moto, em relação a sede da Amafib. Esse fato os leva a se considerarem e a serem vistos como isolados.

Para além disso, percebe-se que todos os sócios têm expectativas de aluguel ou compra de tratores como forma de facilitar seus trabalhos nos projetos, o que também inviabiliza os mutirões.

5.5 As tentativas de aquisição de trator

Além da tentativa de compra de trator que ensejou a criação da Amafib, a associação reúne mais quatro experiências que visaram a aquisição deste tipo de maquinário. Na primeira houve a formação de grupos para compra por financiamento, na segunda buscou-se financiamento em nome de poucas pessoas, na terceira um assessor de deputado prometeu doar o recurso e na quarta um grupo efetivou pagamentos de parcelas a um consórcio.

A primeira tentativa, partiu da proposta de um sócio para utilização do dinheiro do financiamento liberado aos agricultores. Por consequência, sócios foram até ao Basa, o qual orientou que os eles deveriam somar um valor como entrada para o pagamento do maquinário. Porém, após o valor ter sido alcançado, o banco mudou as regras de financiamento e não liberou o trator, como é explicado por um sócio e pelo presidente:

Nós queríamos comprar o trator com o dinheiro do projeto. E fizemos uma reunião. Todos teriam que dar uma quantia. Dei essa proposta para que cada sócio desse R\$ 1.000,00 para darmos de entrada no trator. O gerente do banco disse que o trator estava no banco que com o dinheiro ele faria o projeto para nos financiar o maquinário. Mas essa proposta acabou indo por água abaixo porque o banco não aprovou mais o projeto aí todo mundo desistiu. A associação devolveu o dinheiro porque foi dito que pela associação não seria possível chegar o trator, só seria possível para no máximo duas pessoas (Sr. V. 2020).

O que aconteceu é que quando ficou tudo pronto, o banco veio e disse que não fazia através de associação, aí ficamos parados porque disseram que não vendia mais através da associação (Sr. L. 2019).

Quanto ao acesso de financiamentos por meio de associações, Maneschy, Conceição e Maia (2010) identificaram que “os mecanismos de concessão dos financiamentos eram pouco claros, suscitando muitas críticas em relação a essa política e comprometendo o estabelecimento de relações de confiança entre os associados e dirigentes” (MANESCHY; CONCEIÇÃO; MAIA, 2010, p. 156).

A partir do desamparo do banco, alguns sócios tiveram a ideia de investir o dinheiro coletado na compra de um trator seminovo. No entanto, a maioria dos sócios se recusou a aceitar essa proposta e, conseqüentemente, a associação devolveu o dinheiro da contribuição de todos, o que causou indignação nos próximos sócios que desejavam alcançar sucesso nessa nova alternativa de compra:

Nós pensamos que é fácil uma associação ser administrada por pequenos agricultores e que logo íamos conseguir um trator, mas não é assim. Eu não sei nem explicar. Olha nós já lutamos ali. Tinha dinheiro em caixa, dava para cada um ajudar a pagar a primeira parcela, seria R\$ 23.000,00. Nós desistimos, cada um pegou o seu dinheiro que estava depositado. Era vinte quatro sócios, cada um pegou os seus R\$ 1.000,00. Foi uma grande burrice, seria melhor se a gente tivesse comprado o trator. Nós já teríamos pagado (Sr. F. 2020).

Se nós tivéssemos investido os R\$ 23.000,00, como eu propus, teríamos o trator há muito tempo. Nós tínhamos dinheiro no banco, o que custava tirar aquele dinheiro que vinha para a compra de carroça com animal? Eram R\$ 3.000,00. Se nós éramos 23 sócios que queria o trator, cada um com R\$ 3.000,00, qual o trator usado que não compraríamos? Um novo ninguém dava conta! Nós estaríamos servidos porque até hoje nós temos sócios com dendê jogado no feio com mato. Porque o banco vê, se a pessoa tem alguma coisa, ele já abre mão, mas a gente não tem essa fazenda para ele ver (Sr. B. 2019).

Na segunda tentativa, a associação buscou acesso a financiamento de um trator em nome de poucas pessoas, conforme as novas regras do Basa. Então logo houve sócios que se

recusaram a participar, destacando três motivos: a necessidade de entrega de documentos como fiadores, a distância entre as áreas de cultivo do dendê dos sócios, e desconfianças sobre as possibilidades de pagamento de parcelas por membros da Amafib. Sobre isto sócios argumentam:

Na vez seguinte eu sei que o trator seria financiado pelo Basa. Mas aí não deu certo não sei por quê. Eu acho que não deu certo porque tinha que ter quatro pessoas que assinassem para sair os tratores. Então me convidaram para eu ser um dos fiadores. Mas se o resto da turma não pagasse aqueles quatro tinha que pagar. Porque todos pagariam só no nome de quatro. Aí eu disse não, não. Isso há quatro anos (Sr. O. 2019).

Eles me procuram, mas eu vi que não ia dar muito certo. Eu disse não, deixa quieto. Porque o trator ia ser necessário mais na limpeza, para puxar o dendê não ia servir a todo mundo porque esse trabalho é na segunda-feira, terça-feira e quarta-feira praticamente. A ADM não tem hora para vir, é 8:00, 9:00, 10:00 horas. Se fosse para puxar o dendê de todo mundo não ia dar porque são todos distantes uns dos outros. Uns iam se beneficiar, os outros não. Eu vi que se fosse para eu esquentar a minha cabeça era melhor eu ficar fora disso. Ia ter uns que iam se beneficiar mais que os outros. Se fosse para colocar uma proposta de ser só para roçar, aí seria outra coisa. Ia ser só roçar. Mas uns estavam de olho para comprar o trator mais para carregar, aí não daria para todo mundo. Então vi que era melhor continuar a puxar na carroça. E não teve só eu não, teve mais gente que pensou assim. Cinco se beneficiariam e os outros? (Sr. G. 2019).

Ainda bem que esse trator não saiu porque se ele sai, como agora na colheita, como é que esse trator vai trabalhar para todo mundo se todo mundo colhe na mesma quinzena? Tem apenas quatro dias para colher. Um trator desse vai dar conta? Se ele for um dia para uma pessoa ainda não dá certo. A pessoa deve analisar as coisas. Por isso que eu saí desse negócio. No começo [da associação] era muito bom, tinha bingos nas reuniões, um monte de coisa. Havia gente que não tinha dendezal e se associava por quê? Por causa do trator que vinha. O que acontece, eu sou sócio, eu não tenho dendezal, mas os outros [pagantes do trator] vão ter que trabalhar para mim (Sr. S. 2020).

A respeito destas discordâncias, podemos nos reportar à Sabourin (2004), ao salientar que “[...] além de trazer soluções, as formas de organização criam, também, novos problemas à medida que ignoram ou desrespeitam as regras da reciprocidade, porque são modelos concebidos segundo os princípios da concorrência e do intercâmbio” (SABOURIN, 2004, p.89).

Com as referidas restrições não houve a compra de trator por sócios junto ao Basa. Apesar disso, o seguinte membro da Amafib percebeu uma possibilidade para o bom aproveitamento do maquinário pelos diferentes agricultores familiares:

Eu falei com o presidente sobre a intenção de comprar o trator. Eu perguntei, mas vocês querem comprar esse trator como? Para quê? Quanto é para cada um? Ele respondeu R\$ 1.000,00. Eram trinta e cinco sócios. Agora presta atenção nas coisas, eu disse estou disposto a comprar o trator porque a gente precisa, mas agora como vocês querem comprar o trator para trinta e cinco sócios que nós somos, sendo vinte e três sócios com o projeto? não dá! Porque nós vamos querer comprar o trator para puxar o dendê, no mesmo dia que você está cortando eu estou e todo mundo está. Tem sócio até nas comunidades Pacuí e Sororoca. Como é que esse trator vai puxar esse

dendê para gente? Não teria como, porque, por exemplo, nós cortamos hoje e é para puxar amanhã dois dias depois o caminhão da empresa está na porta. Eu também disse olha, o trator dá para roçar e gradear porque começa lá na comunidade Candeuca e quando chegar no último aqui está no ponto de roçar de novo, seis meses depois. Mas houve quem dissesse há se for assim eu não quero, não dá, prefiro comprar um. Eu disse que eu não tenho condições de comprar um trator (Sr. F. 2020).

A terceira tentativa, partiu de uma reunião com um assessor de deputado para a formação de emenda parlamentar específica, em 2015. Para tanto, foi promovida uma reunião em caráter de urgência pelo representante do político, o qual informou aos participantes que eles receberiam um trator em 30 dias. Contudo, não houve entrega alguma, como relata o presidente da associação:

A única parceria política mais próxima de nós foi uma pessoa que nunca veio aqui. O seu cabo eleitoral era o quem convivência conosco. Este chegou a tirar cópias dos documentos da associação para fazer um pedido e eu não sei se é culpa dele ou nossa de se acomodar. Ele era o nosso maior contato e ele foi embora. Nunca fomos saber se os documentos chegaram nas mãos do político. Esse intermediário veio falando que ia falar com o político para pedir uma emenda parlamentar sobre a doação de trator para a associação. Ele falou que ligou para o político, e este disse que era para tirar cópias dos documentos da associação, nós fizemos as cópias e entregamos para esse assessor dele e de lá pra cá eu não sei se foi nós que nos acomodamos ou se foi ele lá. Até hoje não procuramos contato com o político para saber essas coisas (Sr. L. 2020).

A quarta e mais recente tentativa partiu da proposta do tesoureiro aos sócios, inclusive aos que não plantam dendê, para a compra de trator por consórcio, sendo mantida entre novembro de 2017 e julho de 2018. No acordo, todos deveriam pagar parcelas mensais, e posteriormente, arcar com os custos de combustível e com a contratação de um tratorista. Um grupo de onze pessoas concordou com a proposta, três deles não integrados ao dendê. Sobre tal fato, o Sr. R. (2018), explica:

Fomos de casa em casa para falar para os sócios. Anotando o nome de quem queria e quem não queria. Antes mandamos um ofício para uma reunião a respeito, veio mais da metade. Mas só 11 que aceitaram. Então nós fizemos. Agora que atrasou duas parcelas para eu pagar. Um vendedor veio aí que era para a gente adiantar R\$ 10.000,00 para ele liberar o trator. Mas não tivemos como somar [o valor] para o vendedor que gerencia. O consórcio é de Belém, mas pagamos no Banco do Brasil. Só enviamos a foto. O valor [mensal] é R\$ 110,00 para cada um. Estamos pagando há 9 meses. O recebimento vai depender do dinheiro para o lance. Se não tivesse atrasado, todo mês participaríamos do sorteio. O valor total parece que é R\$ 70.000,00.

O problema de atraso de mensalidades, contudo, provocou os participantes a optarem pela retirada de implementos que acompanhariam o pedido do maquinário para que o valor das parcelas fosse reduzido. Não obstante, continuaram a ocorrer atrasos nos pagamentos de sócios.

Em seguida, o presidente relata as tentativas para motivar os participantes a manter o acordo:

Nós conversamos que se o maquinário saísse logo e os sócios aguentassem pagar pelo menos dois ou três anos, nós trabalharíamos prestando serviços. Porque aqui nessa área não tem trator com roçadeira. Ele mesmo se pagaria. Para trabalhar aqui tem que vir trator de São de Miguel, de Irituia, do Km 14 até de Capitão Poço já que aqui o que tem são tratorzinhos, mas é só para a pessoa trabalhar para si mesmo. Nem para ele mesmo porque quando tem trator não tem lâmina e quando tem lâmina não tem

grade, quando tem grade não tem roçadeira. Então só serve para eles mesmos combinar com carroça (Sr. L. 2019).

Como alternativa de continuidade, dois dos sócios buscaram e receberam empréstimo em relação ao caixa da associação, com a secretária por dois meses. Contudo, outros sócios se posicionaram como desistentes. Suas dificuldades foram relacionadas ao baixo retorno financeiro do dendê e da farinha de mandioca no período. Então, o grupo de pagantes, em uma reunião extraordinária, decidiu interromper o consórcio. Por essa razão, o tesoureiro e um sócio comum, lamentam a falta de união entre os envolvidos e os que não participaram expõem suas justificativas:

Nós pagávamos o consórcio do trator, e não tiramos por falta de união porque se a gente tivesse tirado teríamos o nosso trator. Se todos tivessem unidos como a gente estava no começo a gente já tinha o nosso trator aqui dentro. Um vendedor do consórcio disse que sairia o nosso trator se nós pagássemos R\$10.000,00. Ele disse rapaz vamos conversar com os sócios. Nós fizemos uma reunião e todos colocaram dificuldades. Então pronto. Mas se existisse interesse dava para ser tirado, né? Nós éramos onze que pagavam o trator. Esse maquinário não seria da associação, mas dos onze produtores de dendê, mas ninguém conseguiu. Nós chamamos todos os sócios para tirar no nome da associação, mas não quiseram porque acharam caro. Nós pagávamos uma taxa de R\$ 1.171,00 por mês. Se tivesse 50 sócios daria uns R\$ 30,00 para cada um por mês durante cinco anos (Sr. R. 2019).

O problema da associação está entre os próprios sócios. Se o sócio soubesse a força que ele tem, mas sempre tem um para desestimular. Olha o menino disse que não queria e hoje em dia ele ganha em primeiro lugar [em produção]. Ele não queria comprar um trator, veja só como é. Tem sócios que por isso dizem: 'bem que fez fulano que não queria mesmo'. Mas caramba, será possível que ele não sabia que ia precisar? No facão não tem quem dê conta, só dá com trator. Então ele disse que não queria e acabou. Olha, toda as vezes as pessoas se baseiam por ele, tenho visto muitos por lá. Caramba, ainda tem gente pensando que a escolha dele foi boa. Agora ele está sempre pagando trator para vir de fora. Ele está se mantendo, mas no trabalho também, se o trator fosse nosso ele tinha menos trabalho porque ele ia brocar a hora que quisesse o trator estaria aí, ficaria na associação e ele é vizinho. Seria fácil no grupo, só um é difícil. Por mim, nós estaríamos com o trator, mas eles já começaram a pegar de volta o dinheiro que tinham dado. Nós não chegamos aonde nós queríamos chegar (Sr. B. 2020).

Eu não aceitei essa proposta. Eu não aceitei porque dentro de vinte pessoas como eles falaram, se tivesse um talão de energia atrasado de um sócio, o trator não sairia. Então eu disse não por que dentro de vinte pessoas você não vai achar todo mundo sério. Eu tenho experiência de vida aqui, eu sei (Sr. O. 2020).

Os dois primeiros depoimentos indicam os pontos de vista de dois agricultores que desejavam viabilizar a compra do trator considerando a cooperação no grupo. O terceiro, revela que o sócio contrário a esta aquisição teve esse posicionamento, sobretudo, por duvidar da honestidade dos demais sócios.

Nesse contexto, somando valores, os sócios pagaram R\$ 1.360,00 no primeiro mês e com o passar dos meses reduziram esse valor até ao ponto do encerramento da tentativa. Com isso, um dos participantes, expressa suas dúvidas sobre as condições de recebimento do valor

investido: “Eu não sei o que vai acontecer com esse dinheiro. A previsão é que após completar o tempo do consórcio, o valor seja devolvido” (Sr. K. 2019).

Constato, nas experiências tratadas, que as quatro tentativas de compra de trator de sócios da Amafib sofreram interferências externas e internas que impediram o êxito na aquisição do maquinário. Em relação ao primeiro caso, identifiquei que o Basa não financiou o trator com o adiantamento de parte do valor de venda e que a promessa de doação do recurso por um deputado não foi cumprida. No segundo, verifiquei que a proposta de financiamento de trator em nome de poucos sócios foi recusada por possíveis fiadores que recusaram assumir os riscos de endividamento, além de que na ocasião do consórcio eles novamente se frustraram por alguns destes não terem conseguido manter o pagamento das parcelas.

Pelo exposto, concordo com Crozier e Friedberg (1993) ao colocarem que na organização existem grupos que apresentam “trunfos” e outros apáticos. E com Olson (1998), por visualizar que na organização existem grupos divididos “[...] em subgrupos ou facções que se opõem mutuamente” (OLSON, 1998, p. 8).

5.6 As reuniões e a participação dos sócios

Conforme o Estatuto da associação, no Capítulo V dos órgãos constitutivos e suas competências, Art. 9º: “A Assembleia Geral é órgão máximo de representação e deliberação da Amafib. Reunir-se-á ordinariamente a cada dois meses e extraordinariamente quando convocada pelo presidente ou por 2/5 (dois quintos) dos associados aptos a votar”. Considerando isso, este estudo busca interpretar as frequências de participação e, em seguida, as propostas dos sócios. O quadro 2 trata o primeiro item:

Quadro 2: A frequência de participação dos sócios

| Participação | |
|----------------|----|
| Frequência | Nº |
| Sempre | 13 |
| Ocasionalmente | 4 |
| Raramente | 3 |
| Nunca | 3 |

Fonte: Pesquisa de campo, 2020.

Conforme observado, 57% dos sócios sempre participam das reuniões visando obter informações. Por isso, quando perguntado acerca dos motivos de seu posicionamento, um sócio diz: “Vou para ficar informado, tudo a gente adquiriu por lá. E temos que saber se a

associação está a favor da gente” (Sr. B. 2020). Outro sócio explica que o assunto tratado na mais recente reunião era pouco importante no seu ponto de vista: “Em janeiro teve reunião. Era só para falar que a empresa ia ser vendida” (Sr. Q. 2020).

Os sócios que participam ocasionalmente somam 17%, porque apresentam a participação de parceiros nas reuniões ou ainda a distância entre seus estabelecimentos e a sede, respectivamente, como incentivo e restrição. “Só participo quando é com a empresa” (Sr. V. 2020). “Eu participo de três a cinco vezes a cada dez reuniões porque é muito longe” (Sr. N. 2019).

Potiguar Júnior (2008), num estudo sobre uma associação paraense, constatou que um dos fatores para a baixa participação foi o distanciamento geográfico dos sócios em relação aos locais de reuniões. A localização da sede da Amafib é, consideravelmente, distante para os sócios que não moram na comunidade São Benedito onde ela se situa. O meio de transporte comum dos membros são motocicletas. Porém, muitas vezes, sócios faltaram por não terem parentes para os conduzir até as reuniões ou mesmo não tiveram dinheiro suficiente para a compra de combustível. No período chuvoso alguns sócios somam maiores dificuldades de acesso, em função do alagamento e/ou quebra de pontes em suas passagens de atalho, como se observa na figura 6:

Figura 6: Ponte quebrada, comunidade Sororoca, Irituia – PA



Fonte: Pesquisa de campo, 2020.

Identifica-se que 13% raramente frequenta as reuniões porque preferem escolher as oportunidades ou, basicamente, não ir. “Só quando tem uma questão importante” (Sr. G. 2020). “Há um ano não vou” (Sr. J. 2020). Outros 13%, dizem que nunca participam das reuniões

porque gostariam de ter tido acesso à compra de trator ou não se importam mais com os argumentos de representantes da ADM. “Há uns dois anos eu participei direto, depois que eu vi que não funcionava e não tem trator, não tem nada, eu não fui” (Sr. O. 2020). “Há uns dois anos não vou. Eu ia para lá só para ver os caras lá” (Sr. S. 2020).

Quando se trata de propostas e da frequência de exposições nas reuniões, os sócios mostram pouca atuação, como indica o Quadro 3:

Quadro 3: A frequência de apresentação de propostas pelos sócios

| Propostas | |
|------------|----|
| Frequência | Nº |
| Sempre | 4 |
| Às vezes | 1 |
| Raramente | 4 |
| Nunca | 14 |

Fonte: Pesquisa de campo, 2020.

Os que sempre apresentam propostas são 17% porque fazem parte da diretoria ou buscam exercer seu direito de propor. “Apresento e tenho que ouvir dos participantes” (Sr. L. 2020) “Você tem que falar, ter vez e voz!” (Sr. E. 2020). O sócio, representando 4%, propõe às vezes “Por que sou da diretoria” (Sr. R. 2020). Os sócios que apresentam propostas raramente são 17%, estes demonstram baixa expectativa de apoio ou forte confiança na escolha de outros sócios. “Nem todas as vezes escutam” (Sr. N. 2019). “Sou mais de ouvir e agir” (Sr. V. 2020).

A maioria, 62% dos sócios, nunca expressou propostas na associação. Eles esperam que representantes ou demais sócios se manifestem. “Por que tem os representantes, vou lá para escutar!” (Sr. F. 2020). “Vou para apoiar as propostas que tem!” (Sr. B. 2020). “Eu aceito ou não, mas quando dá certo com o que a gente está pensando, aceito a proposta” (Sr. A. 2020). “Sempre as perguntas que eu quero fazer alguém faz e eu fico quieto!” (Sr. C. 2020).

Em consonância com Bordenave (2013) avaliei os graus de participação de agricultores na Amafib. Os mais presentes na Amafib tem sido os graus da informação, da consulta obrigatória, da consulta facultativa e da delegação, sendo menos presentes os graus de cogestão e o da autogestão. Então, os sócios da organização vivenciam os menores graus de participação, fato que se deve à escolha da maioria dos membros, a qual prefere não apresentar propostas.

Rios e Carvalho (2007) identificaram um comportamento semelhante em relação à participação no seu estudo e afirmaram: “era como se o associado estivesse à parte da realização da associação, exercendo o papel de fornecedor e não de dono e responsável pelo sucesso ou

insucesso da mesma” (RIOS; CARVALHO, 2007, p. 9). Maneschy, Maia e Conceição (2008) salientam que a pouca participação pode levar a associação ao status de mero grupo formal.

O presidente enfatiza a participação como um importante critério na distribuição de benefícios, como mostra seu relato:

Toda associação tem critérios e limites. Tem gente com mais de ano que não participa de reunião. Eles teriam que vir por livre espontânea vontade e se reintegrar por ele mesmo. Na verdade, não podemos excluir ninguém, mas os benefícios que um dia virão, eles já não têm mais direito (Sr. L. 2019).

O estatuto da Amafib, a seguir, reforça essa posição:

CAPÍTULO IV DO DESLIGAMENTO. Primeiro parágrafo – O sócio que faltar três assembléias consecutivas ficará isento de benefícios que porventura sejam concedidos pela Amafib, bem como sujeito a exclusão da mesma.

Todavia, conforme constatado na pesquisa, agricultores que estão há mais de um ano sem participação, tiveram acesso à aluguel de trator da ADM, viabilizado por iniciativa da diretoria da Amafib. Crozier e Friedberg (1993) explicam que os superiores, ao invés de resolver problemas baseados em diretrizes, agem, tolerando desvios e/ou ameaçando acabar com tolerâncias. Em seguida, caracterizo a atuação da associação e de seus parceiros, além da avaliação das condições de trabalho e dos resultados de seus sócios.

6 “ELES DISSERAM QUE AJUDARIAM”: A ATUAÇÃO DA AMAFIB E DOS SEUS PARCEIROS, AS CONDIÇÕES DE TRABALHO E OS RESULTADOS DOS SÓCIOS

Nesse capítulo caracterizo como a Amafib e seus parceiros atuam diante das demandas comerciais dos sócios, as condições de trabalho nos dendeais e os resultados socioeconômicos destes.

6.1 A atuação da Amafib e dos seus parceiros

A Associação dos Moradores e Agricultores Familiares de Igarapé-Açu de Baixo (Amafib) possui três parceiros¹³, a Central das Organizações Sociais Entre os Rios Guamá e Capim (Consergc), a *Archer Daniels Midland Company* (ADM) e o Banco da Amazônia (Basa). A primeira parceria ocorre desde 2015, quando os sócios alcançaram uma maior representatividade em negociações com a ADM. Atualmente, esta conquista registra-se também em relação ao banco.

Em vista disso, a Consergc influenciou para que a ADM ajustasse variadas questões comerciais às necessidades de agricultores integrados. Registram-se, a pesagem do dendê, o preço da tonelada dos frutos, o fornecimento de insumos, a emissão de notas fiscais, o transporte da produção, e, para além do contexto da empresa, os acordos com o Basa. Cabe apontar que o único acordo da Amafib com a ADM que não envolve a Central trata do aluguel de trator aos sócios.

Referente às negociações, a empresa iniciou a pesagem dos frutos com uma balança pequena, fazendo média do peso. Isso, segundo a própria ADM, era motivo de desconfianças e conflitos entre agricultores e técnicos. Nesse caso, houve mudanças para diferentes balanças e hoje seus funcionários utilizam um modelo digital.

Tal questão foi solucionada pela empresa, a partir de reuniões entre presidentes das associações integradas e a Consergc. Definida a pauta destes atores, a Central pressionou a ADM a atender as normas do contrato firmado para produção e comercialização. Todavia, frente ao relato da conquista do vice-presidente da Consergc, o presidente da Amafib informa que os sócios continuam insatisfeitos:

No contrato diz que o peso deve ser pesado por balança de 3 metros. Então não estava claro. Eles faziam uma média, aí fomos para cima para tentar resolver isso. Aí dissemos não, vocês vão querer que a gente vá para onde? Que a gente vá ao Ministério Público para vocês resolverem isso? Então foram comprados a balança e um caminhão para poder levantar os sacos de dendê para pesar. Tudo isso veio. Hoje a empresa pega e pesa os produtos nos estabelecimentos e a gente já sabe quanto foi que deu no peso. Tudo isso foi luta aqui dentro, se não, não estaria desse jeito (Sr. W. 2018).

¹³ Expressão atribuído a quem se tem parceria

Se media o peso real, mas tirava-se o peso previsto. Compraram a balança para pesar, mas ainda não está bom porque pesam aqui e depois na fábrica de novo. Então muita gente acha que o peso real daqui é o suficiente e que acaba perdendo porque passam quatro dias para pesar. Acabamos perdendo na caçamba. Aachamos que estamos sendo lesados (Sr. L. 2018).

A respeito dos procedimentos de pesagem, a empresa informa seus critérios para descontos por tonelada de frutos obtidos nos estabelecimentos familiares (Figura 7). A cada 1.000 kg, desconta 50 kg, representando 5% do peso, para considerar fatores que influenciam no registro do peso. Assim, soma-se os pesos do begues¹⁴, da corda e dos dois ganchos, que podem chegar a cinco kg. Geralmente, a ADM desconta de 3,4 a 5 kg dos 50 kg reservados para avaliação.

Figura 7: Pesagem de dendê, comunidade Nazaré, Irituia – PA



Fonte: Pesquisa de campo, 2020.

A ADM acrescenta que existem diferentes processos relacionados ao transporte que podem influenciar no peso do dendê. Pois, quando a carga é colocada em caixas e no caminhão até chegar na indústria, entra em um período de exposição a chuvas e sol que também pode interferir no peso da produção. Diante disso, a multinacional aponta que a porcentagem reduzida está na média de 2%, assim, os demais 3% do total de 5% descontados, estaria sendo pago aos agricultores. Os agricultores, no entanto, declaram suas desconfianças:

Eles descontam 5% porque pode quebrar o dendê no caminho. De sete toneladas parece que eles diminuem 300 quilos em cada semana que pesa. O que chega lá eles voltam de peso eles voltam para o agricultor, diz eles. É difícil, é muito desconto (Sr. R. 2020).

¹⁴ Embalagem que armazena os frutos.

Antes a pesagem era com base na média de cachos. Você tinha 100 cachos aí pesavam 10% o que dava dez cachos, sendo em torno de três grandes, três médios e três pequenos. Dava cerca de 30 kg, o que se dividia por dez. Aí se tinha o peso médio e tudo era julgado por aquele peso. Agora não, tem a balança para pesagem, mas geralmente a pesagem feita na compra é menor que a realizada na empresa. Não sei se é porque caem frutos no meio da viagem ou o sol que influencia. Apesar de ser uma balança digital eu acho que o problema está no transporte daqui para lá que vai se perdendo peso. Geralmente, o que diminui são 30 ou 40 kg e eles pagam pela pesagem na empresa. Existe uma discordância sobre o peso porque nunca dá o que eles pesam aqui. O que eles pagam aqui acho que é o simbólico para ser feita a nota. É por isso que geralmente eles colocam por baixo aqui o peso e o valor. Eles sempre colocam por baixo. Aqui eles colocaram 567 kg na verdade deu 1.000 kg (Sr. N. 2019).

Quanto ao preço do dendê, o valor da tonelada era estabelecido conforme a variação da bolsa de valores de Amsterdã na Holanda, determinado no contrato dos agricultores, como se identifica adiante:

PREÇO E FORMA DE PAGAMENTO: O preço do produto na qualidade prevista neste contrato e posto na fábrica de esmagamento da CONTRATADA será fixado por tonelada de CFF, em valor equivalente a 10% (dez por cento) do valor da cotação internacional do óleo de palma bruto no porto de Roterdã - Holanda (CIF Roterdã) considerando a média dos valores do mês de entrega.

Sob esta definição, basicamente, a tonelada custou R\$ 180,00 entre junho de 2018 e abril de 2019, o que representou um valor muito baixo pelos agricultores. Com isto, pela atuação da Consergc junto à ADM, a empresa aceitou um acordo de preço fixo no valor de R\$ 240,00 que valeria de maio de 2019 a abril de 2020. Sobre tal conquista, o tesoureiro da Amafib observa:

Tem muito problema na associação que não dá para o representante resolver. Por exemplo, quando o preço do dendê está um e estamos recebendo outro. Quem tem que resolver isso é a Central que vai pressionar a empresa lá. Por que o dólar está um pouco mais de R\$ 3,00 de vez em quando baixa, mas quando estava em R\$ 3,00 era para a tonelada custar R\$ 300,00, mas não está. Vai até R\$ 250,00 e baixa. Aí falamos para o W resolver isso. Esse é o único problema que levamos da associação (Sr. R. 2019).

Em relação a essa negociação, a ADM comunicou que foi feito um ótimo negócio, pois, o valor da tonelada de frutos pago podia ser considerado maior do que o preço estabelecido pelo critério da bolsa de valores. No entanto, os seguintes sócios apontaram que, comparando com as demais empresas do ramo, aquela paga um preço baixo:

A empresa nos explicou que eles pagavam 10% do que eles vendem do óleo. Se no caso a tonelada estivesse valendo 1.000 dólares, eles pagavam 100 dólares a tonelada no cacho. Assim fica ruim porque as outras empresas pagam R\$ 350,00 a tonelada, R\$ 300,00 a Biopalma e a Agropalma. Todas pagam mais caro, a ADM paga agora R\$ 240,00 (Sr. N. 2019).

Nós fizemos uma reunião, nós assinamos um contrato para ficar com R\$ 240,00 a tonelada, porque eles pagavam como eles queriam. Aí a reunião começou em São Domingos do Capim e de lá chegou até para cá e nós achamos que estava muito pouco. E era R\$ 150,00, R\$ 170,00, R\$ 185,00, R\$ 190,00. Aí fomos para um acordo, vieram o JI, a turma lá da direção. Aí o pessoal de São Domingos do Capim queria R\$ 270,00 disso ficou R\$ 240,00. Aí assinamos contrato, mas tem outra firma que compra sem ser a ADM, aí o rapaz lá do Pacuí Miri disse que essa firma estava pagando R\$ 290,00.

Só não vinha buscar aqui, mas se o agricultor pudesse entregar para lá eles pagavam R\$ 290,00. Aí discutimos esse preço. Eu disse, escuta, quer dizer que nós vamos assinar esse contrato de R\$ 240,00 e quando chegar a R\$ 300,00 aí vocês vão dizer que não vão pagar mais porque foi assinado, né? (Sr. N. 2019).

Em relação aos insumos, a partir da atuação da Consergc junto à ADM, os sócios conseguiram o fornecimento de fertilizantes, iscas para cuidados fitossanitários e ferramentas pela empresa, após o Basa encerrar em 2016, a liberação de recursos financeiros aos agricultores integrados. Este acordo beneficiou os sócios da Amafib que tiveram acesso a compras em valores abaixo do custo no mercado local. Tal condição partiu da Consergc que enviou um ofício para a ADM e promoveu reuniões solicitando este apoio da empresa, conforme explica o vice-presidente da Central:

Eu falei, olha não foi isso que vocês prometeram quando vocês foram lá dizer que a palma era assim e assim. Vocês disseram que seriam parceiros, mas aqui ainda não vi como vocês entram como parceiros. Então se vocês não resolverem nós vamos ter que partir mais para frente. Aí começou a melhorar graças a Deus, mas existe ainda muita coisa que a gente tem que conversar e discutir para que a gente possa melhorar ainda mais ao nosso favor, lógico (Sr. W. 2018).

Crozier e Friedberg (1993) afirmam diante de negociações, que não existe ação coletiva sem poder. O poder fundamenta a ação organizada, resultando em socialização e em acordos entre atores estratégicos (CROZIER; FRIEDBERG, 1993). Com isto, em 2019, a Consergc conseguiu em negociação, que a ADM vendesse fertilizantes para os agricultores com base em levantamento prévio¹⁵. Se isso não acontecesse estes agricultores teriam que interromper suas atividades de trabalho nos plantios de dendê por falta de recursos.

A empresa financiou R\$ 900.000,00 com a expectativa de recebimento ao longo de um ano. Por isso, ela incentivou os agricultores a seguirem as recomendações técnicas para a completa utilização do fertilizante estimado. Mas a importância da Consergc para as negociações é despercebida em parte dos próximos relatos:

A associação era para servir quando fosse comprar um fertilizante para que todos comprassem juntos mais barato. Mas não aconteceu nada porque até hoje é a ADM que nos traz esse insumo. Compramos em um valor muito caro porque compramos da empresa. Se nós tivéssemos um grupo que juntasse dinheiro e fosse comprar, é claro que nós compraríamos mais barato (Sr. L. 2019).

A fertilização era para ser feita três vezes por ano, a gente está fazendo uma vez por ano. Porque não tem condições, depois que encerrou o financiamento do banco no terceiro ano, o projeto tem que ser mantido pelos agricultores. No caso para comprar fertilizantes, eu tenho que ir lá e envolver a associação e a Central para poder comprar

¹⁵ Para explicar a quantidade de fertilizantes deve ser utilizado no plantio, a ADM estima o número de cachos que uma palma produz por ano, utilizando o número de 12 cachos, multiplica esse valor pelo peso médio desses cachos e pelo número de plantas produtivas que tem no plantio. Além disso, soma 1 kg ou 2 kg correspondente ao aumento de peso na produção anual. O valor é dividido pelos R\$ 240,00 para se identificar o valor que o agricultor vai arrecadar e a partir disso a empresa desconta 25% dos agricultores pelos fertilizantes fornecidos (Pesquisa de campo, 2019).

o adubo e a ADM já está nos facilitando essa compra. A empresa diz que vai nos vender e vai descontando aos poucos os 25%. Então ela já está nos ajudando nessa parte. Ele vem trazer aqui. Eu achei um preço bom porque tem um Senhor aqui que compra à R\$ 100,00 em São Miguel e empresa está cobrando R\$ 60,00. O trabalho da Central quem está fazendo é a empresa. Porque era para ser comprado pela Central, a Central ir em um fornecedor em Barcarena negociar. Só que aí existe uma burocracia muito grande. Tem que ser feito cadastro, tem que ser pago esse cadastro, tem que ser depositado uma parte do dinheiro e muitas vezes o agricultor não tem. No caso do meu fertilizante chegaram 14 sacos no total de R\$ 1.200,00. Eu não tinha esse dinheiro para dar logo (Sr. N. 2019).

Através da associação a ADM repassa o adubo para o agricultor, tudo bem que a gente paga, porque se fosse pra gente comprar individualmente a gente não dava conta de comprar, então eles passam o adubo pro agricultor. É a única coisa (Sr. F. 2019).

Em relação às ferramentas, a parceria entre ADM e Consergc em benefício dos sócios, é mais evidente, porque a empresa orienta os agricultores integrados a comprarem estes itens diretamente com a Consergc, divulgando que assim a compra será feita com baixo custo e com boa qualidade.

Nesse contexto, a comprovação de venda dos frutos dos agricultores para a empresa se faz por nota eletrônica, contando com a parceria entre as citadas organizações. Anteriormente, as vendas ocorriam por registro em bloco de notas comprado pelos sócios nas associações sob acordo da ADM com a Consergc de repasse às associações. Assim os sócios da Amafib podiam comprar seus blocos de notas fiscais com valor reduzido na organização, se suas mensalidades não tivessem atrasadas. Quem não tivesse sob essas condições ou vinculado à associação teria um custo maior pelos blocos que deveriam ser encomendados pelos agricultores junto à técnicos da ADM. Nessa questão, sócios pronunciam experiências relativas:

O bloco de notas para quem não está na associação é cerca de R\$ 600,00 e para quem está é R\$ 200,00. Então devemos estar quite com a associação e pagar o contador. Aí eles procuram porque se for fora da associação sai caro. Sem a nota não sai a venda do dendê. Quem tiver inadimplente com a associação, devendo muito, tem que quitar. Tem sócio com um ano que não paga (Sr. R. 2018).

Eu acredito que ainda vou conseguir muita coisa nessa associação. Um bloco de dendê pra umas pessoas só é R\$ 400,00 e pela associação a gente consegue por R\$ 150,00. Então a associação vai ser importante durante o resto da vida na produção de dendê. (Sr. V. 2018)

Os agricultores que compravam seus blocos com descontos na associação se entendiam beneficiados pela organização por este fato. Todavia, atrasos na confecção desses blocos pela Central ocasionaram uma decisão alternativa da ADM aos sócios, os quais foram incentivados a realizar a compra do material em uma gráfica, ou seja, de modo independente, como trata o relato:

A ADM fez uma intermediação com a gráfica. Esse leva e traz estava dando muito problema porque a associação foi em um escritório de contabilidade que tinha muita demanda aí atrasava os blocos e isso estava atrapalhando o serviço da empresa. Aí a ADM disse pode deixar que nós vamos fazer porque ela tem contato com umas gráficas que são boas e aí ela encaminhou. A gente paga por mês, cada mês desconta

um pouquinho do bloco de nota, já vem descontado. O valor que a gráfica cobra lá eles estão descontando para nós R\$ 165, eles estão falando que o valor não é nada mais nada menos (Sr. N. 2018).

Após esse fato, em 2019, a empresa informou aos agricultores que a comprovação deveria ocorrer por via eletrônica. Preocupado, o presidente da Amafib tentou uma reunião extraordinária para propor aos sócios a compra de um computador e a instalação de internet para a sede, visando a emissão de notas pela organização. No entanto, apenas seis dos 23 integrantes estiveram presentes. O tesoureiro da associação comenta como foi a tentativa: “Nós queríamos colocar internet na associação para emitir a nossa própria nota, sabe? Mas muitos sócios não quiseram. Não estavam podendo ajudar. Se a gente colocasse ia ficar pagando só a pessoa para fazer a nota” (Sr. R. 2019).

Posteriormente, em uma reunião realizada no mesmo ano, a ADM explicou que a mudança de comprovação foi imposta pela Secretaria da Fazenda do Estado e que a medida tomada pela empresa diante das dificuldades de acesso à internet pelos agricultores, foi a de acionar a Consergc. Por conseguinte, houve a contratação de um filho de agricultor pela empresa, o qual teve a carteira de trabalho assinada pela Consergc.

A partir disto, cada nota sairia no valor de R\$ 6,00 reais. Assim a ADM pesa os frutos, informa os dados para seu escritório, o qual os encaminha para este funcionário emitir a nota e devolvê-la ao escritório. Com isso, a nota é impressa e os caminhões com dendê produzido pelos agricultores seguem para a fábrica.

Na mesma reunião, o representante da ADM informou que o presidente da Amafib pensou na possibilidade de que a Secretaria de Agricultura ou o STTRI ajudassem os agricultores com os custos da nota fiscal. No seu modo de ver, deveria ser tentada a parceria, mas não seria fácil para a associação. Diante disso, o Sr. L. se manifestou contando que a sua proposta de emissão de notas pela associação não tinha alcançado sucesso por falta de apoio dos sócios. Nessa situação, a ADM incentivou os sócios presentes para que apoiassem a ideia, se reunindo uma vez por mês para encontrarem uma alternativa.

Compreendo que, os sócios da Amafib foram beneficiados nas compras de blocos de notas com descontos no valor, por meio da associação, enquanto resultado do sucesso na relação de parceria entre a Consergc e a ADM. Mas a partir do momento que eles tiveram esse acordo interrompido, apenas poucos sócios se manifestaram para reunir forças com o presidente para tentar solucionar a questão. Sobre esse resultado aponta-se o que Olson (1998) entende ao dizer que “[...] mesmo que os membros de um grande grupo almejem racionalmente uma maximização do seu bem-estar pessoal, eles não agirão para atingir seus objetivos grupais a

menos que haja alguma coerção para forçá-los a tanto ou algum incentivo à parte [...]” (OLSON, 1998, p. 14).

Em relação a acordos de melhoria de infraestrutura de estradas e ramais, até em 2019 a ADM não efetivou acordos para melhorias em Irituia. Percebo que esta pendência intensifica o uso de força de trabalho pelos agricultores que realizam o carregamento dos frutos por carroças combinadas a burro, búfalo ou moto, e burro com cestos e aumentam os custos para os sócios que dispõem de um trator próprio ou alugado quando percorrem ramais para entregar seus frutos.

No período de inverno as condições chegam a ser mais complicadas, e parte dos agricultores se veem em necessidade de dispensar o uso de trator para circular com carroça e burro, diminuindo, sua capacidade de produção para evitar maiores problemas em seus ramais em áreas com solos mais argilosos. Este foi uma das dificuldades mencionadas pelo presidente da associação bem no início deste estudo: “Tem gente que tem plantio em área de piçarra, isso era maior promessa [de melhoria], ADM diz que foi promessa da Ecodendê e que não tem obrigação de nada” (Sr. L 2018).

Em agosto de 2019, a multinacional divulgou que não teria conseguido se articular diretamente com a prefeita de Irituia para a melhoria de estradas, por isso teria o apoio do secretário municipal desta como alternativa. A ADM também comunicou que doaria o combustível para que a prefeitura prestasse serviços de pavimentação com tratores que possui, diante de negociações.

Gomes, Maneschy e Magalhães (2010) expressam que, além das habilidades e recursos de que os indivíduos ou grupos dispõem, importa sua posição em redes de relações sociais:

Essa posição pode ser fonte de coerções e de poder e de liberdade relativa, na qual se obtêm e se distribuem recursos sociais. Por exemplo, na ação do tipo econômica, a existência de relações sociais entre os atores é considerada fator crucial na produção da confiança que dá suporte às transações que realizam. Trata-se de uma perspectiva estrutural que atenta para a influência que o ambiente social exerce sobre os atores e como estes últimos, em suas interações, influenciam, por sua vez, eu ambiente. Esta perspectiva atenta igualmente para as possibilidades e, ao mesmo tempo, constrangimentos implícitos nas redes de relações, as quais tanto são herdadas como construídas (GOMES; MANESCHY; MAGALHÃES, 2010, p. 20).

O conceito de poder de Crozier e Friedberg (1993) mostra sua relevância, quando os autores ressaltam que poder está associado à ideia de troca e à possibilidade de indivíduos ou grupos influenciarem outros indivíduos ou grupos (CROZIER; FRIEDBERG, 1993). Os autores ainda indicam que as fontes de poder se relacionam ao conhecimento específico, à relação da organização com seu contexto, ao controle da informação e dos canais de comunicação e à existência de regras organizacionais.

As negociações tiveram também efeito em relação à manutenção dos ramais específicos dos agricultores integrados, já que a empresa lhes daria uma “ajuda”. Para tanto, foi combinado que os sócios forneceriam a terra, enquanto a empresa prestaria o serviço de raspagem da estrada com seu maquinário para que fossem evitados maiores transtornos no inverno.

A Consergc conseguiu também que a ADM entrasse em contato com o Basa para aliviar a situação das dívidas dos agricultores integrados e negociar a flexibilização do pagamento de seus financiamentos. Por conseguinte, a empresa facilitou para que o Basa recebesse pagamentos mensais dos agricultores de modo a descontar o valor de suas parcelas anuais e para que o pagamento da primeira destas fosse adiado.

Como resultado, o banco ofereceu aos sócios a opção de desconto de 25% da produção e adiamento do valor da parcela a ser paga em 2019 para 2020. Então, sócios da Amafib apontam como ficou acordado o desconto e motivos que dificultaram seus pagamentos:

Uma vez nós fizemos uma reunião na associação e nós discutimos. Eu perguntei, “não dava para vocês descontarem mais para o banco e menos para firma?” Eles disseram não, por que não sei o quê. Eu digo, pois é porque quando chegar o final do ano que é o pagamento, vocês estão livres das contas e nós que estamos devendo para o banco. Quem tem 10 hectares vai pagar R\$ 10.000,00 aqui era descontado 25% para eles e 25% para o banco. Mas eles tiravam primeiro o deles e o que sobrasse eles faziam a conta de tirar 25% para o banco, vai dar menos, né? Isso que eu disse para eles que era para eles tirar mais para o banco. O nosso pagamento aqui era R\$ 1.900,00 reais. Eu disse, nós devemos R\$ 1.900,00 reais para a ADM, mas para o banco nós devemos R\$ 10.000,00 (Sra. Z. 2020).

A primeira parcela era para pagar no ano passado, mas o meu plantio queimou. Aí eu fui a delegacia registrar uma ocorrência. Eu tirei cópias dos documentos, passei tudo para eles para lá porque eu teria mais um ano de carência (Sr. I. 2020).

Aqui queimou, mas queimou para melhorar. Queimou também um cerrado que tinha aí eu mandei a máquina aplinar aí ficou uma beleza. Porque quando eles limpavam ficou um barrancão. Aí o fogo queimou tudo, mas quando nasceu nessa área, ficou uma beleza, tudo aplinado. Não tem nada para empatar (Sr. K. 2020).

Teve dificuldades, segundo os técnicos falaram, houve um déficit hídrico muito alto em 2015. Isso afetou muito os plantios, o verão foi muito rigoroso. Os plantios atrasaram um pouco a sua produção. Aí eu também tive problema de saúde. Não tive como limpar o plantio no tempo certo. Aí quando chegou na data de pagar tive que pedir prorrogação (Sr. N. 2020).

Em tal âmbito, a ADM que já desconta 25% do pagamento dos agricultores para cobrir seu fornecimento de fertilizantes, passou a descontar mais 25% da produção para o Basa. Segundo a entrevistada isso ocorre de modo insatisfatório, já que seria realizado sob um montante menor que o original. Entretanto, nem todos os sócios aceitam os descontos. “Eles [os demais sócios] assinaram uma tal de caixinha que eles descontam. Eu não quis, o dinheiro cai [completo] na minha conta” (Sra. T. 2020).

O adiamento da parcela foi feito porque vários agricultores tiveram seus plantios queimados em 2015 pelo forte verão daquele ano. Além disso, todos teriam que pagar a primeira parcela no mês de agosto, enquanto o pico de produção ocorre nos três últimos meses do ano. Com isso, os sócios tiveram o adiamento da cobrança da primeira parcela ao pagarem uma taxa no valor de R\$ 1.200,00.

Quanto a aluguel de trator, os agricultores manifestaram uma alta demanda por maquinário para roçagem, sobretudo, por não possuírem força de trabalho suficiente para a limpeza de seus plantios de dendê. Em função disso, a diretoria da Amafib buscou apoio diretamente com a ADM para contratação de serviços de trator pela empresa, o que é detalhado pelo tesoureiro e por um sócio comum:

A associação fez ofício, passou para a ADM e a empresa repassou o serviço de trator. Cada um pagou o seu. Aqui veio duas vezes no ano, no mês de março e em outubro. O meu acho que foi R\$ 100,00 por hectares. Mas valeu a pena, o cara passou quase 12 horas em 10 hectares lá (Sr. R. 2020).

Aqui é assim, quando nós vamos chamar um trator lá de Irituia para vir da Secretaria por exemplo, para vir trabalhar no nosso dendezal, aí gasta pouco mais de R\$ 1.000,00 e o da ADM veio para mim por R\$ 800,00 que foi o preço do horário de serviço que ele fez, mas aí ficou para eu pagar em três meses, que é justamente nesse mês que eu acabo de pagar. A hora de R\$ 100,00 é do trator da Secretaria e o trator da ADM vinha R\$ 70,00 a hora. Aí, o trator da Secretaria para fazer uma rua ele tem que passar quatro vezes porque a roçadeira é pequena e o trator da ADM pega numa rua, é por isso que sai mais barato. Por que enquanto um trator da Secretaria passa quatro vezes aqui o da ADM passa uma, aí faz em menos tempo (Sr. O. 2020).

Nessas questões, foram beneficiados tanto os sócios participativos como os que estão afastados há mais de um ano da associação. Assim, quando perguntados se a Amafib contribui com seus sócios, 61% disseram que sim e 39% que não. Geralmente, os agricultores que se consideraram beneficiados pela associação, não apontaram justificativas, as poucas esboçadas referem-se aos cursos realizados por meio da associação junto à Cooperativa de Trabalho em Apoio ao Desenvolvimento Rural Sustentável (Coodersus) entre 2016 e 2017, nos temas: produção de compostagem, criação de aves e formação de um mini-sistema agroflorestal; bem como, citam a compra de ferramentas e de fertilizantes. Por outro lado, o presidente e o tesoureiro tecem suas considerações:

Os benefícios são a amizade entre nós, e eu acredito que a amizade conta muito. Nos aproximamos muito mais, conseguimos cursos e conhecimento também. Não usa quem não quer, mas muitas pessoas aprenderam muita coisa por aqui (Sr. L. 2020).

Só os cursos. A associação precisa pelo menos de um trator para nos ajudar. Olha que nós já fizemos muitas coisas para ter um trator, mas ainda não conseguimos. Era para termos um trator com implemento, com tudo, mas não temos (Sr. R. 2020).

De modo geral, independente da participação, todos os 23 sócios integrados ao dendê vinculados à Amafib são beneficiados pelos resultados da Consergc, e conseqüentemente, da

relação da parceria da associação com esta Central. Olson (1998), explica que essa configuração revela a presença do *free rider* (carona), porque enquanto parte dos sócios atua empreendendo esforços para o êxito da associação, outros não contribuem para o seu funcionamento, e não participa de suas reuniões e de seus eventos.

Quando perguntados em relação às dificuldades da Amafib, muitos sócios manifestaram respostas detalhadas. Alguns culpabilizaram o presidente, outros apontaram limitações financeiras e ainda indicaram a forte individualidade entre membros, exemplificados nos seguintes depoimentos:

Um dia desses eu estava conversando ali, olha a associação só vai para frente se montar uma associação de vinte produtores e o presidente conseguir alguma coisa para os sócios dele. Se não depois de um ano todo mundo começa se acomodar para cá, para ali e vai se saindo. Eu sou sócio de uma associação daqui também há mais de doze anos. A gente não vê nada, só aviso de cota para pagar tanto para atualizar a associação. Pergunto quanto é, e dizem que é um pouco mais de R\$ 1.000,00 só para pagar o governo. Assim não vai. Tem que ter alguma coisa, mas o presidente não vai atrás. É complicado isso (Sr. F. 2020).

Ia ter trabalho em conjunto de um dia para um e um dia para outro e isso ainda não aconteceu. Estou achando que ela não está funcionando muito bem não. O presidente não se moveu na associação (Sr. D. 2020).

A dificuldade da associação é a questão financeira porque a gente quer comprar uma máquina, mas não tem o capital. Na associação já vieram mais vendedores nos vender trator. Mas no mês que é para levar o dinheiro some todo mundo por quê? porque não tem dinheiro para dar nas mãos deles e pagar a metade da máquina. Aí acaba a gente não fazendo nada. Se a gente tivesse já teríamos a máquina rodando, mas nos falta o dinheiro em primeiro lugar (Sr. A. 2020).

Eu acho que a principal dificuldade é reunir. O povo também procura muita individualidade porque as vezes para se resolver uma coisa com a associação demora muito tempo e hoje é muito rápido que as pessoas querem resolver e as vezes no individual acaba se resolvendo mais rápido (Sr. N. 2020).

Olson (1998) ressalta que se a ação individual não organizada pode servir os interesses do indivíduo tão bem ou melhor do que a organização não se justifica, obviamente, a formação de uma organização para se continuar jogar ao solitário. Porém, quando um determinado grupo de indivíduos partilha uma única proposta ou objetivo, a ação individual e não organizada não terá capacidade para avançar minimamente para o interesse comum ou, pelo menos não terá capacidade para o fazer adequadamente.

As organizações podem, portanto, exercer uma função quando existem interesses comuns ou de grupo, e, apesar de as organizações também servirem frequentemente interesses puramente pessoais ou individuais, as suas características e funções primárias são fazer avançar os interesses comuns a grupos de indivíduos (OLSON, 1998, p. 7).

6.2 A avaliação dos sócios sobre suas condições de trabalho em Irituia, Pará

Nesta avaliação analiso as condições de trabalho dos sócios tendo em vista as propostas de ação coletiva levantadas na associação neste aspecto.

Quadro 4: A avaliação das condições de trabalho dos sócios.

| Avaliação das condições de trabalho pelos sócios. | Ótimo(a) | Bom(a) | Razoável | Ruim | Péssimo(a) |
|--|----------|--------|----------|------|------------|
| A via de acesso (ramal ou estrada) para o plantio? | - | 7 | 8 | 2 | 6 |
| Acesso à maquinário | 2 | 4 | 9 | 6 | 2 |
| Disponibilidade de mão de obra familiar | - | 10 | 11 | - | 2 |
| Conhecimento das técnicas de produção | - | 17 | 5 | - | 1 |
| Assistência técnica | 2 | 10 | 8 | 1 | 2 |
| Preço recebido pelo dendê | - | 7 | 13 | 3 | - |

Fonte: Pesquisa de campo, 2020.

As condições de acesso aos plantios dos agricultores foi uma importante questão colocada pela Amafib em reunião com a ADM e o Basa, referida no início deste capítulo. Apesar disso, 30% dos agricultores avaliaram esse aspecto como bom. Eles percorrem no máximo 300 m até o início de seus plantios. Os sócios que indicam a opção razoável somam 35%, parte deles possui o projeto situado em frente ou próximo à estrada onde se situa o ponto de coleta da ADM, no entanto, apontam terem altos custos com fretes para o deslocamento interno da produção.

Para 9% dos membros, o acesso ao plantio é ruim, pois os ramais destes sócios são vistos como muito distantes do ponto de coleta da empresa. Um dos entrevistados tem que percorrer 500 m com os frutos no verão e 2,5 km no inverno. Outro tem um ramal situado em área alagável porque fica próximo de um rio. Por isso, ele utiliza uma passagem em outro dendezal com melhores condições, oferecida por um sócio. Um terceiro tem como maior dificuldade o excesso de vegetação em torno de sua estreita passagem apontada a frente:

Figura 8: Ramal de acesso a plantio, comunidade Sororoça, Irituia – PA



Fonte: Pesquisa de campo, 2020.

A via péssima foi apontada por 26% dos sócios, seus ramais se localizam nas mais extensas distâncias. No tempo chuvoso, os ramais são os mais afetados, a ponto de alguns entrevistados evitarem a colheita para que o transporte não fique preso na lama. Estes agricultores possuem baixa capacidade de transporte e altos custos com frete para destinar os frutos.

No que tange a acesso à maquinário, embora os sócios tenham realizado quatro tentativas de compra, conforme detalhado anteriormente, a aquisição não aconteceu em nenhuma delas. Eles buscam utilizar o trator para as funções de roçagem de áreas, abertura e manutenção de ramais e, sobretudo, para transporte dos frutos. Contudo, a maioria dos agricultores integrados demonstra dificuldades de alcance. Enquanto isso, suas alternativas têm sido as combinações de carroça com animais e com moto, a utilização de burro com o cesto conhecido como “caçoa” (Figura 9) e “tratorzinhos” (Figura 10):

Figura 9: Cesto para dendê, comunidade Nazaré, Irituia – PA



Fonte: Pesquisa de campo, 2020.

Figura 10: Maquinário para transporte, comunidade São Benedito, Irituia – PA



Fonte: Pesquisa de campo, 2020.

Nesse aspecto, a disponibilidade está ótima para 9% dos agricultores. Entre eles há quem frequentemente aluga um trator e quem possua maquinário próprio. Os sócios que consideram

bom somam 17%, pois até o segundo semestre de 2019, eles alugaram o recurso dito, tanto pela associação, cujo serviço é descontado pela ADM em pagamentos pela produção, como por contratação de proprietários residentes próximos de plantios de palma. Está razoável para 39% dos agricultores. Eles alugaram o maquinário na parceria da associação com a empresa, e possuem a alternativa de contratações de serviços particulares também. Contudo, suas limitações financeiras lhes dificultam o aproveitamento da segunda possibilidade.

A situação está ruim para 26% dos sócios. Eles ainda não tiveram acesso a aluguel pela Amafib, o que seria a oportunidade ideal. Já que não há maquinário acessível nas proximidades de seus estabelecimentos agrícolas. Para 9% dos sócios a situação é péssima. Estes não foram atendidos em suas expectativas de contratação de tratorista pela associação e não contam com este acesso em suas comunidades. Por isso, o Sr. E. (2020), afirma: “Estou me sentindo em uma sinuca de bico. Você tem dinheiro, mas não tem o trator. Dá uma indignação, era só uma passada!”. Mota; Ribeiro; Schmitz, (2019, p. 542), nesse âmbito, explicam que predomina a capina mecanizada nas áreas com dendê, em razão do crédito e do tamanho das áreas dos plantios.

Em relação à disponibilidade de mão de obra familiar, o número de familiares que trabalham no dendê varia entre 0 a 7, com média de 2 pessoas. Os que responderam que a disponibilidade seja boa somam 43%. O primeiro caso se tem regularmente e o segundo somente em períodos de colheita, reunindo três sobrinhos, três irmãos e um filho de um sócio.

Caetano, Mota e Ferreira (2018) identificaram que o trabalho familiar na produção de dendê sob contrato na Amazônia brasileira passa por profundas redefinições. Em estabelecimentos agrícolas que comportaram sistemas produtivos diversificados, ocorreu a intensificação do trabalho com o monocultivo da palma, sendo reconhecido mão de obra familiar insuficiente e a necessidade de contratação de assalariados para o cumprimento do contrato.

Assim, ambos evitam custos com diaristas. O sócio manda um de seus filhos ajudar o vizinho a apanhar os frutos, o qual empresta seu veículo para o deslocamento da produção do associado. Nessas condições, Veiga e Albadelejo (2002) empregam a expressão de troca simétrica que acontece quando o trabalho produz uma dívida entre dois agricultores, devendo ser paga por trabalho no mesmo ciclo agrícola.

Os agricultores que se consideram em condição razoável totalizam 48%. Eles dispõem de apenas um familiar para auxiliá-los e dependem de diaristas, sobretudo, para a colheita de frutos em período de alta produção. Entre estes há os que contam com a força de trabalho da esposa. Sobre o trabalho das mulheres, Nascimento (2017) constatou que “no geral, as mulheres

trabalham em diferentes atividades, seja no plantio, roçagem, adubação, poda, coroamento, rebaixo e colheita, mas não necessariamente em todas as etapas” (NASCIMENTO, 2017, p. 101). A exemplo disso, as esposas dos sócios são responsáveis por guiar o animal que transporta os frutos ou a juntar cachos para colocá-los em carrocerias.

Os agricultores com péssima disponibilidade de mão de obra familiar (9%) dependem da contratação de diaristas nos períodos de baixa e de alta produção. Eles explicam que isso acontece porque seus filhos e irmãos mais próximos migraram em busca de trabalho para outros municípios do estado ou para os estados de Mato Grosso e de Goiás.

Cabe frisar que os entrevistados não contratam os serviços de empreita por considerarem de baixa qualidade. Por outro lado, a contratação de diaristas tem sido frequentemente utilizada, inclusive por agricultores que consideram a quantidade de familiares como boa ou razoável. Geralmente, os contratados são parentes ou moradores de comunidades próximas. Mota *et al.* (2015, p. 124) explanam nesse aspecto que “há predominância do pagamento de diaristas e maior concentração da força de trabalho do grupo doméstico para o dendê em decorrência da preocupação com o atendimento do contrato e pagar os custos de produção no tempo previsto”.

Silva e Navegantes-Alves (2018) declaram que a dendeicultura possui um protocolo técnico que estabelece a atividade de colheita a cada 15 dias. Neste período os agricultores realizam “[...] podas das folhas, limpeza da área, aplicação de adubo e uso de agrotóxico para pragas. Em tal caso, além de usarem a mão de obra disponível, as famílias contratam pessoas para fazerem as atividades mais penosas como colheita dos cachos de dendê” (SILVA; NAVEGANTES-ALVES, 2018, p. 181-182).

No que tange aos conhecimentos das técnicas de produção dos sócios, a ADM tratou deste ponto quando ofereceu cursos aos agricultores na fase da implantação dos seus projetos, ou seja, antes da criação da Amafib, dito no capítulo 5 deste estudo. A partir disso, 74% dos agricultores afirmaram ter bom nível de conhecimento. Eles participaram destes cursos preparatórios no início da integração e dizem ainda que acumulam conhecimentos com a assistência técnica que recebem.

Os sócios que se consideram com conhecimento razoável somam 22%. A maioria deles não participou dos cursos preparatórios e gostaria de receber orientação técnica em maior frequência em compensação. Além do exposto, há um agricultor que afirma ter um conhecimento péssimo, representando 4%. Ele não participou dos cursos preparatórios e não tem conseguido sucesso, mesmo com atendimento técnica. Este entrevistado não trabalhou com

a agricultura familiar anteriormente. Assim, ele contrata diaristas nas atividades demandadas no plantio de dendê.

A respeito da assistência técnica oferecida aos sócios pela ADM, notou-se que este ponto não contou com a atenção da associação durante o período da pesquisa. Assim, registrou-se que devido aos atendimentos por visitas em plantios e por aparelho celular, 9% dos sócios avaliou o serviço como ótimo. Por conseguinte, para 43% dos entrevistados o acesso está bom, já que os técnicos verificam os plantios destes agricultores, quinzenalmente.

Está razoável para 35% dos agricultores. Estes preferiam o atendimento de um certo técnico, o qual foi substituído por outro que não visita às áreas plantadas. De modo semelhante, um agricultor (4%) considera a assistência como ruim. Para outros 9% dos agricultores, o acesso à assistência técnica está péssimo, pois, há meses não foram atendidos.

Além disso, agricultores evidenciam suas preocupações com as técnicas de fertilização e controle de ervas daninhas, tratadas por meio do plantio de puerária (Figura 11):

Figura 11: Plantio de puerária, comunidade Sororoca, Irituia – PA



Fonte: Pesquisa de campo, 2020.

A puerária é uma leguminosa que contribui com a fixação de nitrogênio no solo, o que favorece a fertilização deste, mas seu rápido crescimento aumenta a necessidade de roçagem na área. Para combater esse efeito e as ervas daninhas nas áreas, os técnicos recomendam a aplicação de agrotóxicos, contando com as capacitações técnicas que os agricultores receberam em cursos. Todavia, por temerem contaminações, alguns sócios preferem contratar terceiros para aplicação, como feito no caso da figura 12:

Figura 12: Utilização de herbicidas, comunidade Sororoca, Irituia – PA



Fonte: Pesquisa de campo, 2020.

Entre os agricultores que dispensam totalmente o recurso, tem-se um forte argumento: “Eu sinto assim, por mais que eu pague a pessoa eu também a colocarei em sacrifício. Já que eu não quero sacrifício para mim também não vou querer para outra pessoa. É um ser humano!” (Sr. B. 2020).

O preço do dendê recebido pelos sócios foi um tema debatido pela associação e pela Consergc junto à ADM em várias ocasiões, resultando no valor de R\$ 240,00 por tonelada de frutos. Para 30% dos entrevistados esse preço está bom. Parte deles explica que o preço não promoveu o lucro esperado diante da intensidade de trabalho envolvido, mas contribuiu no pagamento da taxa de R\$ 1.200,00 para o adiamento de quitação da primeira parcela do financiamento com o Basa. Outros sócios salientam que estão satisfeitos pela garantia de venda ao longo do ano. “Tem muita gente que diz que não está satisfeito, mas eu estou. Por que se a pessoa for plantar duas tarefas de roça, quando chegar no final do ano, ele arranca tudo e acabou, mas o dendê produz direto” (Sr. R. 2020).

O preço está razoável para 57% dos sócios. Eles pontuam que o valor ainda não está bom porque não tem dado lucro, mas melhorou em relação ao preço anterior que valia R\$ 180,00. Expressam ainda que seus projetos têm sido a única fonte de renda, pois, suas terras estão impróprias para o plantio de mandioca e esboçam expectativa de aumento de ganhos com o crescente desenvolvimento produtivo de seus cultivos. Contudo, para 13% dos agricultores o preço está ruim por causa de altos custos e demanda de trabalho e a expectativa de um retorno econômico está distante.

No tocante à avaliação dos sócios sobre suas condições de trabalho, as respostas predominantes variam entre bom e razoável. Os conhecimentos das técnicas de produção e os serviços de assistência técnica, se destacaram como bons. Enquanto o preço do dendê, a disponibilidade de mão de obra familiar e as condições da via de acesso para o plantio foram as condições mais apontadas como apenas razoável. A partir do exposto, cabe expressar resultados socioeconômicos dos entrevistados adiante.

6.3 Resultados socioeconômicos dos sócios

Os resultados apontados neste tópico tratam das condições de vida e de infraestrutura local dos sócios, revelando o quanto a integração à agroindústria de dendê lhes trouxe benefícios.

Quadro 5: Resultados socioeconômicos dos membros da Amafib

| Condições (c)/ Formas (f) | Melhor | Muito melhor | Pior | Muito pior | Sem diferença |
|---------------------------|--------|--------------|------|------------|---------------|
| Alimentares (c) | 11 | - | 1 | - | 11 |
| Transporte (f) | 10 | - | - | - | 13 |
| Lazer (f) | 6 | 1 | 1 | - | 15 |
| Moradia (c) | 9 | - | - | - | 14 |
| Saúde (c) | 3 | - | 2 | 1 | 17 |
| Econômicas (c) | 16 | - | 3 | - | 4 |
| Trabalho (f) | 11 | 2 | 3 | - | 7 |
| Infraestrutura local (c) | 8 | 1 | - | - | 14 |

Fonte: Pesquisa de campo, 2020.

A condição alimentar dos entrevistados se divide entre melhor e pior. Para 48% deles, a condição é melhor. O acesso ao financiamento foi recordado como um período de condições melhores que as atuais, inclusive, certas atividades de manutenção do plantio, como tratamentos fitossanitários, quando realizadas pelos próprios agricultores, lhes proporcionou uma renda extra. A mesma porcentagem dos agricultores (48%) não vivencia diferença na sua condição alimentar.

Em contraste, para um sócio a situação está pior. Ele tem altos custos de produção, sobretudo, por pagamento de frete para transporte de frutos. Soma-se a isso o fato dele não estar mantendo roças de mandioca como fazia antes da sua integração, porque ele se dedica totalmente ao seu dendezal, sozinho, já que não dispõe de mão de obra familiar, e de modo a evitar gastos com diaristas. Frente a tantas dificuldades, a alternativa de sobrevivência dele tem

sido a assistência de sua mãe aposentada. Este fato se contrapõe as constatações de Brandão; Schoneveld e Pacheco (2018) ao apontarem que, embora, a agricultura integrada possa resultar no abandono da produção de culturas alimentares para se concentrar apenas na palma de óleo, não há dados que mostrem que este modo de agricultura no âmbito do PPSPO tenha intensificado a insegurança alimentar dos agricultores familiares (BRANDÃO; SCHONEVELD E PACHECO, 2018, p.1).

A forma de transporte que os agricultores possuem gerou uma mudança positiva para 43% dos sócios. Eles afirmaram estar melhores condições porque pagam parcelas de carros ou comparam motos. Enquanto isso, a resposta “sem diferença” foi dada pela maioria dos sócios, totalizando 57%.

As formas de lazer dos entrevistados modificaram-se para a minoria deles. Destes, 27% respondeu estar melhor e um deles se destacou: “Hoje escolho se vou de carro ou de moto. Hoje posso escolher. Consegui ir à Salinas. A minha vontade é ir à beira do Oceano Atlântico. Agora vou de novo, mudou para melhor!” (Sr. V. 2020). Para 4% dos entrevistados está muito melhor, tendo em vista que o sócio em questão consegue reservar uma renda para viajar. Diferentemente, outro sócio (4%) apontou viver em piores condições de lazer e falou: “É difícil sair pelo trabalho no dendê” (Sr. P. 2020). Os outros entrevistados (65%) declararam que não encontram diferença.

Sobre as condições de moradia, 39% dos agricultores familiares estão em uma condição melhor. Neste contexto, tem-se o seguinte depoimento: “Eu morava em casa de palha agora moro em casa de madeira com lajota” (Sr. V. 2020). Não obstante, 61% dos atores respondeu que não houve diferença. Destes um entrevistado frisa: “Ainda não deu para fazer nada de obras, mas no resto das coisas melhorou muito” (Sr. A. 2020).

As condições de saúde dos agricultores ao serem avaliadas apontam que 13% deles consideram que suas condições são melhores. De outro modo, 9% diz que piorou, como explicado adiante: “Piorou, mas antes eu já tinha problemas no fígado” (Sr. L. 2020). De 4% está em estado muito pior. Assim, esse agricultor fala: “Desde que comecei a plantar tive problema nos rins, mas continuo trabalhando lá por que tem sombra” (Sr. O. 2020). Simultaneamente, 74% dos sócios não vivenciam diferença.

A respeito das condições econômicas dos agricultores integrados, 70% dos entrevistados as percebem como melhor. Isto pode ser justificado nas seguintes falas: “Consigo aumentar a produção sem aumentar o tamanho do plantio. A preocupação é só limpá-lo” (Sr. N. 2020). “Está melhor, mas ainda não deu como a gente estava esperando” (Sr. B. 2020). “Agora temos mais coisas” (Sr. H. 2020).

Pelo contrário, está pior para 13% dos membros da Amafib. Eles identificam o preço do dendê como muito baixo, vivenciam a fase de baixa safra como dificuldade e sofrem descontos em seus recebimentos para quitação de insumos e empréstimo. Para além do exposto, 17% respondeu que está sem diferença.

Quanto à variação na forma de trabalho dos sócios em relação às praticadas antes da integração à dendeicultura por eles, a maioria deles expressa aprovação à atual. Pois, para 61% está melhor, já que lhes importa, sobretudo, trabalhar em uma área fixa, conforme os próximos relatos: “Só cuidado lá” (Sr. L. 2020). “O dendê é 25 anos e só cuidado dele e a mandioca é o mesmo processo todo ano” (Sr. V. 2020). “Trabalho na sombra” (Sr. C. 2020). Está muito melhor para 4%, por ser considerado o seguinte: “Na roça é muito ruim, é muito difícil, eu acho muito difícil, no dendê acho tranquilo, trabalho na sombra” (Sr. N. 2020).

De outro modo, 13% dos entrevistados declara que está pior. Tais sócios contam que passaram a cumprir jornadas de trabalho mais prolongadas que exigem o envolvimento de parentes e até a contratação de diaristas para acompanhá-los em períodos de colheita. Vale pontuar que, em relação à demanda dos sócios para roçagem de seus dendezais, tem-se a seguinte assertiva: “A chegada do dendê mudou muitas coisas para trabalho. É muito trabalho porque não temos um trator nosso, porque se tivesse a gente teria o nosso plantio todo tempo bonito” (Sr. N. 2020). Não obstante, 22% dos sócios apontam não haver diferença.

No tocante as condições de infraestrutura das pontes e estradas, as mudanças são declaradas como melhor ou muito melhor. Com efeito, 35% dos sócios escolheu a opção “melhor”. Eles explicam que atualmente percebem melhorias, entre estes sócios, houve quem teve prejuízos por não ter conseguido vender seus frutos em função de precariedades em vias de acesso no primeiro semestre de 2019. Também em razão de melhorias, para 4%, as condições estão muito melhores. Por outro lado, 61% dos entrevistados expressam que não há diferença. Por isso, foi dito: “Se eles tivessem cumprido, teria mudado para melhor” (Sr. D. 2020).

Quanto aos resultados socioeconômicos, os agricultores enfatizaram que houve uma mudança positiva em três de oito aspectos abordados. A maioria dos entrevistados expressa que suas formas de trabalho no dendê são melhores do que as que exerciam antes dos contratos de integração, e que assim também estão suas condições econômicas. Para 48% deles, melhoraram as condições alimentares, porém a mesma porcentagem dos agricultores indicou que não perceberam uma diferença na questão alimentar. Sobre as formas de transporte e de lazer e nas condições de moradia, de saúde e de infraestrutura das pontes e estradas, os entrevistados apontaram majoritariamente a resposta “sem diferença”.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo mostrou que a integração da agricultura familiar à agroindústria de dendê em Irituia foi marcada pela parceria entre diferentes organizações, quando agricultores foram abordados pela Ecodendê a serviço da ADM, sob apoio da prefeitura e do STTRI para diálogos entre empresa e agricultores em comunidades do município, a despeito da resistência da Emater e da Paróquia que temiam prejuízos, sobretudo, quanto às condições alimentares dos agricultores.

Todavia, parte dos agricultores se interessou pela proposta, enquanto lhes foi prometido acesso a financiamento e a compra da produção a longo prazo. Mota, Ribeiro e Schmitz (2019), explicam que “a decisão para firmar um contrato de integração ampara-se na compreensão de que ele proporcionará a participação regular em cadeias comerciais (compra garantida, crédito, assistência técnica) e, assim, aumentará a renda familiar” (MOTA; RIBEIRO; SCHMITZ, 2019, p. 541).

A criação da Amafib se deu nesse contexto sob incentivo da ADM para os agricultores integrados, sob a propagação do discurso de que assim eles teriam facilidades em compras relativas aos seus plantios, inclusive de tratores. Nesse quadro, foram criadas também outras quatro associações de agricultores integrados ao dendê em Irituia, culminando com a criação da Central das Organizações Sociais Entre os Rios Guamá e Capim (Consergc), como representante dos sócios destas associações para favorecer acordos entre estes e a empresa.

Por isso, visualizo que tais associações de agricultores familiares presentes em Irituia, assim como as analisadas por Clemente (2018) em Goiás, “[...] não surgiram pautadas em princípios de cooperação, reciprocidade e participação, já que foram criadas de cima para baixo para reduzir custos de produção” (CLEMENTE (2018, p.6).

Em paralelo, foi levantado que as práticas agrícolas coletivas realizadas nas comunidades do entorno da sede da associação são pouco frequentes. Isto é atribuído à crescente valorização do uso de maquinários por moradores em função da redução na penosidade do trabalho. Logo na fase de plantio de mudas de dendê, porém, agricultores familiares com projetos de integração, acionaram a prática de troca de dias como alternativa para a execução deste trabalho.

O fato permitiu que alguns participantes fossem favorecidos e que outros trabalhassem sem retribuição, implicando em significativa desconfiança entre agricultores, estendida ao âmbito da Amafib ao ter sido formada pelos mesmos envolvidos naquela experiência. A baixa

adesão de sócios nas propostas de trabalho coletivo, inclusive, é relacionada ao mesmo acontecimento.

De modo geral, os membros da associação são favoráveis a ações coletivas formadas em suas comunidades sob promoção da igreja católica e em assistência a pessoas adoentadas situadas nas imediações de seus estabelecimentos agrícolas. Eles contribuem a partir de doações de alimentos compartilhados em festas religiosas e na compra de bingos cujas rendas são destinadas a esta igreja ou a tais pessoas com problemas de saúde.

Em seguida, visualizei a atuação dos sócios em propostas de ação coletiva e a disposição deles para cooperarem entre si sob orientação da associação. Efetivamente, o trabalho demonstra como os sócios se engajaram pela construção da sede, pelas festas e pelos bingos, como colaboraram na roça da associação e como se posicionaram quanto aos planos de troca de dias para a roçagem dos dendezaís e de aquisição de trator. Além disso, a pesquisa levantou os modos de participação dos sócios em reuniões.

Assim foi possível perceber, em nível de associação, que a cooperação entre os sócios tem sido mais efetiva nas festas da Amafib e nos seus bingos. Geralmente, a distância entre seus estabelecimentos agrícolas é apresentada como maior argumento para a baixa cooperação demonstrada, seguida pelas, já referidas, desconfianças entre a maioria destes membros que influenciaram, decisivamente, na série de insucessos nas tentativas de compra coletiva de trator que empreenderam por meio da organização.

Nesse sentido, identifiquei que a participação de sócios em reuniões da Amafib foi baixa e que eles mostram pouco interesse de propor alternativas para superação das dificuldades de funcionamento da organização e dos problemas enfrentados nas tentativas de compra de maquinário.

Então, diferente da experiência verificada por Pantoja (2010), em que, sócios buscaram reduzir a centralidade do poder do presidente, os sócios da Amafib, frequentemente, preferem transferir o poder de decisão que possuem para os seus representantes. Nessas condições, a associação registra propostas sem resultados enquanto a sua diretoria apresenta disposição para manter a associação em funcionamento.

Esse fato corrobora com Friedberg (1995), pois o autor descreve as organizações como “[...] conjuntos formalizados e hierarquizados com vistas a assegurar a cooperação e a coordenação de seus membros no cumprimento de determinados fins” (FRIEDBERG, 1995, p. 375). E ainda com Olson quando afirma que a ação coletiva realizada nas organizações tem o desafio de superação do “problema da cooperação” (OLSON, 1998), visto que a direção da

Amafib apresenta estratégias ocasionais, mas importantes, de somar apoio dos demais sócios para viabilizar melhores condições de trabalho de seus membros na dendeicultura.

A respeito das atuações da Amafib e dos parceiros em relação às demandas dos sócios, percebo que a representação da Consergc junto à ADM tem sido favorável aos interesses dos sócios da Amafib e ainda da empresa. Já que com ela, houve a adequação da pesagem dos frutos para balança digital, a venda de fertilizantes pela própria multinacional, aumento do preço do dendê sob contrato alternativo ao da ADM e a comercialização de ferramentas por compra coletiva sob intermediação também da Central.

Quanto à avaliação dos sócios sobre suas condições de trabalho, o tema muito debatido pelos agricultores através de seus representantes, é o preço do dendê apontado, principalmente, como razoável. Já no tocante aos resultados socioeconômicos, estes sócios frisam que não houve diferença significativa em suas formas de transporte, de lazer, de condições de moradia, de saúde e de infraestrutura em suas comunidades.

Cabe salientar que os limites do estudo se referem à análise das condições econômicas dos agricultores familiares integrados. Isso porque a pesquisa ocorreu no período de baixa safra e não evidencia os custos dos agricultores, pelo fato dos entrevistados afirmarem não realizar tais registros para não se desanimarem. Portanto, novos estudos podem aprofundar os dados aqui levantados para explicar, por exemplo, os resultados econômicos em relação aos diferentes tamanhos de plantio do dendê.

Finalmente, o trabalho revelou que os sócios comuns da Amafib, não se mostraram participativos para além dos eventos festivos e beneficentes de suas comunidades e da organização. Mas sua diretoria registrou comprometimento com a Consergc tendo realizado esforços de pagamentos pontuais de mensalidades e participações em suas reuniões. Isto se deve ao fato de que a Central defende junto à ADM os interesses dos agricultores por crescentes produtividade e retorno econômico. Nesse cenário em que as negociações entre as partes devem convergir para o bem comum, a Consergc possui protagonismo, enquanto contribui para o bom andamento dos projetos.

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, Ricardo; MAGALHÃES, Reginaldo. **O acesso dos agricultores familiares aos mercados do biodiesel**: parcerias entre grandes empresas e movimentos sociais. Texto exp. Na Conferência da Associação Internacional de Economia Alimentar e Agroindustrial (AIEA2), Londrina/PR, 22 a 27/07/2007.
- ABRAPALMA. **A palma no Brasil e no mundo**. Disponível em: <http://www.abrapalma.org/pt/a-palma-no-brasil-e-no-mundo/>. Acesso em: 28 jun. 2020.
- ABRAPALMA. **Estudo inédito sobre a produção sustentável do óleo de palma no Brasil**. Disponível em: <http://www.abrapalma.org/pt/estudo-inedito-sobre-a-producao-sustentavel-do-oleo-de-palma-no-brasil-e-disponibilizado-em-formato-digital/>. 2018. Acesso em: 02 nov. 2020.
- ADM. ADM inicia plantio de palma no Pará. **Biodieselbr**, 04 mai. 2012. Disponível em: <https://www.biodieselbr.com/noticias/materia-prima/dende/adm-inicia-plantio-palma-para-040512>. Acesso em: 07 set. 2019.
- AGROSINO, Michael. **Etnografia e observação participante**. Trad. José Fonseca. Porto Alegre: Artmed, 2009.
- AQUINO, Silvia Lima de. Estratégias empresariais e efeitos locais: a integração de pequenos agricultores à indústria fabricante de papel e celulose. **Revista IDeAS**. Rio de Janeiro, v.7, n. especial, p. 158-197, 2013.
- ATAÍDE, Tonildes Lisboa de. **Agricultores familiares do Município de Igarapé-Açu**: estudo da participação em processos de desenvolvimento local sustentável. 2005. 127p. Dissertação (Mestrado em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável) – Núcleo de Ciências Agrárias e Desenvolvimento Rural– Universidade Federal do Pará; Embrapa Amazônia Oriental. Belém, 2005.
- ATAÍDE, Tonildes Lisboa de. **Agricultores familiares do Município de Igarapé-Açu**: estudo da participação em processos de desenvolvimento local sustentável. Belém, NEAF/CAP/UFPa; Embrapa Amazônia Oriental, 2005. 127p. (Dissertação de Mestrado em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável).
- BALIEIRO, Marciclei Lopes. A ação coletiva sob influência da dendeicultura: um estudo de caso sobre a Central das Organizações Sociais entre os rios Guamá e Capim (CONSERGC). 2019. 112 f. Dissertação (Mestrado em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2019.
- BEAUD, Stéphane; WEBER, Florence. Escolher um tema e um campo. *In*: BEAUD, Stéphane; WEBER, Florence. **Guia para a pesquisa de campo**: produzir e analisar dados etnográficos. Tradução de Sérgio Joaquim de Almeida. Petrópolis. Vozes, 2007. p. 21-43.
- BECKER, Howard. S. **Observação social e estudos de caso sociais**: métodos de pesquisa em ciências sócias. Tradução: Marco Estevão e Renato Aguiar. São Paulo: Hucitec, 1994.
- BORDENAVE, Juan E. Díaz. **O que é participação**. 6. reimp. 8. ed. São Paulo: Brasiliense, 2013. (Coleção Primeiros Passos, 95).
- BRANDÃO, Frederico; SCHONEVELD, George; PACHECO, Pablo. Integração da agricultura familiar à cadeia da palma de óleo na Amazônia Brasileira: análise e recomendações. **Infobrief**, Bogor, n. 207, p. 1-6, mar. 2018. DOI: <https://doi.org/10.17528/cifor/006849>.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Diagnóstico da Produção Sustentável da Palma de Óleo no Brasil**. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Brasília: Mapa/ACE, 2018. Disponível em: http://www.abrapalma.org/pt/wpcontent/uploads/2018/06/DIAGNOSTICO_PALMA1. Acesso em: 07 jul. 2018.

BRASIL. Ministério de Minas e Energia. **Sobre o Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel** – PNPB. Disponível em: <http://www.mme.gov.br/web/guest/secretarias/petroleo-gas-natural-e-biocombustiveis/acoes-e-programas/programas/biodiesel/sobre-o-pnpb>. Acesso em: 02 nov. 2020.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Decreto nº 8.780**, de 27 de maio de 2016. Disponível em: www.mda.gov.br/sitemda/pagina/historico. Acesso em: 25 abril 2019.

CAETANO, Marcia Coutinho; MOTA, Dalva Maria da; FERREIRA, Maria do Socorro Gonçalves. Trabalho familiar na produção de dendê sob contrato na Amazônia brasileira: o caso de Santa Maria, Pará. **Século XXI – Revista de Ciências Sociais**, v. 8, n. 1, p. 417, 2018.

CARDOSO, Ana Cláudia Duarte; MANESCHY, Maria Cristina; MATLABA, Valente José. Produção de óleo de palma no nordeste do Estado do Pará, Brasil: desafios e subsídios para o desenvolvimento sustentável. **Estudos Sociedade e Agricultura**, v. 22, n. 1, p. 193-223, abr. 2014.

CEFAÏ, Daniel. **Como nos mobilizamos?** A contribuição de uma abordagem pragmatista para a sociologia da ação coletiva. *In*: Dilemas, v.2(4), 2009, p. 11-48.

CEFAÏ, Daniel; MELLO, Marcos Antonio da Silva; MOTA, Fábio Reis; VEIGA, Felipe Berocan (Org.). **Arenas públicas**: por uma etnografia da vida associativa. Niterói: Editora da Universidade Federal Fluminense, 2011. 514p.

CLEMENTE, Evandro César. Análise de organizações coletivas da agricultura familiar no Sudoeste de Goiás. **Campo-Território: revista de geografia agrária**, v. 13, n. 29, p. 58-88, abr. 2018.

COMERFORD, John Cunha. **Fazendo a Luta**: Sociabilidade, Falas e Rituais na Construção de Organizações Camponesas. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1999. 154p.

CROZIER, Michel; FRIEDBERG, Erhard. **Die Zuänge Kollektiven Handelns: Über Macht und Organisation**. Trad. E. Friedberg, S. Stelzer Hain, Frankfurt a. M., 1993. 391 p.

D'INCAO, Maria Conceição. Clientelismo e democracia nas organizações dos agricultores familiares da microrregião de Marabá: a Associação dos Pequenos Agricultores da Consulta. **Agricultura Familiar: Pesquisa, Formação e Desenvolvimento**, Belém, v. 1, n. 2, p. 113-139, 2002.

FAPESPA. **Estatísticas Municipais Paraenses**: Irituia. Diretoria de Estatística e de Tecnologia e Gestão da Informação. – Belém, 2016. 59f.: il. Semestral, n. 1, jul. / dez. Perfil Municipal - Irituia. Disponível em: <http://www.fapespa.pa.gov.br>. Acesso em: 14 ago. 2018.

FARIAS, Elielson Soares. **Cooperativa Agroliteira da Transamazônica (COOPETRA)**: fatores que influenciaram na sua persistência. 2014. 113 f. Dissertação (Mestrado em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável) – Universidade Federal do Pará; Embrapa Amazônia Oriental. Belém, 2014.

FARIAS, Sílvio Kanner Pereira. **Gestão coletiva de máquinas e equipamentos agrícolas na agricultura familiar no Assentamento Luiz Lopes Sobrinho**. 2009. 121 f. Dissertação

(Mestrado em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável) – Universidade Federal do Pará; Embrapa Amazônia Oriental. Belém, 2009.

FARIAS, Silvio Kanner Pereira; SCHMITZ, Heribert. Gestão coletiva de máquinas e equipamentos agrícolas na agricultura familiar no assentamento Luiz Lopes Sobrinho. *In: CONGRESSO LATINOAMERICANO DE SOCIOLOGIA RURAL DA ASSOCIAÇÃO LATINO-AMERICANA DE SOCIOLOGIA RURAL*, 8., 2010, Ipojuca-PE. **Anais [...]**. Ipojuca-PE: ALASRU, 2010.

FRIEDBERG, Erhard. **O poder e a regra: dinâmicas da acção organizada**. Trad. A.P. da Silva. Lisboa: Instituto Piaget, 1993. 412p.

FRIEDBERG, Erhard. Organização. *In: BOUDON, Raymond (dir.). Tratado de sociologia*. Trad. T. Curvelo. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1995. p. 375-412.

GLASS, Verena. Expansão do dendê na Amazônia Brasileira: elementos para uma análise dos impactos sobre uma agricultura familiar no nordeste do Pará. Centro de Monitoramento de Agrocombustíveis. **ONG Repórter Brasil**. São Paulo, Brasil; 2013.

GOMES, Ana Célia; MANESCHY, Maria Cristina; MAGALHÃES, Sônia Barbosa; FERREIRA, José Maria Carvalho. Organização social do trabalho e associativismo no contexto da mundialização: conceitos e abordagens. *In: GOMES, Ana Célia; MANESCHY, Maria Cristina; MAGALHÃES, Sônia Barbosa; FERREIRA, José Maria Carvalho. Organização social do trabalho e associativismo no contexto da mundialização: estudo em Portugal, África e Amazônia*. Belém: NUMA/UFPA, 2010. p. 13-52.

GOMES, Dérick Lima. Os limites da inclusão social: agricultores integrados às agroindústrias de dendê no Pará. 2018. 133 f. Dissertação (Mestrado em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2018.

GOMES, Lucinaldo Soares; MAGALHÃES, Sonia Barbosa. Agricultores integrados do dendê e questões relativas ao sistema de produção no PA, Terra Nova. **Amazônia notícia e informação**, mai. 2016.

HÉBETTE, Jean. Associativismo: um ensaio sobre a sua contextualização histórica. *In: GOMES, Ana Célia; MANESCHY, Maria Cristina; MAGALHÃES, Sônia Barbosa; FERREIRA, José Maria Carvalho (Org.). Organização social do trabalho e associativismo no contexto da mundialização: estudo em Portugal, África e Amazônia*. Belém: NUMA/UFPA, 2010. p. 53-66.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **População**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pa/irituia/panorama>. Acesso em: 26 nov. 2018.

LOBÃO, Ronaldo Joaquim da Silveira. **Cosmologias Políticas do Neocolonialismo: como uma política pública pode se transformar em uma Política do Ressentimento**. 2006. 313 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2006.

LÜCHMANN, Lígia Helena Hahn. Abordagens teóricas sobre o associativismo e seus efeitos democráticos. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 29, n. 85, p. 159-178, jun. 2014.

MANESCHY, Maria Cristina; CONCEIÇÃO, Maria de Fátima Carneiro da; MAIA, Maria Lúcia Sá. Estudo sobre as dinâmicas das associações rurais no Nordeste amazônico. *In: GOMES, Ana Célia; MANESCHY, Maria Cristina; MAGALHÃES, Sônia Barbosa; FERREIRA, José Maria Carvalho (Org.). Organização social do trabalho e associativismo*

no contexto da mundialização: estudo em Portugal, África e Amazônia. Belém: NUMA/UFGA, 2010. p. 143-168.

MANESCHY, Maria Cristina; KLOVDAHL, Alden. Redes de associações de grupos camponeses na Amazônia Oriental (Brasil): fontes de capital social? **REDES – Revista hispana para el análisis de redes sociales**, v. 12. n. 4, jun. 2007.

MANESCHY, Maria Cristina; MAIA, Maria Lúcia Sá; CONCEIÇÃO, Maria de Fátima Carneiro da. Associações rurais e associativismo no Nordeste amazônico: uma relação nem sempre correspondida. **Novos Cadernos Naea**, Belém, v. 11, n. 1, p. 85-108, jun. 2008.

MANN, Peter H. Etapas da investigação sociológica. *In:* MANN, Peter H. **Métodos de investigação sociológica**. 2. ed. Tradução: Octavio Alves Velho. Rio de Janeiro: Zahar, 1975. p. 40-61.

MELO, Acácio Tarciso Moreira de. **Ação coletiva entre assentados da reforma agrária:** o grupo de mutirão no Assentamento Benedito Alves Bandeira, município do Acará/PA. 2010. 90f. Dissertação (Mestrado em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável) – Núcleo de Ciências Agrárias e Desenvolvimento Rural– Universidade Federal do Pará; Embrapa Amazônia Oriental, Belém, 2010.

MICHELAT, Guy. Sobre a utilização de entrevista não diretiva em sociologia. *In:* THIOLENT, Michel. **Crítica metodológica, investigação social e enquete operária**. 5 ed. São Paulo: Polis, 1987. p. 191-212.

MIRANDA, Deusimar Pereira. **A Coopaexpa e participação nos seus núcleos de produção**. 2010. 160f. Dissertação (Mestrado em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável) – Núcleo de Ciências Agrárias e Desenvolvimento Rural– Universidade Federal do Pará; Embrapa Amazônia Oriental, Belém, 2010.

MIRANDA, Silviane; KATO, Osvaldo; SABLAYROLLES, Maria das Graças. Caracterização e importância dos quintais agroflorestais aos agricultores familiares do Baixo Irituia, Pará. **Cadernos de Agroecologia**, v. 8, n. 2, p. 1-4, 2013.

MOTA, D.M.; SCHMITZ, H.; FREITAS, M.N. **Ciência e tecnologia: pesquisa com e para os agricultores familiares**. *In:* LOPES, E.S.A. (Org.). **Ciência e tecnologia no Estado de Sergipe**. São Cristóvão: Universidade Federal de Sergipe, 2012. p. 73-91.

MOTA, Dalva Maria; SILVA, Edfranklin Moreira da; SCHMITZ, Heribert; NAVEGANTES-ALVES, Lívia; FERREIRA, Maria do Socorro Gonçalves. Produção de culturas alimentares e dendê nos estabelecimentos familiares no Nordeste paraense. *In:* SEMINÁRIO INTERNACIONAL AMÉRICA LATINA: POLÍTICA E CONFLITOS CONTEMPORÂNEOS, 2015, Belém, PA. **Anais [...]**. Belém, PA: GETTAM: NAEA: UFPA, 2015. p. 119-125.

MOTA, Dalva Maria da; SCHMITZ, Heribert; GOMES, Dérick Lima; SILVA, Gizele Oeiras da. Does oil palm contract farming improve the quality of life for family farmers in the Brazilian Amazon? *In:* JEZEER, R.; PASIECZNIK, N. (ed.). **Exploring inclusive palm oil production**. Tropenbos International: Wageningen, the Netherlands, 2019. p.1-8.

MÜLLER, Antônia Agostinho.; ANDRADE, Emeleocípio Botelho de. Aspectos gerais sobre a fenologia da cultura da palma de óleo *In:* RAMALHO FILHO, Antonio; MOTTA, Paulo Emílio Ferreira da; FREITAS, Pedro Luiz de; TEIXEIRA, Wenceslau Gerales (Ed.). **Zoneamento agroecológico, produção e manejo da cultura de palma de óleo na Amazônia**. Rio de Janeiro: Embrapa Solos, 2010. p.83-92.

MÜLLER, Antônia Agostinho; FURLAN JÚNIOR, José; CELESTINO FILHO, Pedro. A Embrapa Amazônia Oriental e o Agronegócio do Dendê no Pará. Belém, PA: Embrapa Amazônia Oriental, 2006. Documentos, 257.

NAHUM, João Santos, SANTOS, Cleison Bastos dos A dendeicultura na Amazônia paraense. **Geosp – Espaço e Tempo (Online)**, v. 20, n. 2, p. 281-294, 2016.

NAHUM, João Santos, SANTOS, Cleison Bastos dos. Do sítio camponês ao lote de dendê: transformações do espaço rural na Amazônia paraense no século XXI. **Revista NERA**, v.37, n. 20, p. 54-76, ago. 2017.

NASCIMENTO, Diocélia Antônia Soares do. **Trabalho e autonomia em campo de domínio masculino: mulheres que têm contratos de produção com agroindústrias de dendê em São Domingos do Capim-PA**. 2017. 135 f. Dissertação (Mestrado em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável) – Universidade Federal do Pará; Embrapa Amazônia Oriental, Belém, 2017.

OLSON, Mancur. **A lógica da ação coletiva: bens públicos e teoria dos grupos**. Oeiras: Celta Editora, 1998.

ORMOND, J. G. P. (Comp.). **Glossário de termos usados em atividades agropecuárias, florestais e ciências ambientais**. Rio de Janeiro: BNDES, 2006. Disponível em: https://www.mma.gov.br/estruturas/sqa_pnla/_arquivos/glossrio_bndes_textodoc_46.pdf. Acesso em: 05 nov. 2020.

PANTOJA, Rosiane Cristina Pimentel. **Ação coletiva na criação e gestão do projeto de assentamento Paulo Fonteles em Mosqueiro, Belém - Pará**. 2010. 126f. Dissertação (Mestrado em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável) – Universidade Federal do Pará; Embrapa Amazônia Oriental, Belém, 2010.

PEDROTI, Paula Maciel. **Os desafios do desenvolvimento e da inclusão social: o caso do arranjo político-institucional do Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel (PNPB)**. Texto para Discussão 1.858. Rio de Janeiro: IPEA, 2013.

POTIGUAR JÚNIOR, Petrônio Lauro Teixeira. **Caminhos e (des) caminhos do associativismo entre os “povos das águas”**: a Associação Beneficente dos Pescadores de Marudá, Pará. 2008. 165 f. Dissertação (Mestrado em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável) – Universidade Federal do Pará; Embrapa Amazônia Oriental, Belém, 2008.

PRADO, Edy Silva de Azevedo Carvalho. **Cooperativa agrícola Santo Antônio: uma ação coletiva bem-sucedida no Município de Marituba-PA**. 2008. 125 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal do Pará Belém, 2008.

PRADO, Edy Silva de Azevedo Carvalho; SCHMITZ, Heribert. Cooperativa Agrícola Santo Antônio: experiência bem-sucedida de ação coletiva e gestão de bens comuns no Município de Marituba-PA. *In*: CONGRESSO LATINOAMERICANO DE SOCIOLOGIA RURAL DA ASSOCIAÇÃO LATINO-AMERICANA DE SOCIOLOGIA RURAL, 8., 2010, Ipojuca-PE. **Anais [...]**. Ipojuca-PE: ALASRU, 2010.

REIS, Maria Nazaré F. **Dinâmica do cooperativismo alternativo na Bragantina, estado do Pará**: agricultores familiares no caminho da participação e da gestão, 2002. 231f. Dissertação (Mestrado em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável) - Núcleo de Ciências Agrárias e Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Pará; Embrapa Amazônia Oriental, Belém, 2002.

RIBEIRO, Lissandra Cordeiro. “**Mesmo com essas coisas ruins que o dendê trouxe, eu não saio daqui**”: Resistência à agroindústria do dendê na comunidade do Castanhazinho em Concórdia do Pará. 2017. 127f. Dissertação (Mestrado em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável) – Universidade Federal do Pará; Embrapa Amazônia Oriental, Belém, 2017.

RIBEIRO, Lissandra Cordeiro; Heribert, SCHMITZ. Associações quilombolas e resistência à agroindústria do dendê na amazônia paraense. **Revista Caribeña de Ciencias Sociales**, maio 2018.

RIOS, Gilvando Sá Leitão; CARVALHO, Daniela Moreira de. Associações de agricultores familiares como estruturas de ensaio pré-cooperativas. ESAC. **Economia Solidária e Ação Cooperativa** (UNISINOS), v. 2, p. 139/05-146, 2007.

SABOURIN, Eric. **Ação coletiva e organização dos agricultores no Nordeste semi-árido**. In: Congresso Sober, 37., Foz de Iguaçu, Paraná, 1999.

SABOURIN, Eric. Dádiva e reciprocidade nas sociedades rurais contemporâneas. Tomo, Revista de Ciências Sociais, v. 7 (7), p. 75-104, 2004.

SABOURIN, Eric. Teoria da Reciprocidade e sócio-antropologia do desenvolvimento. **Sociologias**, 13(27):24-51, 2011.

SABOURIN, Eric. A ajuda mútua rural, entre intercâmbio e reciprocidade. In: ENCONTRO DA REDE DE ESTUDOS RURAIS, 1., Niterói. **Anais [...]**. Niterói: UFF, Rede de Estudos Rurais, 2006.

SABOURIN, Eric. **Reciprocidade e análise de políticas públicas no Brasil**. Ruris, v. 6, n. 2, p. 53–90, set. 2012.

SANTOS, Cleison Bastos dos. **Dendeicultura e comunidades camponesas da Amazônia paraense: uma análise do município de Moju**. 2015. 163 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2015.

SANTOS, Ricardo Thomaz. **Desenvolvimento Rural da Amazônia Oriental e Pronaf-Eco Dendê: reflexões sobre a política pública de incentivo à produção de biodiesel e à agricultura familiar no município de Tomé-Açu/PA**. 2017.136 f. Dissertação (Mestrado em Direito, Políticas Públicas e Desenvolvimento Regional) Programa de Pós-Graduação PPGD - Centro Universitário do Estado do Pará. Belém, 2017.

SCHMITZ, Heribert (Org.). **Agricultura familiar: extensão rural e pesquisa participativa**. São Paulo: Annablume, 2010. 351 p.

SCHMITZ, Heribert; MOTA, Dalva Maria da; SOUSA, Glaucia Macedo. Reciprocidade e ação coletiva entre agricultores familiares no Pará. Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. **Ciências Humanas**, Belém, v. 12, n. 1, p. 201-220, jan./abr. 2017.

SEDAP. **Dendê**. Disponível em: <http://www.sedap.pa.gov.br/content/dend%C3%AA>. Acesso em: 20 jul. 2020.

SILVA, Edfranklin Moreira da. **Expansão da dendeicultura e transformações nos sistemas de produção familiares na Amazônia Oriental**. 2016. 124 f. Dissertação (Mestrado em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável) – Universidade Federal do Pará; Embrapa Amazônia Oriental, Belém, 2016.

SILVA, Edfranklin Moreira da; NAVEGANTES-ALVES, Livia de Freitas. Organização e diversidade dos sistemas de produção de agricultores familiares integrados à agroindústria de

dendê no nordeste paraense. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, Taubaté, SP, Brasil, v. 14, n. 1, p. 166-192, 2018.

SILVA, Edfranklin Moreira da; NAVEGANTES-ALVES, Livia de Freitas. Transformações nos sistemas de produção familiares diante a implantação do cultivo de dendê na Amazônia Oriental. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, v. 40, p. 345-364, abr. 2017.

TAVARES, Paula Egyto; MOTA, Dalva Maria da. **Bom para quem?** As reações à dendeicultura por contrato na Amazônia paraense. *Sustentabilidade em Debate*, v. 11, p. 532-545, 2020.

TESCHE, Rubens Wladimir. **As relações de reciprocidade e redes de cooperação no desempenho socioeconômico da agricultura familiar**: o caso dos produtores de leite do município de Sete de Setembro/RS. 2007. 148 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

VEIGA, Iran; ALBALADEJO, Christophe. A formação do território a nível local e a emergência da ação coletiva: análises das trocas simbólicas em duas coletividades locais da região de Marabá, Amazônia Oriental. **Agricultura Familiar: Pesquisa, Formação e Desenvolvimento**, Belém, v. 1, n. 3, p. 41-77, 2002.

VIEIRA, Ana Carolina Casemiro. **A integração camponesa ao monocultivo de dendê**: subordinação e transformação do campesinato amazônico. 2015. 146 f. Dissertação (Mestrado em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável) – Universidade Federal do Pará; Embrapa Amazônia Oriental, Belém, 2015.

MOTA, Dalva Maria da; BALSADI, Otavio Valentim; MOURÃO JÚNIOR, Moisés. Transformações na estrutura ocupacional do Norte do Brasil com foco na dendeicultura. **Raízes** (UFPB), v. 39, p. 289-312, 2019.

MOTA, Dalva Maria; RIBEIRO, Laiane; SCHMITZ, Heribert. A organização do trabalho familiar sob a influência da produção de dendê em Tomé-Açu, Pará. **Boletim Do Museu Paraense Emílio Goeldi**. Série Ciências Humanas, v. 14, p. 531-552, 2019.

APÊNDICE A - ROTEIRO PARA OS SÓCIOS



Universidade Federal do Pará
 Instituto Amazônico de Agriculturas Familiares
 Mestrado em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável

ROTEIRO PARA SÓCIOS

1. Identificação

Nome:

Idade:

Escolaridade:

Comunidade:

Nome do ramal:

Data:

Coordenada Geográfica (Lat.):

(Long.):

2. Perfil produtivo

a) Tamanho da parcela/lote (ha):

b) Como adquiriu a propriedade?

c) compra troca posse herança doação outros.

Como? _____

d) Tem cultivos? Sim () Não () Se sim, qual(is)?

e) Tem criações? Sim () Não () Se sim, qual(is)?

f) Realiza extrativismo? Sim () Não () Se sim, qual(is) tipo(s)?

g) A produção desenvolvida em seu lote é:

() Individual. Se sim, de quê?

() Em regime de economia familiar. Se sim, de quê? () Comunitária. Se sim, de quê?

() Coletiva [ligada a organizações sociais] se sim, de quê?

g) Se sim, com qual(is) organização(ões)?

h) Você comercializa o que produz? Sim () Não ()

i) Se sim, o quê?

j) Se sim, para quem?

k) Se sim, quais meios de transporte utilizado para escoar a produção?

l) Quais equipamentos e máquinas você utiliza no processo de produção?

| |
|--|
| Enxada () Roçadeira () trator () outro(s) Qual? |
|--|

m) Você e sua família produzem fora do seu lote?

() Não.

() Sim, de forma coletiva/comunitária em outros lotes dentro da comunidade.

() Sim, de forma individual em outros locais fora da comunidade.

() Sim, de forma/comunitária em outros lotes fora da comunidade.

3. Introdução ao dendê

a) Você tem contrato? Sim () Não ()

b) Se sim, desde quando e quais foram os motivos para ter contrato? ____

c) Se sim, qual é o tamanho da área? Instrumentos/ferramentas utilizados para realização dos tratos culturais nos plantios?

4. Trabalho

a) Como é composta a sua família?

| Parentesco | Idade | Mora no lote? |
|------------|-------|---------------|
| | | |
| | | |
| | | |

b) Quantas pessoas da sua família trabalham com você nos plantios de dendê?

c) Rotina de trabalho:

| Período | Atividades | Tempo de atividade (h) |
|---------|------------|------------------------|
| | | |
| | | |
| | | |

d) Se sim, quais são as atividades realizadas?

e) Se sim, qual é a sua forma de contrato?

() carteira assinada () via cooperativa de trabalho () vizinhos () outra?

f) Qual é o valor da diária atual?

g) Você contrata para empreitada? Sim () Não ()

h) Se sim, quais são as atividades realizadas?

i) Quais são as máquinas ou equipamentos utilizados?

| | | | |
|------------|---------------|-------------|-------------------|
| () Trator | () roçadeira | () Carroça | () Bombas d'água |
|------------|---------------|-------------|-------------------|

| |
|--|
| <input type="checkbox"/> Plantadeira <input type="checkbox"/> carro de boi <input type="checkbox"/> Arado de tração animal <input type="checkbox"/> equipamentos de irrigação <input type="checkbox"/> Outros: |
|--|

- j) De quem são estas máquinas ou equipamentos?
- k) Quais são os custos destes recursos?
- l) Com que frequência você recebe assistência técnica?
 semanal quinzenal mensal outra
- m) Quem presta a assistência técnica?
- n) Quais são as questões tratadas pela assistência técnica?
- o) Existem dificuldades de trabalho? Sim Não
- p) Se sim, qual(is)
- q) Na sua opinião, o retorno financeiro do trabalho é satisfatório? Sim Não
- r) Se sim, por quê?
- s) Se não, por quê?

4 Avaliação das condições de trabalho

| Avaliação das condições de trabalho dos sócios. | Ótimo(a) | Bom(a) | Razoável | Ruim | Péssimo(a) |
|--|----------|--------|----------|------|------------|
| A via de acesso (ramal ou estrada) para o plantio? | | | | | |
| Acesso à maquinário | | | | | |
| Disponibilidade de mão de obra familiar | | | | | |
| Conhecimento das técnicas de produção. | | | | | |
| Assistência técnica | | | | | |
| Preço recebido pelo dendê | | | | | |

5 Financiamento

- a) Em que ano você recebeu o financiamento?

- b) Qual foi o valor recebido?
- c) Durante quanto tempo foi fornecido?
- d) Qual a forma do seu recebimento?
- e) Em que ano iniciou o seu pagamento ao Basa?
- f) Quantas prestações devem ser pagas?
- g) Qual o valor das parcelas?
- h) Você está em dia com o pagamento? Sim () Não ()
- i) Há dificuldades de pagamento? Sim () Não ()
- j) Se sim, por quê?

7 Relações de sócios com a Amafib

- a) Em que ano você se tornou sócio e por quê?
- b) Na sua avaliação, quais são as conquistas que você alcançou como sócio?
- c) Quais são as dificuldades que você percebe que a associação apresenta?
- d) Quais são as necessidades da associação?

8. A ação coletiva entre os sócios

- a) Você possui parentes sócios da Amafib? () Sim () Não
- b) Se sim, quantos parentes seus são sócios
- c) Qual é o seu parentesco com ele (a) (s)?
- d) Você participa de atividades com diferentes sócios na Amafib? Se sim, qual (is)?
- e) Atualmente, você continua contando com a colaboração de diferentes sócios?
() Sim () Não
- f) Se sim, em qual (is)?
- g) Se não, por quê?
- h) Existem atividades que você realiza apenas com parentes? () Sim () Não

- i) Se sim, em qual (is)?
- j) Se não, por quê?
- k) Existem atividades que você prefere contratar pessoas? () Sim () Não
- l) Se sim, por quê?
- m) Você realiza alguma atividade de trabalho sozinho? () Sim () Não
- n) Se sim, por quê?

8 A participação na Amafib

- a) Você participa de reuniões com que frequência?
() Sempre () Raramente () Ocasionalmente. Por qual motivo? () Nunca. Por qual motivo?
- b) O senhor apresenta propostas nas reuniões com que frequência?
() Frequente () Raramente () Nunca
- c) Por quê?
- d) O senhor participa das festas da associação? () Sim () Não
- e) Se sim, você colabora com a preparação? () Sim () Não
- f) Se sim, como?
- g) Que tipos de ações coletivas organizadas pela Amafib e frequência você participa?
- h) Como geralmente você toma conhecimento acerca da ação coletiva de sócios da Amafib?

| |
|--|
| <input type="checkbox"/> através dos dirigentes () através de outros associados () em reuniões <input type="checkbox"/> outros: |
|--|

10 Dados de infraestrutura comunitária

- a) O abastecimento de energia elétrica na sua comunidade é fornecido com que regularidade?

| |
|---|
| <input type="checkbox"/> Ano todo () com "pouca força" () Outros <input type="checkbox"/> Com quedas constantes () Não possui |
|---|

- b) Qual é a principal fonte de abastecimento de água de sua residência

| |
|--|
| <input type="checkbox"/> Poço artesiano () Cacimba () Rede pública |
|--|

| | | |
|--|---|---------------------------------|
| <input type="checkbox"/> Nascente ou vertente com poço | <input type="checkbox"/> Açude/Barreiro | <input type="checkbox"/> Outra: |
| <input type="checkbox"/> Rios/Córregos/Igarapés | <input type="checkbox"/> Cisterna | |

c) Qual a principal forma de tratamento dos dejetos humanos da casa?

| | |
|--|--|
| <input type="checkbox"/> Rede de esgoto | <input type="checkbox"/> Fosse Séptica - (impermeável) |
| <input type="checkbox"/> Fossa incompleta/ quando falta um dos dois compartimentos da fossa séptica. | |
| <input type="checkbox"/> Fossa simples - também conhecida como "casinha" ou "sentina" | |
| <input type="checkbox"/> Outra: | |
| <input type="checkbox"/> Não tem: | |

d) Qual a destinação dada para o lixo?

| | | |
|---------------------------------|----------------------------------|---------------------------------------|
| <input type="checkbox"/> Queima | <input type="checkbox"/> Enterra | <input type="checkbox"/> Outra. Qual? |
|---------------------------------|----------------------------------|---------------------------------------|

e) Como você considera a via de acesso (ramal ou estrada) para a parcela/lote?

| | | | |
|--------------------------------|------------------------------|-----------------------------------|----------------------------------|
| <input type="checkbox"/> Ótima | <input type="checkbox"/> Boa | <input type="checkbox"/> Razoável | <input type="checkbox"/> Péssima |
|--------------------------------|------------------------------|-----------------------------------|----------------------------------|

11 As condições socioeconômicas dos sócios

a) Avalie como a sua integração ao dendê pode ter influenciado nas suas condições:

| Condições (c)/ Formas (f) | Melhor | Muito melhor | Pior | Muito pior | Sem diferença |
|---------------------------|--------|--------------|------|------------|---------------|
| Alimentares (c) | | | | | |
| Transporte (f) | | | | | |
| Lazer (f) | | | | | |
| Moradia (c) | | | | | |
| Saúde (c) | | | | | |
| Econômicas (c) | | | | | |
| Trabalho (f) | | | | | |
| Infraestrutura local (c) | | | | | |

b) A Amafib contribui na sua integração ao dendê? Sim Não

c) Se sim, como?

d) Se não, por quê?

APÊNDICE B - ROTEIRO PARA A DIRETORIA



Universidade Federal do Pará
 Instituto Amazônico de Agriculturas Familiares
 Mestrado em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável

ROTEIRO PARA A DIRETORIA

1. Identificação

Nome:

Idade:

Escolaridade:

Comunidade:

Nome do ramal:

Data:

Coordenada Geográfica: (Lat.):

(Long.):

Cargo:

2. A criação da Amafib

- a) Quando e como foi criada?
- b) Como foi definida a localização da sede?
- c) Como é composta a direção?
- d) Quantos sócios foram registrados?

3. Infraestrutura da associação

- a) Qual é o tamanho da área da sede?
- b) Como adquiriram a propriedade?
- c) Como os sócios têm contribuído para a manutenção de despesas da associação?
- d) A organização possui maquinários de uso coletivo?
- e) Se sim, quais?
- f) Se sim, quais são as regras de uso?
- g) Possui implementos agrícolas? Sim () Não ()
- h) Se sim, quais?

i) Se sim, quais são as regras de uso?

4. A ação coletiva entre os sócios

a) Após a criação da Amafib quais foram as propostas de ação coletiva entre sócios realizadas na associação?

b) Ocorrem ações coletivas em torno da dendeicultura? Quais?

c) Quais são festas organizadas na sede da associação?

d) Como os sócios participam das festas?

e) A associação busca algum tipo de apoio para a realização das festas com outras pessoas além dos sócios? () Sim () Não

f) (Se sim) Quem contribui?

g) (Se sim) De que forma?

h) Quais são as propostas de ação coletiva definidas atualmente entre os sócios?

i) Quais foram as atividades realizadas que alcançaram sucesso desde a criação? Por quê?

j) Quais foram as atividades realizadas que alcançaram menos sucesso desde a criação? Por quê?

5.Participação

a) Como geralmente vocês informam acerca das atividades da associação?

b) Com que frequência ocorre reuniões?

c) Como pode ser considerada a participação dos sócios?

6.Integração ao dendê

a) Em relação à integração da agricultura familiar ao dendê quando a proposta foi realizada nas comunidades?

b) Quais foram as organizações envolvidas e como elas participaram?

c) Na sua opinião, como os agricultores percebiam a integração?

- d) Quais foram os custos de produção antes do início da produção?
- e) Quando iniciou a comercialização do dendê?

7. A parceria com a ADM

- f) Como a empresa realiza as cobranças?
 - g) Como a ADM realiza a compra e o pagamento de dendê aos agricultores?
 - h) Como funciona a parceria da Amafib com a ADM?
 - i) Desde quando e por que ela foi feita?
 - j) Para o quê?
 - k) Como a diretoria trata dessas solicitações?
- l) Quais foram os resultados alcançados a partir delas?

9 A parceria com a Consergc

- a) Como funciona a parceria da Amafib com a Consergc?
- b) Desde quando e por que ela foi feita?

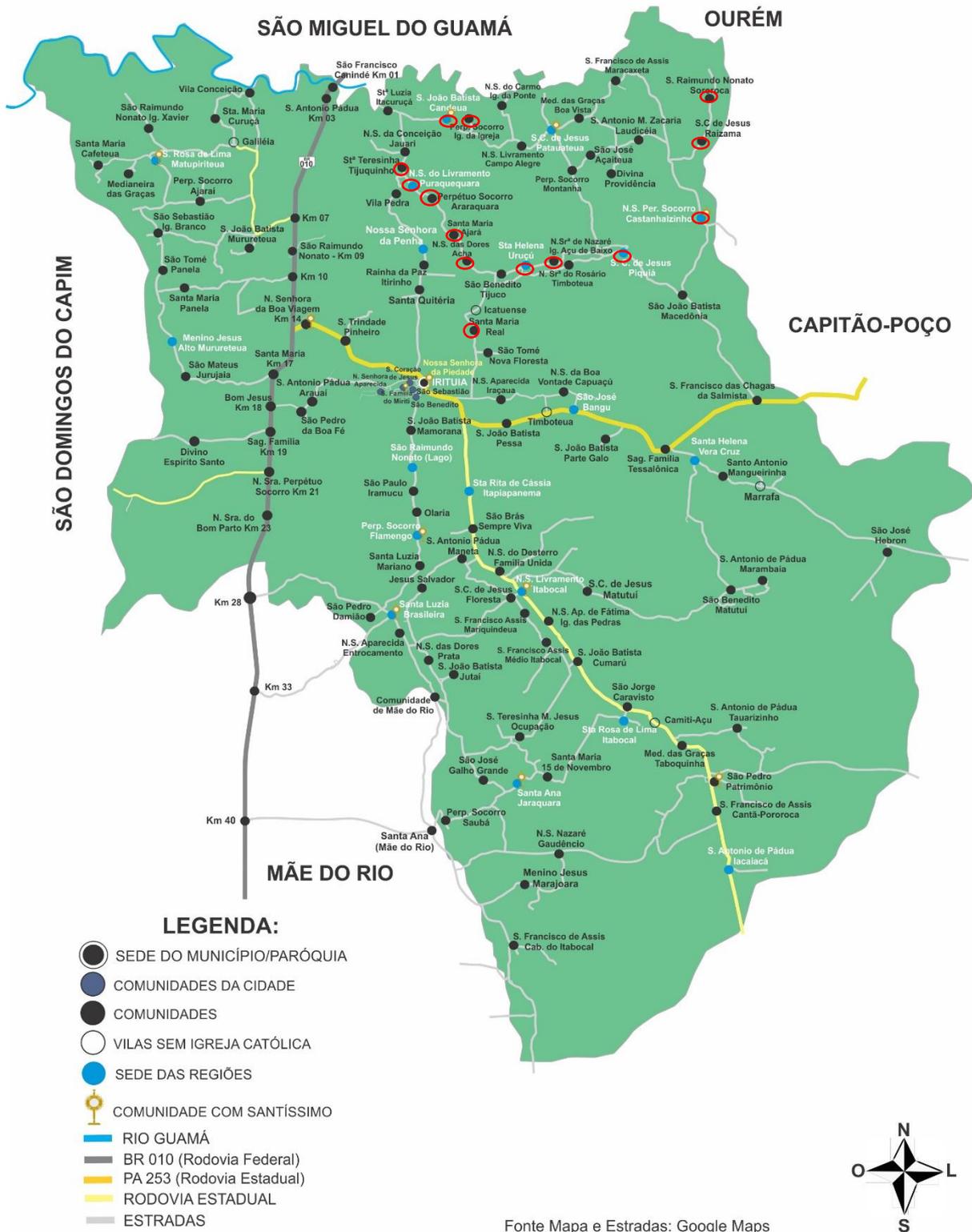
10 Os financiamentos e acordos com o Banco da Amazônia

- a) Quando houve a liberação de financiamento para os agricultores na integração?
- b) Quais foram os valores liberados?
- c) Durante quanto tempo e de que modo o Basa fornecia o crédito?
- d) Depois de quanto tempo e de que modo o financiamento deve ser pago pelos agricultores?
- e) Após a reunião da associação com o Banco da Amazônia e com a ADM em agosto de 2019, quais foram as providências tomadas pela diretoria pelo Basa para atender os sócios?
- f) Como os sócios se organizaram após a exigência do Basa de formação de grupos de sócios para que a liberação de financiamento de tratores ocorresse?

11 Dificuldades e resultados

- a) Quais são as dificuldades presentes na associação?
- b) Quais tem sido os resultados alcançados pelos sócios não integrados ao dendê por meio da associação?
- c) Quais tem sido os resultados alcançados pelos sócios que possuem plantio de dendê com apoio da Amafib?
- d) Na sua opinião, os sócios se sentem representados pela associação? () Sim () Não
- e) Se sim, por quê? _____
- f) Se não, por quê? _____
- g) Existe a vontade dos sócios em continuar com o trabalho associativo? Por quê?
- h) Em sua percepção, o que ameaça a continuidade da associação?

ANEXO A: MAPA COM COMUNIDADES DE IRITUIA - PA



ANEXO B: ESTATUTO SOCIAL DA AMAFIB

ESTATUTO SOCIAL DA ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES E AGRICULTORES FAMILIARES DA REGIÃO DO IGARAPÉ-AÇU DE BAIXO - AMAFIB

AMAFIB
Fone: (91)3443-1168
Irituia - Pará

CAPÍTULO I
DA DENOMINAÇÃO, SEDE, FORO E ÁREA DE AÇÃO

Art. 1º - A Associação dos Moradores e Agricultores Familiares da Região do Igarapé - Açú de Baixo, neste estatuto designada, simplesmente, como AMAFIB, fundada em março de 2014, com sede na Vila São Benedito, s/n, Ramal do Igarapé - Açú de Baixo, zona rural do município de Irituia no Estado do Pará, com sede e foro no município de Irituia, é uma associação de direito privado, constituída por tempo indeterminado, sem fins lucrativos, de caráter organizacional, filantrópico, assistencial, promocional, recreativo e educacional, sem cunho político ou partidário, com a finalidade de atender a todos que a ela se dirigirem, independente de classe social, sexo, raça, cor ou crença religiosa, abrangendo todos os moradores e agricultores familiares das Vilas São Benedito, Catuense, Santa Maria do Real, Ajará, Paraquequara, Piquiá, Rosário, N.º 7 e Canceua e ramais circunvizinhos.

CAPÍTULO II
DAS FINALIDADES

Art. 2º - No desenvolvimento de suas atividades, a AMAFIB tem como finalidades, entre outros:

- I - Criar um espaço de estudo, formação, análise científica da realidade, e experimentação com a participação dos moradores e agricultores familiares;
- II - Implementar programas e projetos que facilitem os processos de produção e comercialização de produtos e insumos pelos associados;
- III - Atuar na defesa do meio ambiente, da fauna e da flora no âmbito de sua área de atuação;
- IV - Operar ações voltadas para os interesses de seus associados, em parceria com órgãos públicos e privados;
- V - Possibilitar que os sócios tenham acesso a financiamentos seja de programas do governo nas três esferas ou de instituições particulares.

CAPÍTULO III
DA ORGANIZAÇÃO, DIREITO E DEVERES DOS ASSOCIADOS

Art. 3º - Poderão ser sócios da AMAFIB todos os moradores e agricultores familiares da Região do Igarapé - Açú de Baixo que:

- a) Tenham idade igual ou maior que 18 anos;
- b) Tenham domicílio eleitoral no município de Irituia;
- c) Residam na Região do Igarapé - Açú de Baixo e adjacências;
- d) Estejam dentro dos critérios da associação;
- e) Concordem com o presente estatuto e os princípios nele definidos;

Parágrafo Único - A entrada de novos sócios após fundação se dará através de inscrição e aprovação da diretoria, cabendo recurso a assembléia.

Art. 4º - São direitos dos associados:

- a) Votar e ser votado para qualquer cargo da Diretoria Executiva ou do Conselho Fiscal na forma prevista neste estatuto;
- b) Participar de todas as atividades desenvolvidas pela associação;
- c) Receber todas as informações referentes às atividades da entidade;
- d) Aprovar e opinar sobre os planos de trabalho da associação, sobre projetos e programas a serem implantados, critérios de seleção de associados e tudo que se referir aos destinos da mesma.

Art. 5º - São deveres do associado:

- a) Cumprir e fazer cumprir o presente estatuto;
- b) Respeitar e cumprir as decisões da Assembléia Geral;

34.689.240/0001-67
Cartório do Único Ofício
REIS SOUZA
Fone: (91)3443-1168
Rua Cel. João Cândido nº 57
P. 68.655-000 Irituia - PA

- ...votar por ocasião das eleições
- g) Defender o patrimônio e os interesses da Associação;
 - e) Contribuir para que todos os compromissos técnicos, financeiros e jurídicos assumidos pela Associação, sejam aplicados e saldados, conforme os contratos e/ou convênios que sejam realizados pela Associação com entidades bancárias, entidades governamentais e outras entidades ou autarquias;
 - f) Comparecer por ocasião das eleições;
 - g) Contribuir financeiramente com a Associação com um valor mensal que será definido em Assembleia Geral.

CAPITULO IV DO DESLIGAMENTO

Cartório de Registro de Imóveis e Documentação
"REIS SOUZA"
Fone: (91) 3443-1168
Itaboraí - Pará

Art. 6º - Da demissão do associado

É direito do associado demitir-se do quadro social quando julgar necessário, apresentando seu pedido junto à Secretaria da Associação, desde que não haja em suas obrigações associativas.

Art. 7º - Da exclusão do associado

A perda da qualidade de associado será determinada pela Diretoria Executiva, sendo admissível somente havendo justa causa, assim reconhecida em procedimento disciplinar, em que fique assegurado o direito da ampla defesa, quando ficar comprovada a ocorrência de

- I. Violação do estatuto social;
- II. Difamação da Associação, de seus membros ou de seus associados;
- III. Atividades contrárias às decisões das assembleias gerais;
- IV. Desvio dos bons costumes;
- V. Conduta duvidosa, mediante a prática de atos ilícitos ou imorais.

Parágrafo Primeiro - O sócio que faltar três assembleias consecutivas ficará isento de benefícios que porventura sejam concedidos pela AMAFIB, bem como sujeito a exclusão da mesma.

Parágrafo Segundo - Aplicada a pena de exclusão, caberá recurso, por parte do associado excluído, à Assembleia Geral, o qual deverá no prazo de 30 (trinta) dias contados da decisão de sua exclusão, através de notificação extrajudicial, manifestar a intenção de ver a decisão de a Diretoria Executiva ser objeto de deliberação, em última instância, por parte da Assembleia Geral.

Parágrafo Terceiro - Os casos omissos neste artigo serão decididos em assembleia geral ou extraordinária com presença de cinquenta por cento mais um dos sócios.

CAPITULO V DOS ORGÃOS CONSTITUTIVOS E SUAS COMPETÊNCIAS

Art. 8º - São órgãos Constitutivos:

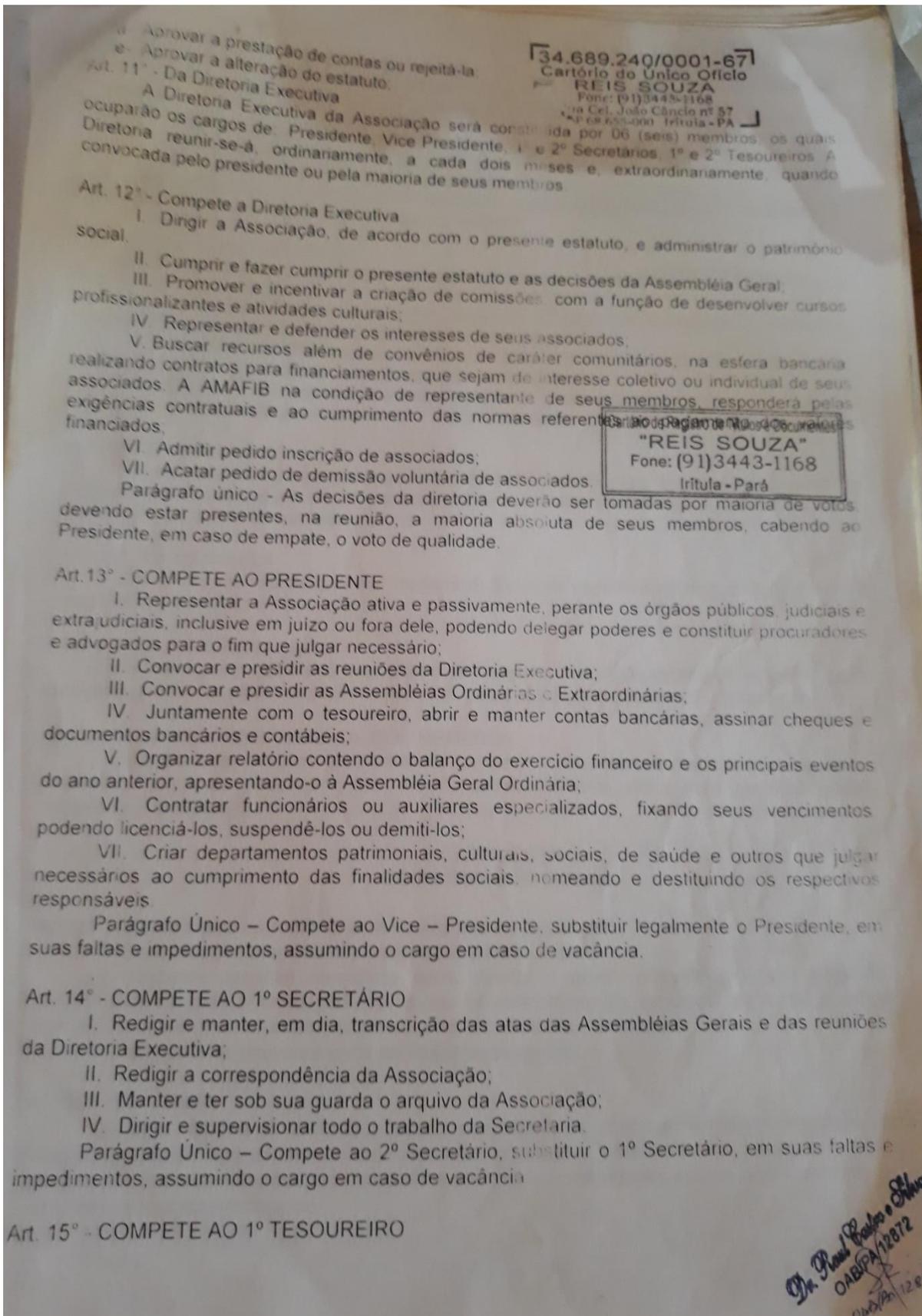
- a) Assembleia Geral;
- b) Diretoria Executiva;
- c) Conselho Fiscal.

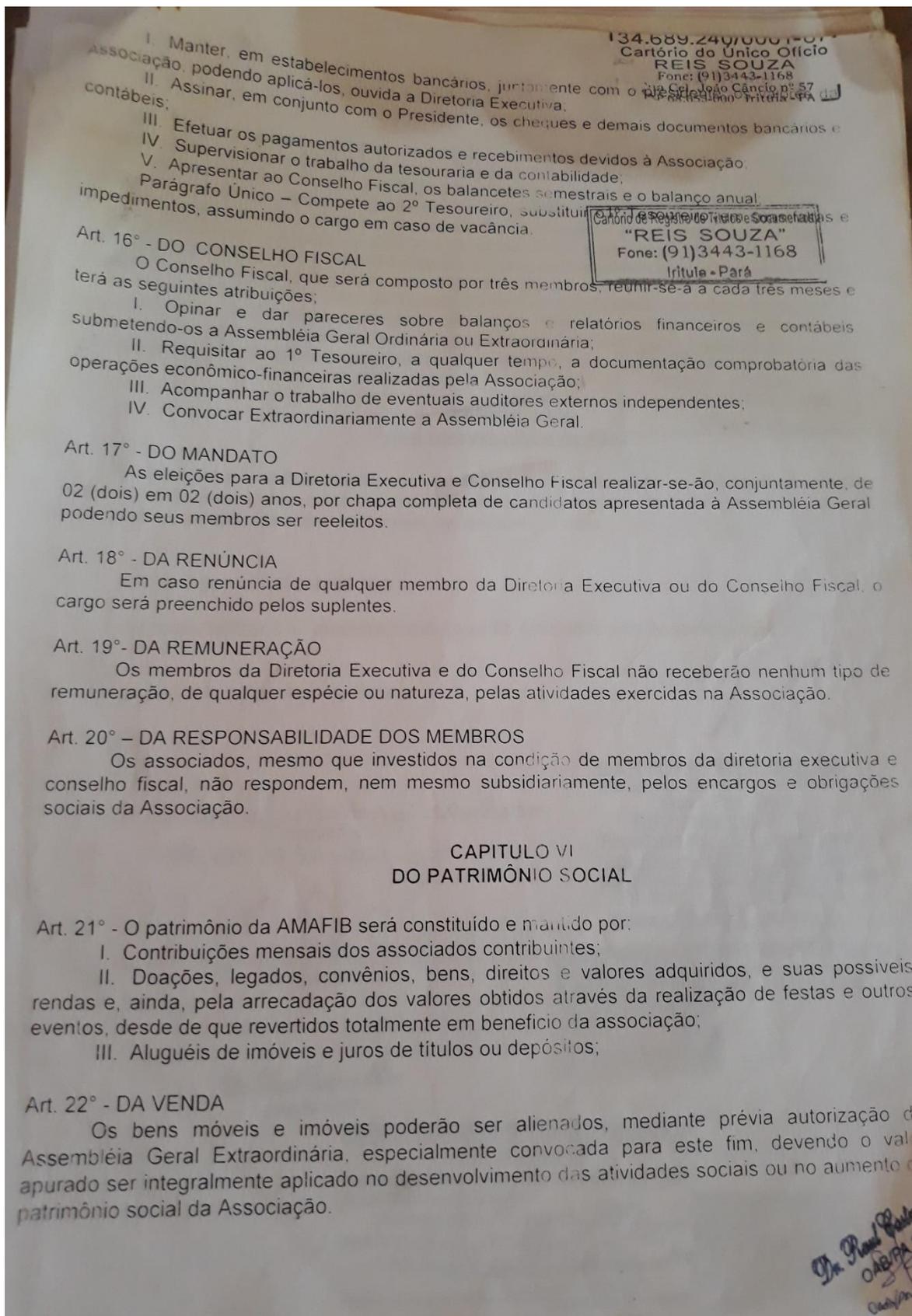
Art. 9º - A Assembleia Geral é órgão máximo de representação e deliberação da AMAFIB. Reunir-se-á ordinariamente a cada dois meses e extraordinariamente quando convocada pelo presidente ou por 2/5 (dois quintos) dos associados aptos a votar.

Art. 10º - Compete à Assembleia Geral:

- a- Aprovar ou reprovar os planos anuais e semestrais da associação;
- b- Eleger a diretoria executiva, conselho fiscal e destituí-los a qualquer tempo diante de grave violação deste estatuto, desde que conte com apoio de 2/3 dos associados;
- c- Deliberar sobre a inclusão ou exclusão de sócios;

Handwritten signature and stamp in the bottom right corner.





34.689.240/0001-67
Cartório do Único Ofício
REIS SOUZA
Fone: (91)3443-1168
Rua Cel. João Cândia nº 57
CEP 68.655-000 Irituia - PA

CAPITULO VII
DA DISSOLUÇÃO

Art. 23° - A Associação poderá ser dissolvida, a qualquer tempo, uma vez constatada a impossibilidade de sua sobrevivência, face à impossibilidade da manutenção de seus objetivos sociais, ou desvirtuamento de suas finalidades estatutárias ou, ainda, por carência de recursos financeiros e humanos, mediante deliberação de Assembléia Geral Extraordinária, especialmente convocada para este fim, composta de associados contribuintes em dia com suas obrigações sociais, não podendo ela deliberar sem voto concorde de 2/3 (dois terços) dos presentes, sendo em primeira chamada, com a totalidade dos associados e em segunda chamada, uma hora após a primeira, com a presença de, no mínimo, 1/3 (um terço) dos associados.

Parágrafo único - Em caso de dissolução social da Associação, liquidado o passivo os bens remanescentes, serão destinados para outra entidade assistencial congênere com personalidade jurídica comprovada, sede e atividade preponderante neste município e/ou estado e devidamente registrada nos órgãos públicos competentes.

Cartório de Registro de Títulos e Documentos
"REIS SOUZA"
Fone: (91)3443-1168
Irituia - Pará

CAPITULO VIII
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

ARTIGO 24° - A Associação não distribui lucros, bonificações ou vantagens a qualquer título, para dirigentes, associados ou mantenedores, sob nenhuma forma ou pretexto, devendo suas rendas ser aplicadas, exclusivamente, no território nacional.

ARTIGO 25° - DAS OMISSÕES

Os casos omissos no presente Estatuto serão resolvidos pela Assembléia Geral.

REC.
Irituia - PA, 20 de Abril de 2014.

José Vanderlei Barbosa Cardoso
Presidente
CPF: 609.753.262-87

Paulo Caspary
Advogado
Nome: OAB-PA nº 12872-B

Dr. Paulo Caspary e Silva
OAB/PA 12872

CARTÓRIO REIS SOUZA
Rua Cel. João Cândia, 57 Fone 3443-1168
Irituia - Pará Brasil

RECONHECIMENTO
Reconheço a(s) 02 assinatura(s)
Paulo Caspary e José Vanderlei Barbosa Cardoso
Em Test° 02 da Verdade.
Irituia, 20 de 04 de 2014.

Associação dos Reis Souza
Selo de Segurança
RECONHECIMENTO DE TÍTULOS
Série: H
nº 005.443.313
Tribunal de Justiça do Estado do Pará
Selo de Segurança
RECONHECIMENTO DE TÍTULOS
Série: H
nº 005.443.313

CARTÓRIO DE REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
PESSOAS JURÍDICAS

Rua Cel. João Cândia, 57 Fone: 3443-1168 Irituia - Pará - Brasil
Apresentado hoje para Registro

Apatado sob o nº de ordem 577
Livro nº A- 03, Fis. 191
Irituia, 24 de 04 de 2014
Vera Lúcia dos Reis Souza Ver
Escrevente Juramentada
Autorização
CPF: 296.034.802-82

Tribunal de Justiça do Estado do Pará
Selo de Segurança
RECONHECIMENTO DE TÍTULOS
Série: H
nº 005.443.313
Associação dos Reis Souza
Selo de Segurança
RECONHECIMENTO DE TÍTULOS
Série: H
nº 005.443.313

EMENDA DO ESTATUTO SOCIAL DA ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES E AGRICULTORES FAMILIARES DA REGIÃO DO IGARAPÉ-AÇÚ DE BAIXO - AMAFIB

Conforme assembleia geral realizada no dia 06 de junho de 2016 passa a vigorar e ou acrescentou-se os textos dos artigos abaixo:

CAPITULO II DAS FINALIDADES

34.689.240/0001-67
Cartório do Único Ofício
REIS SOUZA
Fone: (91)3443-1168
Rua Cel. João Cândio nº 57
Irituia - PA
CPF: 68.658.000

- Art. 2º - No desenvolvimento de suas atividades, a associação tem como finalidades, entre outros:
- VI - Desenvolver projetos nas áreas da agricultura, aquicultura, criação de pequenos, médios e grandes animais;
- VII - Operar ações voltadas para os interesses de seus associados, nas áreas da educação, saúde, esporte, cultura, agricultura, infraestrutura e demais áreas afins em parceria com órgãos públicos e privados nacionais e internacionais;
- VII - Facilitar a comercialização de produtos dos associados de forma coletiva, possibilitando melhores condições de renda aos mesmos.

Cartório de Registro de Títulos e Documentos
"REIS SOUZA"
Fone: (91)3443-1168
Irituia - Pará

CAPITULO III DA ORGANIZAÇÃO, DIREITO E DEVERES DOS ASSOCIADOS

- Art. 3º - Poderão ser sócios da entidade todos os moradores e agricultores familiares citados no artigo 2º que:
 - a) Tenham idade igual ou maior que 18 anos;
 - b) Tenham domicílio eleitoral em Irituia e nos municípios vizinhos;
 - c) Estejam dentro dos critérios da associação.
 - d) Concordar com o presente estatuto e os princípios nele definidos;
- Parágrafo Único - A entrada de novos sócios após fundação se dará através de inscrição e aprovação da diretoria, cabendo recurso a assembléia.

CAPITULO V DOS ORGÃOS CONSTITUTIVOS E SUAS COMPETÊNCIAS

Art. 17º - DO MANDATO
As eleições para a Diretoria Executiva e Conselho Fiscal realizar-se-ão, conjuntamente, a cada 03 (três) anos, por chapa completa de candidatos apresentada à Assembléia Geral, podendo seus membros ser reeleitos.

Irituia - PA, 06 de junho de 2016.

REC.



Jose Vanderlei Barbosa Cardoso
Presidente

CPF:

Bruno M. Fonseca de Assunção
Advogado

Nome:

OAB-PA nº

Bruno M. Fonseca de Assunção
OAB/PA 19.340

CARTÓRIO REIS SOUZA
Rua Cel. João Cândio, 57 Fone 3443-1168
Irituia - Pará Brasil

RECONHECIMENTO
Reconheço a(s) assinatura(s)
de Jose Vanderlei Barbosa Cardoso
Em Test. da Verdade.
Irituia 06 de 06 de 2016.

VERA LUCIA DOS REIS SOUZA
Original e Registradora Substituta
VERA LUCIA DOS REIS SOUZA
CPF: 34.802-82
Oficial e Registradora Substituta
CPF: 296 034 8



ANEXO C: CONVITE DA CONSERGC PARA A AMAFIB**COSERGC**

Central das Organizações Sociais entre os Rios Guamá e Capim.

CONVITE

É com imensa satisfação que estamos convidando a sua associação para participar da Assembleia Geral de fundação, aprovação do Estatuto Social e eleição da primeira diretoria da Central das Organizações Sociais entre os Rios Guamá e Capim – COSERGC, que será realizada no próximo dia 28/02/2015 as 09h da manhã no salão comunitário São Francisco na Vila Perseverança em São Domingos do Capim – PA.

Lembre-se de que este momento será histórico para nossa região e que sua presença é muito importante nesse evento.

Comissão Pró Diretoria:

Carlos Alberto Gomes dos Santos

Maria Luciene Trindade de Souza

Joel Linhares Cavalcante